



Documento 5/8

0695/00 Sessão
 AP C/ CONVIDADO

Sumário

DEBATE SOBRE CORTES NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO PARA O ANO 2000.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃOEVENTO: Audiência Pública Nº: 0695/00 DATA: 13/06/00INÍCIO: 14h43min TÉRMINO: 21h20min DURAÇÃO: 6h37minTEMPO DE GRAVAÇÃO: 6h46min PÁGINAS: 121 QUARTOS: 41REVISÃO: ANTONIO, CLÁUDIA LUÍZA, CONCEIÇÃO, DANIEL, ELIANA BRANT, ELONI, LUCIENE, MESQUITA, MÔNICA, PATRÍCIA, PAULO S., ROSA ARAGÃO, VEIGA, VICTORSUPERVISÃO: MARIA LUIZA, JOSÉ, J. CARLOS, MYRINHA, NEUSINHA CONCATENAÇÃO: GILZADEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO MARTUS TAVARES - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e GestãoSUMÁRIO: Debate sobre cortes no Orçamento Geral da União para o ano 2000.OBSERVAÇÃO: Há oradores não identificados. Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há expressão ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro aberta a segunda reunião de audiência pública do ano 2000 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Convido o Sr. Ministro Martus Tavares, o Deputado Sérgio Guerra, Relator da LDO, e o Dr. Waldemar Giomi, Assessor do Ministro, a tomarem assento à Mesa.



Como foi dito na última reunião, esta reunião foi convocada para ouvirmos o Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, que prestará esclarecimentos, inicialmente, acerca do Decreto nº 3.474, de 18 de maio de 2000, no que se refere ao contingenciamento do Orçamento para o ano 2000.

A Presidência informa aos nobres Parlamentares que haverá duas listas de inscrição para os debates. O primeiro debate será sobre o Decreto nº 3.474, de 18 de maio de 2000, que trata do contingenciamento do Orçamento. Em seguida, será feita exposição sobre a LDO.

De acordo com o estabelecido no art. 255, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Ministro disporá de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme estipulado no § 5º do mesmo artigo, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, perguntaria a V.Exa. se a inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A inscrição feita na reunião anterior é válida e será obedecida.

Com a palavra o nobre Ministro, Sr. Martus Tavares, para a sua primeira exposição.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Boa-tarde a todos. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nobre Senador Gilberto Mestrinho; Deputado Sérgio Guerra, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001; senhores membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; Srs. Deputados; Srs. Senadores; Líderes presentes, gostaria de reafirmar a minha satisfação de estar, mais uma vez, nesta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Considero esta minha convocação uma excelente oportunidade para todos nós — o Poder Executivo, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Congresso Nacional — esclarecermos à sociedade os aumentos e os cortes das despesas do Orçamento, no exercício de 2000.

Creio que o cidadão comum, em locais longínquos de Brasília, deve ficar perplexo ao ouvir tantas notícias, tantas informações sobre esse vai-e-vem dos números do Orçamento. E é nesse sentido, Sr. Presidente, que considero esta vinda à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização uma oportunidade importante para esclarecer ao cidadão, ao contribuinte o que estamos fazendo, no Governo Federal, em matéria orçamentária .

Como está previsto no ofício de requerimento da minha convocação,



compareci a esta Comissão para esclarecer por que o Poder Executivo cortou 7,4 bilhões de reais do Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Essa explicação, contudo — desde logo já digo —, não pode ser feita sem analisarmos o que se passou durante a tramitação do Orçamento no Congresso Nacional, em particular nesta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Tenho tido, ao longo dos últimos seis anos, excelente relacionamento com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Aqui já estive na condição de Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, de Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, e agora como Ministro de Estado.

Sempre respeitei a prerrogativa constitucional do Congresso Nacional de emendar o Plano Plurianual e os Orçamentos anuais. Evidentemente, não poderia ser de outra forma, isso não se poderia dar de outra maneira. No entanto, acho importante ressaltar que nunca tive dúvida da legitimidade e da importância desse processo. Considero absolutamente legítimo cada Parlamentar defender recursos para seu Município e para a sua região. Não acho que fazer orçamento em gabinete de Ministro em Brasília seja a melhor ou a única maneira. Aliás, a forma com que foi feito o Plano Avança Brasil, que ainda está tramitando no Congresso Nacional, em fase final de aprovação pelo Plenário, demonstra isso. O projeto do PPA, o Avança Brasil 2000/2003, foi feito após amplo estudo da realidade brasileira, com extensas discussões, antes de ser enviado ao Congresso Nacional. Fizemos reuniões nos 27 Estados, discutimos com representantes do setor privado, com empresários, com ONGs, com os Governos Estaduais. É exatamente assim que estamos trabalhando no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Contudo, inicio minha exposição dizendo que nada do que estou dizendo é novo. Não pretendo abordar nada diferente do que V.Exas. já ouviram de mim em outras oportunidades. No entanto, gostaria de dar adicional ênfase àquilo que temos dito, àquilo que temos conversado ao longo desses anos. Entendo que não deve haver estranheza alguma em relação ao conteúdo da minha exposição. A ênfase pode ser estranhada. V.Exas. podem perguntar por que a ênfase agora. Exatamente sobre isso vou tentar apresentar uma série de argumentos, em virtude dos quais fazemos um apelo para continuarmos o trabalho juntos, ou seja, o que já temos feito há seis anos.

V.Exas. sabem que sempre defendi o realismo orçamentário. Faço isso desde 1995. Estamos perseguindo isso desde 1995, no início do Governo Fernando Henrique. Em todo país democrático o orçamento é utilizado como instrumento de controle da sociedade. É através dos orçamentos que os governantes demonstram o uso dos recursos arrecadados da sociedade, e a ela prestam contas. Para que os orçamentos cumpram essa finalidade, devem expressar as prioridades dos programas e das ações do Governo, passando evidentemente pelo crivo do Congresso Nacional.

No Brasil, temos avançado muito em termos de legislação orçamentária.



Constitucionalizamos regras para os planos e para os Orçamentos anuais. O capítulo de finanças públicas, da Constituição de 1988, é absolutamente exemplar nesse sentido. As disposições desse Capítulo disciplinam as regras de atuação do Congresso Nacional na tramitação dos Planos Plurianuais e dos Orçamentos anuais. Constitucionalizamos a exigência de integração entre o plano e o Orçamento. Isso significa que o Orçamento anual deve ser compatível com o Plano Plurianual.

Criamos e institucionalizamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as regras para a elaboração dos Orçamentos anuais. Avançamos mais: aprovamos recentemente a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é, na realidade, a regulamentação do art. 163 desse mesmo capítulo que introduziu na legislação brasileira o conceito da restrição orçamentária; ou seja, que não podemos mais criar despesas sem fontes de recursos.

Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, temos uma lei jurídica formal que expressa antiga lei econômica, qual seja, que o Governo, qualquer que seja ele, qualquer que seja a sua ideologia, qualquer que seja o seu programa de trabalho, não fabrica dinheiro. Quem paga tudo é a sociedade. É isso que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina, de forma muito evidente. No entanto, apesar de todos os avanços obtidos nos últimos anos, há espaço ainda para avançarmos mais. Devemos trabalhar para aprovar a lei complementar prevista no art. 165 da Constituição Federal.

Gostaria de ressaltar também, juntamente com os avanços institucionais, os avanços macroeconômicos. O ambiente macroeconômico é absolutamente imprescindível para o planejamento e para o orçamento. Não existe nem plano nem orçamento com inflação, muito menos com superinflação, como era o caso da economia brasileira até 1994.

Eu próprio já tive oportunidade de fazer orçamento de governo com 2.000% de inflação anual. Já fiz também orçamento indexado, com moeda constante, tentando preservar o Orçamento como instrumento capaz de dizer à sociedade o que é feito com os recursos arrecadados. No entanto, afirmo a V.Exas.: fazer o Orçamento com inflação de 6% ao ano é muito mais difícil, porque nos impõe um grau de realismo, coloca-nos cara-a-cara com a realidade. E, às vezes, ela não parece muito interessante, é desagradável.

O Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, falou sobre isso recentemente. Disse que, no período de alta inflação, o Orçamento era uma enganação total. De fato. Com a inflação que tínhamos até o ano de 1994, o Orçamento era uma peça de ficção. Não concordo com essa afirmação hoje. No entanto, naquele momento, era uma peça de ficção, sim — todo mundo enganando todo mundo, e cada um enganando a si próprio.

Volto então à mudança de ênfase da minha exposição. Pergunto: por que ser enfático agora? Por que agora? Por que não antes? Essa pergunta é absolutamente importante. Se estamos lidando com o mesmo instrumento, com o mesmo orçamento, se o orçamento tem o mesmo papel em qualquer país, por



que a ênfase agora? A resposta é simples: estamos com a economia brasileira estável há seis anos. O processo de estabilização da economia brasileira está consolidado. Isso nos impõe, evidentemente, um outro comportamento.

Outro ponto nos impele a mudar a ênfase e a fazer um apelo a V.Exas.: o Congresso Nacional acabou de aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal; ou seja, não temos razão nenhuma para adiar o realismo orçamentário. Relembro que a responsabilidade fiscal é virtuosa. Para concluir isso, basta olhar o que aconteceu no Brasil nos últimos dois anos: a crise de 1998, a crise do início de 1999. A aprovação das medidas propostas pelo Poder Executivo, pelo Congresso Nacional resulta de forma radical no quadro macroeconômico.

Recuperamos a credibilidade e retomamos as condições de ter um crescimento sustentado. Isso é da mais alta importância. Não devemos ignorar a importância do nosso comportamento fiscal, da nossa disciplina fiscal para reverter essa situação. E mais: revertê-la no prazo de dois anos, com a rapidez com que o fizemos. Portanto, é importante termos isso presente. Não podemos ter dúvida de que a âncora fiscal é o motor de sustentabilidade desse crescimento. Não existe crescimento sustentado sem responsabilidade fiscal, sem compromisso com a disciplina fiscal. O Congresso Nacional, como disse, reconheceu tudo isso, quando aprovou as medidas propostas pelo Governo no segundo semestre de 1998 e quando aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estou convencido de que estamos de acordo quanto ao sentido e à direção que devemos tomar. Não tenho dúvida disso. Estou apenas reforçando e enfatizando algo que temos afirmado ao longo desses anos. Somos todos a favor da responsabilidade fiscal, inclusive a Oposição.

Temos certeza de que não queremos ilusões nem ficções. Algo de novo está acontecendo, está amadurecendo. É a razão da minha ênfase hoje. Não podemos recuar, abrir mão disso. Estamos próximos de consolidar esse novo comportamento, esse novo quadro. Estamos próximos de ter efetivamente um crescimento sustentado. Vamos completar o que estamos construindo juntos, há seis anos. É o apelo que faço neste momento ao Congresso Nacional, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Vários exemplos recentes mostram esse amadurecimento, esse avanço conseguido pelo trabalho comum, feito em conjunto, a que me refiro. Esses exemplos dizem respeito a recentes aumentos de despesas, que foram discutidos, que foram amplamente debatidos nesta Casa do Congresso Nacional, através de alguns projetos de lei — ou seja, o aumento de despesa concomitantemente com o financiamento da despesa. Isso não fazia parte, infelizmente, da nossa tradição, mas faz parte dessa nova fase que está nascendo, que dá condições de sustentabilidade ao nosso crescimento. Evidentemente, estamos num momento de aprendizado, não estamos falando ainda de algo consolidado. E faz parte do aprendizado fazermos juntos, aprendermos juntos. O aprendizado da responsabilidade fiscal é custoso, é penoso, é doloroso até, mas é virtuoso, como mencionei. Basta lembrarmos o



que aconteceu na economia brasileira no ano passado, em 1999.

Volto novamente à questão do plano e do orçamento no contexto de uma economia estável, de um ambiente político que aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estamos, portanto, perseguindo o orçamento real, não apenas no sentido quantitativo do termo, mas também no sentido qualitativo. E aí, novamente, podemos falar de avanço. Para conseguir esse avanço, o Poder Executivo contou com o apoio do Congresso Nacional. A esse respeito lembro, portanto, as inovações do Avanço Brasil e do Orçamento do ano 2000. A partir deste ano o Governo Federal alterou radicalmente a forma de elaborar o PPA e o OGU para melhorar a eficácia e a eficiência do uso dos recursos federais, tornando-os efetivos instrumentos de ação do Governo.

Talvez não seja necessário repetir aqui o que fiz quando do convite que recebi da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no mês de setembro, para discutirmos o Plano Plurianual, o Avanço Brasil e o Orçamento da União para o ano 2000.

Naquela ocasião foi possível descrever toda a mudança metodológica que foi introduzida na elaboração do Avanço Brasil e do Orçamento 2000. V.Exas. sabem bem disso. No entanto, é importante enfatizá-la agora, neste momento. Estamos nos referindo a avanços institucionais na direção do ambiente macroeconômico. Estamos falando de avanços qualitativos dos instrumentos, de melhorá-los e dar-lhes sentido. Precisamos dar sentido ao Plano e ao Orçamento. Não tenho a menor dúvida de que não estou aqui falando sozinho. Estou apenas sendo enfático ao fazer este apelo a V.Exas.

O Governo tem se esforçado para aproveitar os benefícios que a estabilização macroeconômica gera sobre o planejamento e sobre o Orçamento. Por outro lado, como já adiantei, não nos podemos esquecer de que esse ambiente de estabilidade exige mais responsabilidade nas previsões. Não podemos errar, pois o erro seria muito mais dramático. Por isso afirmo que é muito mais simples elaborar um orçamento com inflação alta. Qualquer erro seria coberto pela inflação. Não existe erro impossível de ser resolvido com inflação. No entanto, elaborar um plano plurianual e um orçamento com inflação de 6% é difícil. Isso exige muita compreensão, exige previsões realistas.

As inovações introduzidas no Avanço Brasil e no OGU/2000 foram muitas e muito consistentes. Por isso exigem reflexão na avaliação e mudança na forma de apreciar, de ajustar, de emendar. Lembro, no entanto, que, mesmo com todas as mudanças, facilitam o próprio processo, que se tornou muito mais transparente. Os programas e as ações do Governo Federal estão muito mais transparentes a partir dessa nova forma de apresentação do Plano Plurianual e do Orçamento a partir do ano 2000. Nunca foi tão fácil entender os rumos que o Governo pretende para o País. Isso tudo é expresso em projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. Devemos nos orgulhar, portanto, desse estágio de desenvolvimento institucional a que chegamos. Isso é novo na



história nacional e bom para a construção do novo Estado, para o nascimento desta nova forma de governar, com a maior participação do Congresso Nacional e da sociedade. No entanto, precisamos entender mais esses avanços e perceber a sua importância e o seu significado histórico. Precisamos entender mais os aspectos dessas inovações, para avançar, aprofundar ainda mais nesse avanço, e não para divergir. Somente a partir dessa compreensão, desse entendimento poderemos avançar e aprofundar ainda mais no que estamos construindo juntos, repito, há seis anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que há um desejo comum de avançar, de aprofundar no que já fizemos durante esses anos. É verdade que para se chegar a esses avanços leva-se tempo. Leva-se tempo para se entender, para compreender e para absorver tudo, mas o reconhecimento da atual situação, do momento em que vivemos é imprescindível para a nossa atuação. Enfim, entendo que a compreensão de tudo que estamos construindo deve presidir todas as nossas ações e decisões, a cada dia, a cada novo projeto, a cada nova idéia nessa área. A compreensão deve também orientar nossas ações no caminho que ainda temos pela frente. Estou me referindo a nós — não apenas ao Poder Executivo, mas também ao Congresso Nacional. Nesse caso, através da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Durante a tramitação do PPA 2000/2003 e do Orçamento 2000, solicitei — e fui atendido pelo Presidente da Comissão — reuniões com os Relatores e com os Sub-Relatores dos dois projetos, para explicar o que estávamos fazendo de novo. Chamei a atenção para o fato de que deveríamos ser realistas, de que não poderíamos errar, de que sonhos poderiam trazer frustrações no futuro. Quantas vezes — relembro a V.Exas. — o Deputado Alberto Goldman, membro da Comissão, Líder do Governo na Comissão, chamou a atenção, nas reuniões, para os aspectos das inovações, para os comportamentos que deveríamos ter, com base em previsões realistas, e para os riscos. Quantas vezes o Líder Arnaldo Madeira, aqui presente, também falou sobre a promoção de um macrodebate da proposta orçamentária nos últimos cinco anos.

Pois bem. Apesar desses fatos, dessa situação, vejo-me hoje atendendo a requerimento de convocação para explicar algo pelo qual sempre lutei para evitar: o corte na despesa, exatamente isso. Sempre defendi a responsabilidade fiscal e não cortes ou redução de despesa. É ilusão imaginar que o Ministro do Planejamento esteja sentado naquela cadeira para cortar despesas. O Ministro do Planejamento está sentado ali para viabilizar, de forma criativa e empreendedora, os programas necessários ao País, que têm de ser viabilizados apenas com recursos do Governo Federal, ou deste em parceria com os Estados, com os Municípios e com o setor privado. Esse é o grande desafio do Ministro do Planejamento. É o desafio comum, de todos nós. Não é, nem pode ser, um desafio solitário do Ministro do Planejamento. É um desafio de todos nós, repito. Todos queremos manter o nível da despesa social, inclusive elevá-la. Isso não é privilégio, não é monopólio de ninguém, de nenhum de nós aqui presentes. É desejo de todos viabilizar recursos para projetos de infra-estrutura, importantes para o crescimento do País, para resolver os gargalos do nosso desenvolvimento. Esse é o objetivo de todos nós. Todos queremos isso. O



Ministro do Planejamento não sente nenhum prazer em fazer cortes na despesa. No entanto os propõe, se forem necessários, se a Lei de Responsabilidade Fiscal o exigir, se os compromissos com a estabilização da economia o exigirem. Assim, de forma pessoal — feliz ou infelizmente, este é o meu papel —, eu o faço.

Sou obrigado a viver lembrando a todos, diariamente, que o Governo não fabrica dinheiro. Se quisermos fazer mais, se for necessário fazer mais, gastar um pouco mais, temos de combinar com a sociedade, temos de dizer a ela que precisamos de mais recursos. No entanto, por nós mesmos, não fazemos dinheiro, não fabricamos dinheiro. Tenho certeza, repito, de que esse é o desejo de todos os senhores e senhoras. Vamos permanecer juntos. É o apelo que faço novamente para que construamos essa nova era, esse novo Estado Democrático, responsável e progressista. Expresso neste momento a certeza disso. Ela decorre de exemplos de comportamentos individuais e coletivos dos Srs. Parlamentares.

Nos últimos dias, ouvimos experiências desse tipo. Dois ilustres Líderes políticos do Congresso Nacional — o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, e o Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB — defenderam a idéia do Orçamento em positivo, como forma do avanço — sublinho— institucional a que há pouco me referi. Exemplos como esse me dão a confiança de, neste momento, fazer este apelo a V.Exas. O Senador Antonio Carlos Magalhães foi mais além: apresentou proposta completa sobre o processo de tramitação e execução do Orçamento.

A tese apresentada na proposta do Senador é boa; semelhante, no entanto, ao que se passa com o objetivo de minha convocação. Ela exige um olhar crítico sobre o que ocorreu na fase anterior do processo. Não podemos avançar na discussão do tema proposto pelo Senador Antonio Carlos Magalhães sem fazer uma autocrítica do nosso comportamento, do Poder Executivo e do Congresso Nacional, desde 1998 até hoje.

Entendo que o Senador colocou sobre a mesa questões de mais alta importância, que deveríamos analisar e discutir com a seriedade que o tema merece, e que é a nossa tradição. Compreendo no entanto que, em primeiro lugar, devemos buscar o orçamento real para depois chegar ao orçamento em positivo.

Gostaria de dizer a V.Exas. como entendo que poderia ser, ou como poderia se dar a tramitação do Orçamento da União no Congresso Nacional.

O Senador Antonio Carlos Magalhães fez, na sua proposta, algumas considerações sobre a Resolução nº 2. Creio que vale a pena analisá-la — e o faço neste momento — de maneira simples, para provocar um debate posterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Ministro, perdoe-me a interrupção, mas gostaria de pedir aos assessores que estão sentados na bancada dos Parlamentares que fizessem a gentileza de desocupar alguns



lugares, porque há Parlamentares em pé assistindo à reunião.

Com a palavra o Ministro Martus Tavares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Continuando, Sr. Presidente, refiro-me à proposta apresentada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, com relação à Resolução nº 2, que regula a atuação da Comissão. Também eu me permito, de forma simples, fazer algumas sugestões. Saliento, desde logo, que o percurso que vou propor não impede a aprovação de emendas destinando recursos para os Municípios e para as regiões. E não poderia ser diferente, pois eu não faria aqui uma proposta que tivesse como objetivo criar dificuldade. Ao contrário, quando apresentamos o PPA, o Avança Brasil e o Orçamento do ano 2000, na primeira leitura que se fez, alguns Parlamentares acharam que se criariam dificuldades para apresentação de emenda para destinar recursos a projetos prioritários dos Municípios. Não foi e nem é esse o objetivo das sugestões a que me refiro a partir de agora.

Entendo que deveríamos ter quatro etapas na discussão do Orçamento. Elas seriam sucessivas e teriam diferentes graus de hierarquia; ou seja, haveria etapas que se sucederiam, sem que o processo retornasse à etapa anterior. Na primeira, haveria amplo debate entre o Executivo e o Congresso Nacional sobre o cenário e sobre as estimativas de receita. A aprovação resultaria na publicação de um relatório que somente poderia ser alterado por fatores reconhecidamente relevantes e novos. Sempre é possível acontecer isso. Evidentemente, teríamos de ficar abertos a esse fenômeno.

Numa segunda etapa, se faria macrodiscussão sobre a destinação dos recursos por áreas. Poderíamos discutir sobre o quanto devemos ou queremos gastar nas áreas de transportes, saúde, educação e meio ambiente. Essa macrodiscussão deveria preceder debate mais detalhado do Orçamento. Depois da macrodiscussão, definidos os valores por áreas, com os resultados publicados em relatórios, poderíamos começar a discussão de cada área — uma espécie de subcomissões discutindo os recursos destinados e aprovados pela Comissão para cada uma das áreas. O grupo que fosse discutir alguma área — por exemplo, o meio ambiente — se limitaria a analisar os recursos destinados para a área em questão e discutiria em profundidade os programas propostos para ela, pelo Executivo.

Vencidas as etapas anteriores, por fim, discutir-se-ia a destinação geográfica do uso dos recursos. Uma vez definido o volume de recursos, uma vez destinados os recursos pelas grandes áreas, uma vez discutidos os programas específicos e prioritários de cada área, seriam discutidas a destinação geográfica e a municipalização da despesa.

Isso é absolutamente relevante. No entanto, entendo que não deveriam ser evitadas as discussões das etapas anteriores. Entendo que esse procedimento poderia evitar as fortes e irresistíveis pressões por que passam os Srs. Relatores. A atuação do Congresso Nacional na discussão e aprovação do Orçamento, como disse no início, é missão nobre e indelegável no regime



democrático. É importantíssima a discussão sobre os programas, sobre as prioridades e sobre as ações propostas pelo Executivo. Faz parte da missão do Congresso Nacional a realocação dos recursos, através da redefinição de prioridades. Não podemos, no entanto, simplesmente correr atrás de recursos para cobrir quantias previamente definidas para as emendas. Essa é missão dada ao Relator-Geral do Orçamento de cada ano. Essa pressão acaba levando à aprovação de despesa incompatível com a realidade, tornando a lei orçamentária irreal.

Gostaria muito que fosse feita uma avaliação desses procedimentos e dessa situação. Creio ser fundamental para a compreensão do que tem ocorrido ao longo dos últimos anos, notadamente com o Orçamento 2000.

Evidentemente, essas não são as únicas questões que devem ser levadas à discussão sobre o motivo do contingenciamento feito nos últimos anos. Mas creio que a compreensão desses fatos é importante para entendermos o que ocorre no momento seguinte. Vimos o Executivo obrigado a editar decreto de programação orçamentária e financeira fixando nível de despesa inferior ao aprovado pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, passo agora a fazer algumas observações de números, relativamente ao que verificamos no momento da sanção e da edição do decreto de programação orçamentária e financeira, que é o objeto da minha convocação.

Como sempre ocorre, após a aprovação do Orçamento, pelo Congresso Nacional, o Executivo refaz todas as estimativas de receita e despesa. Nós reestimamos todos os itens de receita e todos os itens de despesa. Quando a despesa reestimada é maior do que a despesa, temos de considerar esse aspecto. Faz parte da feia realidade, da qual às vezes não gostamos. Se a despesa de pessoal é estimada em nível mais alto, temos de destinar mais recursos a ela. Isso é infalível. Se aprovamos salário mínimo mais alto, a despesa de pagamento e de benefício aumentará, e então teremos de destinar recursos para cobrir a diferença. A isso não nos podemos furtar. Então, após a aprovação, reestimamos todos os itens de receita e todos os itens de despesa do Orçamento. A partir daí é que fixamos — compatível com a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária — o montante de despesa a ser executado.

Sr. Presidente, continuo somente para chamar a atenção de V.Exas. para alguns números, e então, encerro. O Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional teve um acréscimo de despesa, custeio e investimentos, num montante de 6,1 bilhões de reais.

No momento de reavaliação de todos os itens de despesa e receita, nós, do Executivo, identificamos aumento na previsão de gastos incompressíveis — pessoal, benefício da Previdência e outras despesas incompressíveis — , no montante de 4,5 bilhões de reais. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional, de forma coerente e consistente, elevou a meta prevista para o ano 2000, porque houve alteração da previsão do PIB. Por conseguinte, como a Lei de Diretrizes



Orçamentárias estabelece como meta o percentual do PIB, a meta foi elevada, em termos de reais, automaticamente. Isso faz com que se destine uma parcela de recursos para essa finalidade.

Portanto, o total de despesa entre 31 de agosto e 31 de março, aprovado pelo Congresso ou identificado pelo Executivo, monta a 11,5 bilhões de reais. No entanto, as receitas líquidas estimadas nesse novo momento foram de apenas 4,1 bilhões. Então, o contingenciamento nada mais é do que a diferença entre o aumento da despesa reestimada pelo Congresso e pelo Executivo menos as receitas reestimadas pelo Executivo. Isso deu uma diferença de 7,4 bilhões de reais. Aí poderia também ser afirmado que o Executivo gosta de ajustar ou cortar despesas. Digo que não. Não gostamos. Esse não é o meu papel, não é o nosso desejo. Também queremos, na área social e de infra-estrutura, nível de investimento compatível com as nossas necessidades, mas existe a realidade que nos impõe alguns limites. Então, há a predisposição de se considerar que o Executivo subestima a receita.

Chamo a atenção para alguns números sobre a reestimativa de receita feita pelo Executivo, comparativamente ao que aconteceu na tramitação do Orçamento no Congresso. Quando reestimamos a receita na elaboração do decreto, concluímos que o aumento da receita do Imposto de Renda em relação ao nosso projeto original foi de 5,1 bilhões; ou seja, reestimamos o montante de 5,1 bilhões de reais a mais do que havia sido previsto originalmente, pois o Congresso, quando estimou a receita, só identificou 2,2 bilhões de reais. Isso mostra que não se trata de predefinição ou de predisposição para subestimar receita.

Cito outro exemplo: a COFINS foi estimado pelo Executivo em 2,4 bilhões de reais a mais do que a proposta original. O Congresso estimou-o em apenas 1,8 bilhões de reais. A contribuição social sobre o lucro líquido foi reestimada por nós em 3,3 bilhões de reais em relação ao projeto original. O Congresso só chegou a 0,3 bilhão de reais na sua reestimativa. Reestimamos 3 bilhões de reais a mais do que o Congresso. No entanto, existem também exemplos do contrário. Estimamos um decréscimo de 2,1 bilhões de reais no IPI em relação ao projeto original. O Congresso estimou um aumento, em relação ao projeto original, de mais 1 bilhão de reais. Reestimamos o IOF em menos 1,4 bilhões de reais. O Congresso o estimou em mais 200 milhões de reais. São alguns exemplos do que ocorre. O Congresso reestimou a CPMF em 900 milhões de reais a mais do que havíamos estimado em 31 de agosto, e a reestimamos agora em menos 2 bilhões de reais, por conta das liminares concedidas desde agosto ou desde a instituição ou reinstauração da CPMF.

Estou mencionando esses números para mostrar que não se trata de uma posição definida do Poder Executivo, no sentido de reduzir receitas para fazer superávit ou coisa que o valha. Não. Queremos fazer o superávit, sim. No entanto, não precisamos fazer nenhum centavo a mais de superávit. Não há necessidade. O nosso programa de estabilidade fiscal, aprovado pelo Congresso Nacional, está sendo muito bem executado. O êxito dessa execução é medido pelos parâmetros macroeconômicos, pela taxa de crescimento



prevista para o ano 2000 e para os próximos anos. Não temos necessidade de fazer superávit adicional.

No ano passado, elevamos os limites inicialmente dados pelo decreto, exatamente porque percebemos que, ao longo do segundo semestre, tínhamos condições de fazê-lo, e com segurança, mantendo o cumprimento das metas fiscais.

Sr. Presidente, esses são alguns números que trago para debate, tentando explicar e justificar o que se passou na edição do decreto que ajustou o nível de despesa em 7,4 bilhões de reais, diferentemente do que foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Finalizo dizendo que sempre estive aberto à discussão. Considero-a da mais alta importância e reafirmo o que disse no início: nesse tipo de debate, é importante nos entendermos sobre essas questões para avançar na direção do orçamento impositivo, defendido pelo Líder Jader Barbalho, aqui presente. Para que esse avanço se dê, é importante compreender a situação em que nos encontramos. A partir daí, teremos condições de fazer os avanços necessários e que desejamos. Não tenho a menor dúvida de que é esta a vontade de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado José Priante, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, antes de mais nada, cumprimento o Ministro por acolher o convite de vir a esta audiência. S.Exa., presente nesta Comissão pela segunda vez, atendeu ao primeiro chamamento na semana passada. E, agora, de forma compreensiva, entendendo a agenda do Congresso Nacional, retorna de maneira tranqüila, serena, demonstrando estar disposto a promover o debate e a prestar os esclarecimentos necessários.

Sr. Ministro, verifique que o que nos move a esta convocação é exatamente o resultado de um amplo debate que promovemos nesta Casa, no que diz respeito à elaboração do Orçamento deste ano. Tomei a iniciativa de fazer esta convocação como Parlamentar de um partido que dá sustentação ao Governo e que nunca faltou com a solidariedade não só ao Governo, mas a V.Exa., desde há muito tempo, como V.Exa. sabe.

Particularmente, pude relatar a área de infra-estrutura do Orçamento/2000, representando o PMDB, o que, de certa forma, exigiu muito trabalho, muito esforço, muita dedicação, muito tempo. Salvo engano, trabalhamos por mais de seis meses para tentar encontrar, num trabalho quase que artesanal, equilíbrio entre as demandas apresentadas pelos Parlamentares, de forma muito concentrada, na área de transporte e, ao mesmo tempo, atender aos apelos, às recomendações, aos acordos e à política do Governo, de forma a não



comprometer todos os passos, no sentido de, cada vez mais, ajustar as contas deste País. E as discussões, invariavelmente, partiram e partem da receita. Todas as vezes em que o Parlamentar tem o ímpeto de aumentar a despesa, particularmente na área de investimento, imediatamente questiona-se de onde vem a receita para que esse aumento possa acontecer.

Então, começo exatamente por aí, Ministro. Aliás, vou começar com uma citação que V.Exa. fez no que diz respeito a ponderações feitas pelo Presidente do meu partido sobre a necessidade de uma revisão da forma de encaminhamento na elaboração do Orçamento. Vou encaminhar à Mesa requerimento sugerindo, Sr. Presidente, a instalação de uma subcomissão destinada a estudar e a propor mudanças na legislação que rege a elaboração do Orçamento Geral da União. É uma proposta concreta que faço a esta Comissão e que encaminharei oportunamente.

Porém, partindo do raciocínio que desenvolvia, a grande discussão, a partir da elaboração do Orçamento, é exatamente a receita. Ressalto que a peça orçamentária chegada ao Congresso Nacional previa, inicialmente, uma receita de 175 bilhões, 959 milhões. Saiu desta Casa com uma previsão de 183 bilhões, 792 milhões de reais. Dessa receita, evidentemente, desdobraram-se as despesas, aumentando, por exemplo, na minha área, na área de transporte que relatei, um investimento que estava previsto na ordem de 12 bilhões, 629 milhões para 4 bilhões, 877 milhões. Estou citando transportes porque foi uma área que relatei.

O Governo publica o decreto de contingenciamento e diz ao País que não concorda com a previsão de receita, por mais que os ventos apontem uma grande arrecadação, prevista pelo Congresso, de 183 bilhões, mas que a receita, na verdade, sob a ótica do Governo, será de 181 bilhões, 646 milhões. Verifico que o Congresso nesse item acaba sendo mais otimista que o próprio Executivo, e a diferença entre 183 bilhões e 181 bilhões nada mais é do que 1%. Daí, Sr. Presidente, desdobram-se exatamente todas as discussões, porque, quando vamos discutir o acatamento ou não de uma emenda, devemos discutir com o Governo — e o Líder do Governo aqui nesta Comissão, ressalto, fez o dever de casa muito bem feito, questionando todas as vezes onde haveríamos de buscar a receita necessária para atender às despesas que estavam sendo previstas na discussão, pelo atendimento aos Relatores Setoriais e pelo Relator-Geral, que hoje, inclusive, é Ministro do Governo Fernando Henrique.

Vejam que o Congresso não decidiu de forma tão díspar, não decidiu de forma tão equivocada, pela ótica do Governo do Poder Executivo, porque as diferenças entre o que o Congresso Nacional previu e o que o Poder Executivo está prevendo não é nada representativo, se levarmos em consideração o montante, o volume desses números.

O Governo, no seu contingenciamento, na verdade, contingencia, corta da área de investimento 7,4 bilhões e transfere esse recurso ora para pessoal, encargos, aumentando o que estava previsto pelo Congresso em 51 bilhões, 931 milhões, para 53 bilhões, 617 milhões, ora para despesas não discricionárias,



aumentando de 13 bilhões, 428 milhões para 15 bilhões, 785 milhões, o que perfaz uma soma de 4 bilhões e algo perto de 100 milhões, o que, efetivamente, nos leva a crer que, desses 7 bilhões, 4 bilhões foram remanejados para pessoal e para despesas não discricionárias.

Partindo, desse raciocínio, Sr. Ministro, entendo que o Congresso em momento algum errou no que previu em relação à receita. Muito pelo contrário, embasado em estudo técnico, numa discussão de meses a fio, chegamos a uma conclusão muito próxima da arrecadação que o Governo está prevendo neste momento. Então, veja que a arrecadação, que foi a origem de toda a discussão, não faz qualquer diferença, Sr. Ministro. O que o Congresso está prevendo é perto do que o Poder Executivo prevê.

Portanto, diante dessa linha de raciocínio, gostaria de fazer algumas considerações. O Orçamento aprovado, executando o refinanciamento da dívida, alcança o valor de 367 bilhões de reais. Desse montante, apenas 42 bilhões podem ser contingenciados. O decreto fixou em 35 bilhões, com uma redução de 7,13 bilhões, totalizando um corte de 19,9% das dotações orçamentárias para 2000 contra 16,7% em 1998 e 10,3% em 1999. Desse montante, o decreto restringe em 96% do limite de 35,85 bilhões para o limite de 34,42 bilhões de reais, ou seja, para um corte de 8,56 bilhões. Foram também incluídos 5 bilhões de restos a pagar, ou seja, o contingenciamento, na prática, passou de 19,9 para 25,33, isto é, além dos 7 bilhões previstos como remanejamento do que estava previsto no montante de 42 bilhões, ainda assim, foram embutidos 5 bilhões de restos a pagar de 1999, o que abre, na verdade, se podemos dizer assim, um buraco no que previu o Congresso de 5 bilhões mais 7 bilhões e 400 milhões.

Se analisarmos os dados de execução orçamentária publicados no **Diário Oficial** da União, observa-se uma arrecadação superior a 3,6% em relação a igual período de 1999, destacando-se as contribuições sociais, que assumem proporção cada vez mais significativa no bolo da arrecadação federal, em razão da retomada da cobrança da CPMF em junho de 1999 e das mudanças ocorridas na legislação do PIS, PASEP, COFINS e da redefinição da contribuição dos servidores de Previdência, chegando a 35,4% da receita fiscal. A previsão das receitas da seguridade social é estimada em 134,7 bilhões para uma despesa de 122,3 bilhões, diferença essa gerida pela aprovação do DRU, antigo FEF, dos quais o Poder Executivo dispõe dessa receita para cumprimento do superávit fiscal de 29,3 bilhões, 2,6% do PIB. Aqui abro um parêntese para ressaltar que, no ano de 1998, o que podia ser empenhado era algo na ordem de 34 bilhões, 23 milhões e para este ano está previsto, apesar do aumento de arrecadação, 34 bilhões, 42 milhões. No meu entendimento, algo precisa ser esclarecido, tendo em vista o aumento da arrecadação de 1998 até o ano 2000.

Sr. Presidente, termino estas considerações fazendo alguns questionamentos. Gostaria que a Presidência tivesse a tolerância necessária para que eu possa concluir.



O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O assunto é importante, Sr. Deputado. Pode continuar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - No anexo do decreto de contingenciamento, é fixada uma receita de 181 bilhões contra 183 bilhões do Orçamento aprovado; 2,2 bilhões, 1% menor da receita estimada no Congresso Nacional. Observa-se também, por meio da mídia, que o Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão reconhece que a economia brasileira encontra-se em franca recuperação, com os principais indicadores setoriais sinalizando o crescimento do PIB em pelo menos 4% ao ano.

Diante do exposto, e reconhecendo que esse contingenciamento não se justifica até a presente data, e sim uma forma futura contra eventuais desencontros fiscais ainda não previsíveis, pergunto: por que os recursos programados com as despesas com pessoal e encargos sociais, da ordem de 51,5 bilhões, são inferiores ao executado no exercício de 1999, da ordem de 50,9 bilhões? Deixou-se de incluir o crescimento vegetativo de 3% previsto? Houve erro ou existe alguma explicação técnica do Governo para a execução dessas despesas?

Verifica-se no decreto de contingenciamento uma regra técnica de 1,5 bilhões, quando, no seu Anexo IX, apresenta um rígido controle de liberação mensal das despesas do Poder Executivo. Na imprensa noticiou-se que seriam destinados ao cumprimento do aumento da gratificação dos funcionários da Receita Federal, Polícia Rodoviária e Forças Armadas. É isso mesmo? Por que o limite disponibilizado para o Ministério da Integração Nacional, do PMDB, no valor de 584 milhões, é inferior à dotação escrita em "restos a pagar", que prevê o valor de 604 milhões? O valor previsto, disponibilizado no Ministério da Integração Nacional, é de 584 milhões, inferior à dotação escrita em "restos a pagar", que corresponde a 604 milhões. O nosso Ministério não consegue cumprir as metas do exercício de 1999. Como cumprir a do ano 2000? Esse é um dos questionamentos.

Qual o critério de contingenciamento para cada Pasta? É preciso que isso fique claro, uma vez que observamos que na Secretaria de Desenvolvimento Urbano o corte foi de 84%; no Ministério do Esporte e Turismo, 76%; no Ministério da Integração Nacional, 68%, no Ministério dos Transportes, 51%. E por aí vão as cifras desconstruídas. A parcela de preço específica do derivado de petróleo, a conta petróleo, programada no Orçamento na ordem de 3,5 bilhões, cuja arrecadação até a presente data é nula, decorrente da elevação de preço do petróleo importado, está incluída nos cálculos de contingenciamento? Caso afirmativo, solicito o esclarecimento do critério, se foram consideradas alternativas de redução do preço do barril importado, hoje na faixa de 30 dólares, ou transferência do aumento por valor final no preço dos combustíveis.

Questiono também a inclusão nos cálculos de 2 bilhões em despesas não discricionárias para custear o Fundo de Compensação de Variações Salariais, o FUNDEF, a Lei Kandir, etc. Pergunto: por que essas despesas também não foram previstas no projeto de lei? Quais os motivos que levaram incluir a



referida conta no decreto de contingenciamento, uma vez que as mesmas não ficaram defasadas, em decorrência do aumento de receita do Congresso Nacional e, tampouco, do salário mínimo?

Foram essas dúvidas, Sr. Ministro, que nos moveram a fazer esse convite a V.Exa. Evidentemente, as respostas poderão elucidar e comprovar se erramos ou acertamos ao passarmos seis meses discutindo a elaboração de um Orçamento que certamente, na previsão de receita, ficou muito próximo da prevista pelo Ministério de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Senador Jader Barbalho, autor do requerimento de convocação no Senado Federal.

O SR. SENADOR JADER BARBALHO - Sr. Presidente, Sr. Ministro Martus Tavares, Srs. Senadores, Srs. Deputados, em primeiro lugar, desejo cumprimentar a Comissão de Orçamento por esta reunião. Considero da maior importância que o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão possa, neste debate com Senadores e Deputados, prestar esclarecimentos não só ao Congresso, mas também à opinião pública.

O que me motivou, Sr. Presidente, a dirigir o requerimento a V.Exa. em grande parte o Deputado José Priante já teve oportunidade de, nas suas observações, questionar, o que renovo nesta oportunidade. Não integro a Comissão de Orçamento. Entretanto, entendo que o Orçamento da União é a peça mais importante da administração do País. E é profundamente difícil justificar perante a opinião pública como, após vários meses de discussão que envolve Parlamentares que apóiam o Governo e são acompanhados pelo Executivo, depois de serem criadas expectativas junto à sociedade em relação a projetos, a prioridades estabelecidas no Orçamento, o Executivo contingencia — como disse há pouco o Deputado José Priante — , inclusive requisitando do Ministro que explique à Comissão de Orçamento e ao Congresso qual o critério. Depois de o Congresso estabelecer todas as prioridades, é o Executivo quem estabelece a ordem de prioridades a ser observada na execução do Orçamento. Então, na verdade, de que valeu essa discussão e o estabelecimento de tantas prioridades se, na hora do contingenciamento, é o Executivo quem, na realidade, passa a estabelecer essa prioridade?

Portanto, Sr. Presidente — vou-me dispensar de fazer indagações de natureza técnica, até porque já foram feitas pelo Deputado José Priante, e creio que membros desta Comissão o farão de forma mais precisa — , minha manifestação é de natureza política, levando em conta a perplexidade da opinião pública particularmente em relação ao Congresso. Não entende a opinião pública essa luta das bancadas, dos Parlamentares, para priorizar as suas emendas, a divulgação disso em cada Estado, em cada Município do Brasil. Determinada bancada conseguiu emplacar no Orçamento da União determinado projeto, Parlamentares que, com muita justeza, informam os seus representados a respeito do que conseguiram, e esse contingenciamento acaba por eliminar as prioridades estabelecidas pelo Congresso. Então, creio que,



além da discussão técnica, é importante a discussão política a respeito do Orçamento, sob pena de não valerem esses meses de disputa dos partidos políticos para indicar as Sub-Relatorias, a luta pela Relatoria, se, no final, o Orçamento chega a essa situação.

A minha manifestação, portanto, Sr. Presidente, é de natureza política. E o foro adequado é exatamente esta Comissão, com um dado: saiu do Congresso para integrar o Executivo o Relator do Orçamento da União, o Deputado Carlos Melles, e no dia da sua posse o Presidente da República disse que uma das motivações pelas quais havia escolhido S.Exa. para o Ministério era o seu desempenho à frente do Orçamento da União. Então, estamos diante de determinadas questões que precisam ser aclaradas para que a opinião pública não fique a imaginar que o Executivo e o Legislativo não conseguem se entender efetivamente sobre o que existe de concreto por trás disso tudo.

Creio, portanto, que a vinda do Ministro a esta Casa proporcionará uma grande ajuda à Comissão. Não sei qual foi o corte de contingenciamento do Ministério do Deputado Carlos Melles. Verifique-se, então, o que há de paradoxal e, de certa forma, irônico nessa questão. Acredito que essa discussão não deve redundar apenas em números, mas em procedimentos em relação ao Orçamento que efetivamente seja uma peça que o Congresso decida e a opinião pública leve em conta que essa decisão deverá ser observada, cabendo ao Executivo materializá-la, Sr. Presidente.

São essas as observações de natureza política que faço, entendendo que aqueles que fizeram parte desta Comissão as farão tecnicamente melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro Martus Tavares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Sr. Presidente, Sr. Senador Jader Barbalho, Deputado José Priante, peço desculpas a V.Exa. para responder primeiro ao Líder, tendo em vista que S.Exa. expôs a questão, conforme ressaltado por S.Exa., de uma forma mais ampla. O Deputado José Priante também o fez, mas há uma série de detalhamentos na resposta de S.Exa., preferindo, portanto, inverter a ordem.

Concordo inteiramente com o Senador Jader Barbalho. Procurei fazer na minha exposição um chamado de atenção que resultasse na mudança de procedimentos, conforme ressaltado por S.Exa. Então, acho que toda a minha fala foi nesse sentido, e procurei lembrar e observar que o objetivo do Executivo e do Congresso é obter um aperfeiçoamento na área de planejamento e orçamento. Há pouco mencionei que estou inteiramente de acordo com essa discussão e com a tese do Orçamento em positivo. Acho que ela se tornou



contemporânea à luz dos fatos recentes. E os fatos recentes que menciono dizem respeito principalmente à estabilidade da economia. Se temos uma economia estável e condições de fazer melhor as previsões, por que não discutirmos isso? Estou inteiramente de acordo com essa discussão tanto de S.Exa., mencionada dias atrás, quanto do Senador Antonio Carlos Magalhães.

A minha vinda hoje aqui tem tudo a ver com esse debate. Deve ser considerada, talvez, uma primeira conversa com a Comissão de Orçamento, ou com o Congresso, em relação a essas teses, as quais devemos aprofundar, resultando, conforme disse o Líder, Senador Jader Barbalho, em mudança de procedimentos.

Mencionei que buscamos, a partir da estabilização da economia, de 1995 para cá, durante os últimos seis anos, chegar a um Orçamento real e efetivo, deixando de ser uma ficção, sendo executado conforme aprovado pelo Congresso. No entanto, diversos fatores contribuíram ao longo desses anos para que não acontecesse dessa maneira. E subdividimos o período recente em dois. No período de 1995 a 1997, tivemos necessidade de ajustar o valor da despesa aprovada pelo Congresso Nacional, tendo em vista os erros na estimativa de inflação. O Executivo errou na estimativa de inflação nesse período. Errou porque a economia teve um desempenho melhor do que prevíamos. Erramos, mas tínhamos um bom resultado do ponto de vista macroeconômico. Projetamos um nível de inflação, e ela estava caindo naquele momento de uma forma mais rápida do que o previsto nas propostas dos Orçamentos desse período, por conta também de, depois, na tramitação, serem identificadas outras fontes de receitas que não se mostraram realistas. A combinação desses dois fatores levou à necessidade de se fazerem ajustes na despesa dos Orçamentos no período de 1995 a 1997. Posteriormente, no ano de 1998 e de 1999 — e permitam-me fazer uma outra subdivisão — , houve crises externas que afetaram diretamente a economia brasileira, a crise da Rússia e a nossa própria crise cambial de janeiro de 1999. Isso nos levou a uma mudança de comportamento na política fiscal que resultou na necessidade de ajuste da despesa maior e mais rápida do que estávamos fazendo. Então, essa foi a razão pela qual o Orçamento foi contingenciado ou ajustado à despesa a um nível compatível com o cumprimento da meta e com a previsão realista das receitas.

No ano de 2000 — e refiro-me um pouco mais aos detalhes das questões levantadas pelo Deputado José Priante, e concordo com S.Exa. — , efetivamente a diferença se deu muito menos na receita e muito mais na despesa. Essa parte, "muito mais na despesa", é por minha conta. O Deputado estava mencionando que a receita ficou muito próxima. Efetivamente, se olharmos no conjunto de tabelas que distribuimos, na Tabela nº 2, iremos verificar o mencionado por S.Exa. Os números são os mesmos nossos, isto é, a diferença de receita reestimada pelo Executivo e o Congresso Nacional é de apenas 2 bilhões. Encontramos um nível de receita que é apenas 2 bilhões



menor do que o nível de receita do Congresso, mas é o nível de receita líquida. Ela já possui uma diferença aí, e também uma diferença de procedimento.

Há pouco citei números de estimativa de nossa receita, dos diversos itens de receita que elaboramos. O Imposto de Renda é muito maior do que o reestimado pelo Congresso. Ora, mas isso não é neutro, do ponto de vista de recursos que sobram para despesa, porque sabemos que o Imposto de Renda é repartido para Estados e Municípios. Então, isso surte um efeito. Assim, apesar de o número ser próximo, ser parecido em princípio, há uma diferença de 2,2 bilhões, que não é pequena, num total de corte de 7 bilhões. Então, 2,2 bilhões é, de fato, decorrente da diferença do número da receita líquida. Enfim, esses valores que havia mencionado se encontram na Tabela nº 3, que está sendo copiada e em seguida será distribuída a V.Exas. Vários itens de receita foram reestimados a maior por nós do que os do Congresso. No entanto, também quando é menos, temos que colocar menos. E isso não é neutro porque existem as vinculações, as transferências constitucionais que fazem com que, dependendo como seja reestimada a receita — por dentro, conforme chamados, isto é, os diversos itens —, pode resultar numa disponibilidade ou outra de recursos para se gastar em custeio e em investimento. Então, esse ponto merece ser entendido.

Outro ponto mencionado pelo Deputado José Priante, na forma de questionamento, é o seguinte: por que alguns itens de despesa foram estimados a maior, a exemplo da despesa de pessoal, de outras vinculações ou recursos destinados previamente em lei para determinadas finalidades? É o caso da Lei do ICMS, do FUNDEF, etc. Conforme explicitado na tabela que distribuiremos, as despesas estimadas pelo Executivo são da ordem de 4,5 bilhões, sendo 1,5 bilhão destinado a pessoal. Já estimamos a despesa com pessoal quando da elaboração do decreto, ou seja, o montante previsto para 2000, de 1,5 bilhão de reais. Em decorrência do ajuste nas tabelas das áreas de fiscalização e de segurança e da mudança de procedimento relativo à classificação de despesa dos militares, movimentação de tropa, anteriormente considerada custeio, é agora considerada despesa de pessoal, elevando-a e evidentemente reduzindo o custeio.

Então, já estimamos a despesa de pessoal e identificamos, à luz da execução do Orçamento até abril, o número previsto no ano de 2000: 53,6 bilhões. Quando o José Deputado Priante perguntou, eu não entendi; S.Exa. repetiu a pergunta, mas continuei sem compreender a comparação que fez em relação a 1999. A nossa "reestimativa" para 2000 é de 53,6 bilhões, já considerado o valor de 1,5 bilhão que mencionei.

As despesas não discricionárias, ou seja, FUNDEF e Lei do ICMS, etc., tiveram origem em questões específicas de cada item. Por exemplo, na Lei do ICMS foi feito acordo, no final do ano passado — o Deputado tem conhecimento disso —, depois do envio da proposta orçamentária ao Congresso, entre o Executivo e os Srs. Governadores. Ficou acertado que se faria o ajuste na Lei do ICMS. Isso foi feito. A lei complementar que regula a matéria ainda está tramitando. E o aumento da despesa é na ordem de 1,2



bilhão de reais. Portanto, é um fato novo.

Na Lei Orgânica de Assistência Social há, de fato, "reestimativa", de acordo com o que aconteceu na execução orçamentária até dezembro. Chamo a atenção de V.Exas. para o que mencionei: a estabilização nos ajuda a fazer previsões, mas não as torna infalíveis. Melhoraram muito as condições de previsibilidade da economia brasileira para qualquer tipo de projeção de variável econômica.

Em alguns itens do Orçamento se torna necessária a execução. V.Exas. se recordam — já mencionei em outras oportunidades — que as estimativas do Orçamento, receita e despesa, são feitas mais ou menos em junho, com base na execução de maio do ano anterior, dependendo do item; portanto, há seis ou sete meses de defasagem até o início da execução. Nesse caso, como o Orçamento foi liberado e o decreto publicado somente no final de maio, há quase um ano de diferença entre a base utilizada para as estimativas do projeto original e a "reestimativa" dos números do decreto. Esse fato deve ser levado em conta.

Outro ponto que já havia mencionado é que os Poderes Executivo e Legislativo não podem esquecer os itens de receita e despesa. Quando o Congresso Nacional aprovou o Orçamento, a medida provisória do salário mínimo já havia sido editada, fixando o valor de 151 reais. No entanto, não foi destinado o valor de 1,2 bilhão, necessário para cobrir esse aumento de despesa. Da mesma forma, a medida provisória que alterou o salário da área de fiscalização e segurança era do conhecimento do Congresso. No entanto, esses itens não foram considerados. Nós os consideramos e não poderíamos proceder de forma diferente no momento de fixar o valor da execução da despesa.

Em linhas gerais, essas são as respostas aos questionamentos do Deputado José Priante e do Senador Jader Barbalho.

Em relação às questões específicas e aos critérios adotados, gostaria de chamar a atenção para outro ponto. No final da minha intervenção, disse que, ao fazermos uma proposta ao Presidente, para a fixação do limite de despesa no decreto, "reestimamos" todos os itens de receita e de despesas agregadas. Custeio e investimento são um item. O que é mais é mais, o que é menos, infelizmente, é menos. Este é o ponto.

Em maio, quando adotamos esses procedimentos, concluímos que o Congresso havia elevado a despesa em 6,1 bilhões, atendendo às demandas legitimamente defendidas pelos Parlamentares e honestamente trabalhadas durante a tramitação, no processo de discussão. O aumento do gasto previsto para despesas com pessoal era de 4,5 bilhões. Também houve necessidade de destinar 0,9 bilhão de reais, para cobrir o aumento da meta fixada pelo Congresso, resultando num aumento de despesa de 11,5 bilhões de reais. E a "reestimativa" de receita líquida foi de 4,1 bilhões a mais, ainda que muito próxima da fixada pelo Congresso, ou seja, 4,5 bilhões. Para se cumprir a meta,



fez-se necessário o ajuste da despesa.

Definido o valor global em 7,4 bilhões a menos de despesa, qual o critério para distribuir esses recursos? Primeiro, considerar o que o Congresso aprovou. Quando comparamos a lei orçamentária e a proposta original, é fácil perceber que há um nível maior de emendas em determinadas áreas, o que demonstra as prioridades do Congresso. Não estou questionando, apenas citando os fatos. Existem prioridades mais claramente definidas pelo Congresso em determinadas áreas. É preciso fazer o ajuste, mas, se o compararmos ao que foi aprovado pelo Congresso, ou seja, um montante maior e mais expressivo em determinadas áreas, verificaremos que haverá necessariamente impacto maior nessas áreas.

No momento de fixarmos os critérios para a distribuição setorial, levamos em conta o que o Congresso aprovou, mas o fato é que serão percentualmente mais afetadas aquelas áreas cujas dotações foram mais elevadas, onde houve maior incremento de recursos.

Repito, o ajuste não foi pequeno. Ele é necessário, mas não foi pequeno. O fato de ser realista não minimiza seu efeito político, econômico, fiscal e em relação aos projetos do Governo perante a sociedade. No entanto, era necessário. Essa redução acaba sendo interpretada como proporcionalmente maior nessas áreas onde houve acréscimo de recursos por parte do Congresso. Observamos que não poderia ser diferente, tendo em vista o que o Congresso definiu.

Outro ponto que limita essa distribuição e nos leva a determinada direção é a vinculação dos recursos. Certas áreas não têm vinculação de recursos. O Deputado José Priante mencionou a área de integração nacional, para a qual não existem recursos vinculados. É o caso dos transportes, do meio ambiente, das Forças Armadas. Isso faz com que essas áreas sejam afetadas, sofram mais, porque não podemos descumprir as leis e a Constituição, que prevê a vinculação dos recursos, que nos obriga a manter um nível de gastos. A LDO exige determinado gasto em determinada área. Os efeitos, então, tornam-se maiores em determinadas áreas.

Levamos em conta evidentemente o que o Congresso aprovou. No entanto, esses fatos impõem determinada distribuição. Se os recursos fossem previamente vinculados, não haveria o que fazer, apenas estimar a receita e automaticamente distribuí-la. Não teríamos dúvida. O debate ainda existe porque determinadas áreas não têm vinculação.

Então, acrescentaria à discussão política, corretamente conduzida pelo Líder Jader Barbalho, a necessidade de discutirmos as vinculações em geral. Acho importante debatê-las junto com a proposta do Orçamento impositivo. Essas duas questões tendem a gerar incompatibilidade na implementação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Se o Líder Jader Barbalho e o Deputado José Priante quiserem acrescentar algo ao que eu já mencionei, estou à



disposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Deputado José Priante, deseja fazer alguma consideração? (*Pausa.*) O Senador Jader Barbalho quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*) Também não.

Com a palavra o Deputado Arthur Virgílio, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO - Sr. Ministro Martus Tavares, Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, de minha parte foram completamente satisfatórias as manifestações do Sr. Ministro, e o parabeno pela acuidade com que trata a questão fiscal do País, fundamental para a sustentação do crescimento econômico.

Ouvi as peças de excelente arrazoado do Senador Jader Barbalho e do Deputado José Priante — se querem dar o nome de Orçamento impositivo, muito bem; se quiserem chamar de Orçamento positivo, melhor ainda; se quiserem dar qualquer nome, tanto fará como tanto não faria — e considero que a idéia central é que está cada vez mais evidente a necessidade de formulação conjunta, envolvendo Congresso e Executivo, até para que se possa realizar isto que está se transformando na grande aspiração do Congresso Nacional, na condição de Poder autônomo.

Sr. Ministro, V.Exa., a meu ver, preencheu todas as expectativas que pudessem existir, quando reafirma o desejo de sustentar o crescimento; quando fala da inviabilidade de receitas serem criadas de uma hora para outra, e as receitas podem até superar as previstas. O Brasil só terá crescimento sustentado, se pudermos dar um passo, ou seja, sinalizar para os mercados — não é nenhum palavrão o que vou dizer — com um orçamento enxuto e razoável. V.Exa. está de parabéns. Imagino que tenha satisfeito a Casa como um todo.

Pela exigente peça que compôs o Deputado José Priante e pela sempre talentosa e rigorosa peça que também compôs o Senador Jader Barbalho, percebo que a Casa deve estar, a esta altura, bastante compenetrada de que não havia alternativa para V.Exa. a não ser agir como agiu. V.Exa. disse muito bem que esse é o primeiro diálogo, para se chegar ao chamado Orçamento impositivo, entre V.Exa. e o Congresso, ou seja, entre o Governo Federal, que planeja o Orçamento e a gestão, e o Congresso. Essa primeira conversa vai redundar em outras tantas, que, a meu ver, vão fazer com que fique cada vez mais agudamente compenetrado o Congresso de que a sua responsabilidade será maior ainda quando fizer o Orçamento, quando tiver de bater exatamente no dever e no haver.

E o Governo, com certeza, democrático como é, sabe que abrirá mão de poder, mas em torno de um consenso que estará contemplando a sociedade brasileira como um todo.

Perguntas a fazer, tenho uma. Preparei várias, restou uma apenas, tão



convincente achei a fala de V.Exa., Sr. Ministro. Existe correlação entre os limites estabelecidos e as emendas parlamentares? Não foram mais afetados os órgãos que receberam maiores dotações provenientes das emendas? Haveria a probabilidade de que, dada a obrigatoriedade de realização das despesas correntes, o contingenciamento recaísse mais sobre as emendas? Arquivo as demais perguntas por entendê-las respondidas antecipadamente pela brilhante peça que V.Exa. aqui ofereceu.

Imagino que esteja começando hoje, olhando para a frente, um belo diálogo entre os Poderes Executivo e Legislativo, com vistas a chegar ao Orçamento, que não sei impositivo, mas com certeza realista, aquele que vai representar o País maduro. E assim vai ser examinado por investidores, por aqueles que têm a ver com o futuro do desenvolvimento da nossa economia.

Muito obrigado. Parabéns a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro. (*Pausa.*) Falará posteriormente.

Passaremos, agora, a chamar os oradores pela lista de inscrição.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Só um esclarecimento, Sr. Presidente. Existem duas listas sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A primeira lista é sobre contingenciamento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - O Ministro vai falar sobre LDO depois? Fará uma segunda exposição?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Haverá uma segunda parte.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, primeiro orador inscrito.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores e Deputados, acho que temos aqui duas discussões a fazer: uma delas é sobre o que está por trás da motivação para o contingenciamento; a segunda é sobre o detalhamento dos critérios desse contingenciamento e a análise das razões dos vetos.

Antes quero ressaltar que considero V.Exa., Sr. Ministro, um dos mais brilhantes técnicos deste Governo. E tenho tido o hábito de não mais responsabilizar os Ministros de Pastas outras por alguns desacertos, ou desajustes, ou não correspondência às necessidades das suas Pastas, seja Educação, seja Saúde, seja as diversas outras áreas.

Sempre disse que a questão é maior está um pouco acima dos Ministros. Está lá no primeiro escalão. Não quero dizer que os outros Ministros são de segundo



escalão, mas o Ministro maior, de "primeiro escalão" — entre aspas — ainda é o Ministro Malan.

Quem deveria estar nesta Comissão respondendo às nossas perguntas é o Ministro Pedro Malan e não V.Exa., que deve estar aqui apenas cumprindo uma determinação do Presidente da República ou do próprio Ministro Pedro Malan. Vou dizer depois as justificadas razões desta afirmação.

V.Exa. ou alguém da equipe econômica do Governo promoveu o veto ao art. 7º e ao quadro V, que diz respeito ao SUS. O Deputado Arthur Virgílio, que está presente, participou com os partidos de oposição de uma negociação envolvendo um acréscimo de recursos para a Saúde, oportunidade em que levantei a hipótese de não ser vetado o art. 7º. Mais uma vez o Governo desautorizou o seu Líder, para tristeza nossa, ao descumprir mais esse compromisso.

O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO - Creio que, se V.Exa. recorrer à memória do Líder Miro Teixeira, vai ver que comete um equívoco, porque ficou acertado precisamente que não havia garantias quanto a não vetar. Havia a garantia de se cumprir a LDO, isto sim. Se V.Exa. recorrer não apenas à sua privilegiada memória, mas à memória também privilegiada do Líder Miro Teixeira, verá que há um equívoco.

No mais, quero vir em socorro do Deputado Giovanni Queiroz, que no início não foi tão delicado com o Ministro Martus Tavares como costuma ser comigo e com os demais companheiros, dizendo que S.Exa. estaria aqui em posição subalterna a outro Ministro. O Deputado Giovanni Queiroz não é assim sempre, é um cavalheiro, é uma figura que se porta sempre dentro da maior compostura. Quero defendê-lo, até para que não fique uma impressão equivocada. Quanto ao mais, falhou a memória de um homem que trabalha muito e é um dos baluartes da Comissão de Orçamento. Por isso, faço a reposição da verdade pelo ângulo como a vejo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado, se V.Exa. me sugere que busque a memória do Líder Miro Teixeira, foi com ele que busquei a memória para aqui afirmar o que afirmei. V.Exa. assumiu o compromisso, na mesa de negociação, de que não haveria veto ao art. 7º e ao quadro V do SUS, em um amplo acordo que fizemos naquele momento.

O SR. DEPUTADO ARTHUR VIRGÍLIO - Espero que não tenha dado uma amnésia no seu partido de modo geral. Quero então recorrer a outras pessoas que participaram daquela negociação. Foi muito claro o que disse. Quanto a mim, tenho absoluta convicção da minha própria não-amnésia. Acertamos que haveria o cumprimento da LDO e que não haveria cumprimento... Tanto que isso está no modesto discurso que proferi na hora. Se não me engano, se formos, quem sabe, ao discurso do Líder Aloizio Mercadante, há alguma coisa ali também. É só irmos aos Anais da Casa.

De qualquer maneira, o que prevaleceu ali foi o bom interesse da Oposição de



ver mais verbas sendo alocadas para a Saúde e o nosso compromisso de cumprir a LDO, até porque não poderíamos descumpri-la. Isso ficou acertado, mas com a absoluta convicção de que não poderia haver compromisso quanto ao veto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sem querer polemizar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Peço penhoradamente ao Deputado Giovanni Queiroz que se atenha ao tema: "contingenciamento".

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Mas é isso, contingenciamento e veto estão dentro da mesma pauta. Vetaram o art. 5º, que daria à Saúde um recurso para pelo menos tentar minimizar as diferenças e as injustiças patrocinadas pelo Governo no projeto de lei que remeteu a esta Casa. E foi bandeira de todos os Parlamentares para tentar equalizar minimamente as dificuldades e as diferenças que estavam sendo alocadas a cada Estado.

Mas avanço. Não estou sendo indelicado com o Ministro. Estou apenas querendo debitar a quem se deve debitar, sim, esses cortes que aqui estão. Na verdade, Sr. Ministro, demais, reproduzo aqui os questionamentos feitos pelo Deputado José Priante, porque não entendi o motivo de cortar tanto, por exemplo, no Ministério dos Transportes ou na Secretaria Especial de Urbanismo ou no Esporte, em Secretarias onde há maior volume de emendas parlamentares e de bancadas parlamentares. Qual o critério que levou V.Exa. a priorizar o corte naqueles órgãos? Repetimos a pergunta do próprio Líder.

Por que o Governo ainda não veio a tempo para dizer que os gastos com pessoal, benefícios previdenciários e outras despesas não-discrecionárias estariam subestimados? Por que não veio a tempo, já que votamos o Orçamento recentemente e na fase de elaboração isto poderia ter sido corrigido?

Sr. Ministro, o uso político na liberação de verbas tem sido notório, o que não condiz com a prática democrática. O Estado do Pará, a exemplo do que ocorre com diversos outros Estados, tem sido discriminado na liberação dos recursos. Concordo com V.Exa. quando afirma que precisamos de um Orçamento realista. Mas no ano passado tivemos um excesso de arrecadação de 6 bilhões de reais. E ao final do ano mandaram aqui para crédito suplementar 21 bilhões de reais sem cumprir aquilo que estava previsto no Orçamento, abrindo novas suplementações ou créditos especiais para outros programas, outras ações que não aquelas que já estavam no Orçamento aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente.

Então, não existe realismo na prática. Existe, teoricamente, a vontade de se acertar e de se ter um Orçamento que realmente possa ser cumprido.

Mais ainda, Sr. Ministro: em 1998 o Sr. Pedro Malan autorizou a liberação e a execução orçamentária de apenas 62,94% do que estava previsto no investimento. Só isto: 62,94%. Em 1999, até o mês de fevereiro, só se havia



executado 41,49%.

Tenho chamado a atenção dos pares, dos companheiros Deputados nesta Casa, porque a luta aqui é grande na tentativa de buscar mais recursos para os nossos Estados a fim de viabilizar a infra-estrutura necessária ao nosso desenvolvimento. No entanto, Sr. Ministro, ao final do ano é aquele corre-corre, pedindo por favor e pelo amor de Deus para que nos ajude, liberando alguns recursos. Às vezes recorro inclusive a Secretários de V.Exa. para tentar liberar um pouco de recursos para um Município do fim do mundo, no Pará, mas onde há brasileiros como nós pedindo pelo amor de Deus, porque o Orçamento não é ainda determinativo.

O Estado do Pará tem sido prejudicado violentamente nesses cortes. Houve corte de 55% de tudo que estava previsto de investimentos dos Ministérios para o Estado. Se formos ver a distribuição **per capita** de verbas para todo o Brasil, o Estado do Pará ocupa a penúltima colocação. E, como todos sabem, trata-se de um Estado carente.

A diferença, Sr. Ministro, de um Estado para outro chega a trinta vezes. Há Estado que está recebendo por habitante 30 vezes mais do que outros. Falta critério. Não havendo critério, há injustiça. Daí as brigas. E no calor da discussão ninguém tem razão.

Concluindo, Sr. Ministro, quero dizer que, quando debito ao Sr. Pedro Malan e não a V.Exa., não estou sendo indelicado com V.Exa., como não sou com nenhum outro Ministro quando falo da mesma forma. Na reforma agrária não se concretizam os objetivos mínimos necessários porque o Sr. Malan não libera recursos, já que não prioriza a reforma agrária. Quando não libera recursos para a Educação, para cumprir a LDO — a LDO, repito —, quando não libera recursos para a Saúde, não debito a V.Exa., nem poderia fazê-lo com o Ministro da Saúde, mas ao Sr. Malan, que tem uma política econômica agora, quando foi sancionado o Orçamento e os senhores não corrigiram, talvez por esquecimento, em que a projeção dos juros seria de 78 bilhões para juros da dívida interna e 10 bilhões para juros da dívida externa, mais ou menos isso.

A projeção é de que teríamos um juro médio de 13,4%, conforme consta da mensagem do Governo. Foi o que trouxe a mensagem. Os juros seriam de 15,5% em janeiro e 11% em dezembro, dando uma média de 13,4%. Aí se estimou em 68 bilhões os juros da dívida interna brasileira. Começou com 19% em janeiro, viemos até março com 19% e 18,5% em abril, maio e junho. A média deve chegar a 18%, deve ficar em 18%.

Essa prática de juros altos, essa política de extorsão do povo brasileiro vai levar ao endividamento maior de mais 25 bilhões de reais. Por trás de todos esses cortes está a questão fundamental, que bate no estômago, que é a política desastrosa de juros praticada neste País. O Brasil é o país onde se pratica a segunda maior taxa de juros reais do mundo, uma sangria de 100 bilhões, Ministro. E não posso debitar isso a V.Exa., que não discute a política econômica propriamente, não atua na política econômica, é apenas um



colaborador na discussão desses projetos; mas ao Sr. Pedro Malan e ao Presidente da República, sim.

Daí eu dizer, Sr. Ministro, que por trás desses cortes que tiram recursos lá do açude do Nordeste, do Deputado Osvaldo Coelho, da ponte do trabalhador rural lá do interior do meu Pará ou lá de Pernambuco, de outros companheiros presentes, como há na Mesa um deles, há uma deliberada ação no sentido da manutenção dessa política econômica desastrosa.

Sr. Ministro, há um artigo de V.Exa. — tenho em mãos, deram-me agora — intitulado "Realidade e Ficção", publicado no **Correio Braziliense**, em que V.Exa. diz: "O Governo ainda toma muito dinheiro emprestado no mercado porque a sua economia é menor do que os gastos com os juros das dívidas passadas".

Não são dívidas passadas, Excelência, é dívida deste Governo. (*Palmas.*) V.Exa. sabe que em junho de 1994 o Governo brasileiro tinha uma dívida de 64 bilhões de reais. Em dezembro 1999, Sr. Ministro, em apenas cinco anos, a dívida brasileira foi para 467 bilhões de reais. Então não são dívidas de governos passados, é uma dívida deste Governo, que está sempre dizendo que "agora estamos acertando", mas o que vemos é o desemprego crescendo, a Saúde às traças, a universidade falida e o funcionalismo público sem aumento há cinco anos. (*Palmas.*)

Ministro, gostaria que V.Exa. mais participasse do conselho dos homens que discutem a política de juros neste País, porque está por aí o grande ralo da economia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Deputado Giovanni Queiroz, o tempo de V.Exa. triplicou.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Com a palavra o Líder do PTB.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, quero dizer ao Ministro Martus Tavares que S.Exa. é vítima do parlamentarismo que se avizinha. Esse orçamento impositivo, imperativo, feito no Congresso Nacional, virá, sem dúvida, no parlamentarismo que se avizinha. É uma tese política que vamos ter de enfrentar.

Vivemos num sistema presidencialista, e o parlamentarismo se avulta. Aqui na Comissão de Orçamento percebemos viva a chama do parlamentarismo no orçamento impositivo, imperativo, que haverá de ser votado a partir deste ano.



O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Isso é uma prática americana, onde o presidencialismo está...

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, viva o Pará, que mandou para cá três representantes fortes para verberar pelos recursos orçamentários de seu Estado. No Pará juntaram-se Oposição e Situação.

Mas o que é bom de vermos aqui, Sr. Presidente, é que o Governo não usou um critério político, mas uma política econômica com critério técnico. O corte de verbas do Pará, do Senador Jader Barbalho, Presidente do PMDB, partido do Governo, Líder do PMDB no Senado, não foi um critério político de perseguição ao Senador Jader Barbalho. Inclusive o Governador Almir Gabriel é do PSDB; o Vice é do meu partido, o PTB. Fica demonstrado que não houve um critério político de perseguição a ninguém. É um critério técnico. Sentimos isso no Rio de Janeiro também. Nossas emendas, até as nossas emendas coletivas foram atingidas, e nós estamos tentando, numa negociação, restabelecer alguma coisa daquele compromisso inicial que a Comissão de Orçamento fez conosco na negociação e votação de nossas matérias e de nossos projetos.

Cumprimento o Ministro Martus Tavares, que é uma vítima desse modelo presidencialista de transição ao parlamentarismo. E lembro que a dívida a que o Deputado Giovanni Queiroz se referiu é fruto não só de uma acumulação de juros. O Governo absorveu a dívida do BNH, absorveu a dívida do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, na renegociação que foi feita. Isso tudo se acumulou como uma dívida do Brasil, para melhorar a situação de Estados e Municípios.

Quero cumprimentá-lo, Sr. Ministro, e dizer a V.Exa. que espero encontrá-lo entre nós no parlamentarismo, nessa convivência pacífica que estamos vivendo neste momento na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara. (*Pausa.*)

O Senador está em votação no Senado. S.Exa. falará mais tarde.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores presentes, não vou fazer o debate macroeconômico, vou ater-me aos termos do decreto e discutir as suas conseqüências.

É preciso que fique evidente que, do ponto de vista do trabalho do Congresso, ao avaliar a receita, nós praticamente ficamos com as mesmas receitas calculadas pelo Ministério. Isso fica evidenciado em termos de impostos, porque o cálculo de FPM e FPE e transferências para os Fundos Constitucionais feitos pelo Ministério é praticamente igual ao feito pelo Congresso. Se houve aumento por um cálculo diferenciado do Imposto de



Renda, do ponto de vista global, que é o que interessa, ficaram praticamente na mesma, com diferença de poucos milhões, o FPM, o FPE e os Fundos Constitucionais.

O que se alterou, Ministro, foi que no decreto de contingenciamento V.Exas. aumentaram as despesas sem justificativa. O problema não foi no lado da receita, mas da despesa. Por que aumentou em 1 bilhão e 600 milhões a despesa de pessoal? Qual o cálculo? É um erro? São projetos que estão em tramitação? Ora, se são projetos que estão em tramitação, deveriam respeitar o art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deveriam ser compensados.

Por exemplo, V.Exa. diz no seu artigo e nesse trabalho que está contando com a Lei Kandir. A Lei Kandir está sendo votada depois da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu fiz o alerta. É uma típica despesa obrigatória de caráter continuado. É fruto de uma lei, é despesa corrente, tem duração até 2002 e não foi compensada nos termos do art. 17, não houve a compensação.

Esse aumento de pessoal da ANATEL tem de ser compensado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu digo isso não porque seja contra essas leis, porque acho que a compensação é um absurdo, mas a compensação tem um sentido, porque o Congresso discutiria onde seria cortado, não o Executivo. Esse foi o sentido da lei, do substitutivo do nobre Deputado que preside esta sessão, que o Congresso discutisse onde haveria cortes.

Quero chamar a atenção para duas questões. A primeira questão acompanha o decreto, um anexo, o Anexo X, chamado "Programas Estratégicos". Quero que o Ministro nos explique como foram definidos esses programas estratégicos. Qual a autorização legal para que o Executivo pince de uma lei orçamentária votada pela Casa alguns programas estratégicos? Esses programas estratégicos chegam — quero chamar a atenção dos Deputados que não leram esse Anexo X — , nas questões de investimentos dos corredores de integração, a detalhes de programas. E eu peguei o meu Estado, o corredor transmetropolitano, que envolve Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Foram definidas pelo Executivo, e não pelo Congresso Nacional, as prioridades. São quatro as prioridades, três de São Paulo e uma de Minas Gerais. O pobre Rio de Janeiro ficou sem nenhuma prioridade.

Prioridade de Minas Gerais no Orçamento: recurso de 1 milhão; de São Paulo: o Rodoanel, 124 milhões, a duplicação da Fernão Dias, na parte de São Paulo, 33 milhões, e as obras complementares na Hidrovia Tietê/Paraná, 4 milhões. São Paulo, então, tem 163 milhões, nas prioridades, aprovados no Orçamento, e Minas Gerais, 1 milhão. Quem definiu isso? Quem escolheu essas obras como prioritárias, passando por cima da decisão do Congresso? E o mais grave é que quem define as prioridades não são os Ministros das áreas.

O próprio texto do decreto, no parágrafo único do art. 3º — passem, Srs. Parlamentares — , define o programa estratégico: "Os Ministros da Fazenda e do Planejamento serão responsáveis, poderão ainda no âmbito de sua competência proceder ao remanejamento dos limites entre programas



estratégicos e demais no âmbito do mesmo órgão.

Sr. Ministro, estou com essa proposta, e a Casa normalmente não aceita as minhas propostas, apesar de serem justas, por meio de um decreto legislativo anular esse anexo. Isso, Srs. Deputados, só vem confirmar que o nosso trabalho aqui não tem valor. Aprovamos o Orçamento, depois de um grande esforço, para, de repente, as autoridades do Executivo virem estabelecer que as estratégicas são outras, as que eles querem, não mais as discutidas e aprovadas aqui, e ainda fazem um contingenciamento brutal.

Tenho certeza de que o amor ao Governo de V.Exas. não permitirá que aprovem esse decreto legislativo. Considero grave esse aspecto dos programas estratégicos. Vou fazer a proposta, mesmo que não seja aceita pela maioria.

Outro ponto, Sr. Ministro: vou abordar o problema de pessoal. V.Exa. lançou uma nota à imprensa sobre a situação do servidor. E sem querer, sinceramente, sem querer fazer nenhuma ilação, houve uma grave manipulação nessa norma, uma gravíssima manipulação. Digo isso porque sei que V.Exa. conhece de orçamento. Os servidores públicos pediram um aumento de 64% para compensar a inflação. Esse aumento poderia ser dado — está afastada a Lei de Responsabilidade Fiscal — como uma compensação à inflação passada. Seria uma exceção. Mas não se poderia calcular, como diz no item II da nota, que essa despesa seria de 34,1 bilhões? Primeiro, total do Orçamento 53 bilhões. Mas V.Exa. tem um anexo que diz que a despesa do Executivo é de 43 bilhões. Então, deveria ser calculado sobre os 43. Mas não precisa ser nem sobre esses 43. Depois da aprovação da emenda constitucional que retira os militares da categoria de servidores públicos — são militares, ou seja, menos o Ministério da Defesa, são 13 bilhões — , seriam 30 bilhões, até incorporando alguma coisa de pessoa civil dos Ministérios militares.

Se retirássemos as categorias que já tiveram aumento, não é para chocar a opinião pública dizer que o aumento pedido pelos servidores seria uma aberração de 34 bilhões. O aumento pedido pelos servidores, na proposta de negociação, no máximo, seria algo em torno de 60% dos 20 bilhões que restariam.

Sr. Ministro, considero o aumento dos servidores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Lembro ao Deputado Sérgio Miranda que o tempo regulamentar de cinco minutos para a sua intervenção...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA - Vou encerrar, Presidente. Quero apenas comentar rapidamente, e não vou nem fazer ilações, o aspecto dos "restos a pagar". Concordo com o Deputado José Priante: não estamos aprovando um contingenciamento de 35. Há restos a pagar. Mesmo tendo restos a pagar, mesmo admitindo que não haverá um **float** para o ano seguinte, temos de admitir também que alguma coisa desses restos a pagar não serão pagos; serão, isto sim, anulados, porque alguns Ministérios têm mais restos a



pagar do que efetivamente o seu limite financeiro.

Outro ponto: o superávit. Os 4%, diferença dos 100% para os 96%, por incrível que pareça, são 1,4 bilhões. É semelhante ao novo acordo com o FMI, que diz, não como meta, mas como um indicativo, que o superávit primário do ano de 2000 será de 38 bilhões. Até setembro é critério de desempenho. Até janeiro de 2000, até 31 de dezembro de 2000, seria um critério, uma meta indicativa de 38 bilhões. A partir do cálculo de um PIB de 1 bilhão, 182. O PIB calculado pelo Congresso foi 1 bilhão e 128. Se fizermos a diferença, vamos ter 1 bilhão e 400, semelhante, por incrível que pareça, a 1 bilhão e 400 dessa diferença de 4%, entre o que foi contingenciado e o que vai ser efetivamente liberado.

Sr. Presidente, já tratei dos assuntos mais importantes e, concluindo, quero fazer um apelo ao Ministro. Trouxe esse assunto do pessoal, porque o considero importante, e o Ministro, reconheço, é um homem de negociação. Mesmo que, em alguns momentos, estejamos fazendo o enfrentamento, sabe V.Exa. que são teses políticas, não é nada de pessoal. Pelo contrário, admiro o técnico que V.Exa. é.

Então, levando em conta essa questão e a sua trajetória política, faço um apelo a V.Exa.: discuta com os servidores públicos, mesmo que seja para negar suas reivindicações. Será uma demonstração de respeito, de reconhecimento de que há servidores públicos que estão, algumas categorias, efetivamente há cinco anos sem aumento.

Concluo a minha intervenção fazendo esse apelo. V.Exa., que recebeu Deputados do PT, poderia, num gesto, transmitir aquilo que disse a eles numa reunião com o comando da mobilização dos servidores públicos. Peço também a V.Exa. um comentário sobre esses programas estratégicos, sobre a concepção do que foi alterado, e foram aumentos de despesa, não foi o cálculo da receita. O Congresso se pautou corretamente no cálculo da receita, com algumas diferenças. É verdade que não fez o corte dos servidores inativos. Não fez. Assumiu esse ônus, mas, no geral, as receitas foram adequadas. O que houve foi aumento de despesa. Algumas não foram explicadas, e para outras a compensação terá de ser feita pelo Congresso e não pelo Ministério.

Eram essas as questões que tinha a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Ouviremos agora o Deputado Armando Abílio. Depois, passarei a palavra ao Ministro Martus Tavares para se pronunciar sobre as indagações.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, inicialmente quero deixar registrado um ambiente de inquietação, de pessimismo, que hoje há nesta Comissão, em função de alguns fatos.

Primeiro, Sr. Ministro, há uma dificuldade muito grande para ser indicado como membro desta Comissão, porque vários Parlamentares querem participar dela. Por quê? Porque, teoricamente, achamos que nesta Comissão temos um



instrumento de defesa dos interesses dos nossos Estados. E esse ambiente de pessimismo realmente aumentou quando da discussão do PPA, porque, quando estávamos discutindo o PPA, cujo relatório foi elaborado pelo nosso companheiro de partido, o Deputado Renato Vianna, soubemos da notícia do contingenciamento.

Ora, se aprovamos o Orçamento, e ele foi contingenciado, por que participar da discussão do PPA, se nele estão as prioridades do Governo?

Então, realmente esse ambiente de pessimismo aumentou, e aumentou muito. Foi tamanha a preocupação que, para conseguirmos aprovar o PPA, houve até dificuldades de **quorum**.

No nosso caso, Sr. Ministro, esse problema é maior. Nós, Parlamentares da Paraíba, um dos Estados mais pobres da Federação, os doze Deputados que compõem a bancada, estivemos reunidos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Deputado Armando Abílio, um momento. Tenho a liberdade de pedir a V.Exa. — que, além de ser meu amigo, é do meu partido — que se restrinja aos cinco minutos. Fui pouco tolerante com os outros partidos, e, para não dizerem que faço discriminação, terei de sê-lo com V.Exa.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - É o peso de sermos amigos.

O Deputado Roberto Jefferson disse que, nas emendas que defende para o Rio de Janeiro, iria encontrar uma solução. Como dizia, nós, da Paraíba, direcionamos 95% de nossas emendas para o Ministério da Integração Nacional. Por quê? Porque o problema da Paraíba é água. Por exemplo, Sr. Ministro, moro numa cidade, distante 25 quilômetros de Campina Grande, Esperança, onde, há dois anos, o abastecimento de água está desativado. É apenas um exemplo da dificuldade que temos no nosso Estado: água para beber.

A bancada da Paraíba reuniu-se e concentrou 95% das nossas emendas para o Ministério da Integração Nacional. Eis que, no Ministério, houve um corte de 68,8%.

Tenho algumas questões a fazer, mas o Deputado José Priante, de uma maneira feliz, já o fez, no que diz respeito ao PIB e à previsão de receita. Então, quero deixar registrado a V.Exa. esse ambiente de pessimismo que hoje comanda esta Comissão. Peço a V.Exa. uma solução para resolver o problema de água da Paraíba.

Era esta minha participação.



Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Aloizio Mercadante, Líder do PT, peço silêncio à Casa para ouvirmos a palavra do Sr. Ministro Martus Tavares. Solicito a paciência do Deputado Aloizio Mercadante, por dois minutos. Em seguida, ouviremos S.Exa. com atenção e muito mais tempo para fazer suas indagações. Muito obrigado.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - As manifestações que acabamos de ouvir dos Deputados Arthur Virgílio, Giovanni Queiroz, Roberto Jefferson, Sérgio Miranda, Armando Abílio, remetem ao tema que procurei ressaltar na minha fala, ou seja, um pouco de frustração em relação ao resultado da tramitação do Orçamento e, depois, sua execução. É importantíssimo recuperarmos um pouco daquilo que mencionei.

Procurei enfatizar que todos estamos buscando um orçamento realista. O Deputado Sérgio Miranda fez suas observações com muita razão, e o Deputado Giovanni Queiroz mencionou o percentual de frustração na execução das dotações para os investimentos, ou seja, para projetos. Essa frustração, Srs. Deputados, é nossa também.

Tenho ouvido, na forma das indagações, como se houvesse a responsabilidade exclusiva do Executivo, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Mencionei que não tenho a menor vontade, a menor satisfação de fazer cortes nas despesas. Defendo a responsabilidade e a execução do Orçamento. No entanto, a realidade nos impõe determinados limites. E essa realidade aparece não apenas na hora de elaborarmos o decreto de programação orçamentária e financeira, previsto na Lei Orçamentária, mas durante a tramitação, e já havia surgido no período de elaboração da proposta orçamentária. Então, não é algo que surge de repente, na hora de elaborarmos esse decreto de programação.

Mencionei, também na minha fala, que o reconhecimento disso é importantíssimo para continuarmos este primeiro debate, como foi ressaltado pelo Líder Arthur Virgílio. Portanto, temos que aprofundar essa discussão, e aprofundá-la não apenas em cima desse decreto de programação, que ajustou as despesas em 7,4 bilhões, mas estruturalmente.

O Deputado Sérgio Miranda mencionou, o que procurei enfatizar na minha fala, que existem questões sobre a mesa para serem discutidas. É uma discussão de fundo, de mérito, de comportamento do Executivo e do Legislativo sobre essas questões.

Responderei às questões específicas que me foram formuladas. Gostaria de, mais uma vez, lembrar esses pontos de fundo que observei, porque é



absolutamente importante termos esses pontos como referência o tempo todo.

O Deputado Sérgio Miranda disse que — e já havia sido feita essa observação pelo Deputado José Priante — as receitas estimadas pelo Executivo ficaram muito próximas das receitas do Congresso. Tendo em vista que essa questão foi retomada, permito-me repetir. De fato, ficaram próximas, quantitativa e globalmente próximas, 2 bilhões só de diferença, no entanto — se é que se pode dizer o "só" — , em cima de um ajuste de 7,4.

As receitas foram reestimadas, sim. Reestimamos tudo, como mencionei. No entanto, os critérios de reestimação não foram um ajuste linear na despesa. O que a Comissão de Orçamento fez foi uma reestimativa linear, passou 5% sobre todos os itens de receita, como mencionei há pouco. Isso gera distorções, por quê? Porque os recursos são vinculados. Eles são previamente destinados a determinado tipo de despesa. Por exemplo, Imposto de Renda e IPI, metade disso é dividido com Estados e Municípios. Os recursos das contribuições sociais vão para a seguridade social.

Então, se adotarmos um procedimento desse tipo, sem observar o que acontecerá, sem uma previsão adequada de item a item, não linear e não automática, poderemos, sim, gerar frustrações, porque, no momento seguinte, não aparecerão os recursos naquelas áreas. Se os recursos livres não acontecerem, as áreas que não têm recursos vinculados continuarão não os tendo, porque os recursos arrecadados a maior serão previamente destinados para outras áreas. Essa compreensão é absolutamente importante e imprescindível.

Apesar de os números quantitativamente serem próximos, eles não o são do ponto de vista de cada item, do ponto de vista qualitativo — vamos dizer assim — , e os diversos números estão expressos nas tabelas que mencionei, que mostram a diferença. Em vários itens, estimamos uma arrecadação muito maior da estimada pela Comissão; no entanto, em outros itens, foi menor.

Em relação às despesas, o Deputado Sérgio Miranda fez a observação com razão. De fato, o Executivo identificou — não criou — , na reestimativa, o aumento de despesa, e não podemos passar por cima disso. Durante a tramitação, algumas dessas despesas já tinham sido identificadas, já eram conhecidas. A medida provisória que elevou o salário dos servidores da Receita era conhecida; o aumento do salário mínimo, que ficou decidido na medida provisória — e depois foi confirmado com a aprovação da medida provisória, transformada em lei — , é do dia 3 de abril, antes da aprovação do Orçamento. Isso não foi levado em conta, mas são fatos. Não estou fazendo crítica. São fatos que, na hora de analisarmos os números, na hora de reestimarmos todos os itens, após a aprovação do Orçamento, não poderíamos ignorar.

Felizmente ou infelizmente, esse é o meu papel, é o papel que cabe ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. E aí respondo ao Deputado Giovanni Queiroz: é um papel absolutamente importante, Deputado. A



condução da política fiscal que é feita pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão é absolutamente importante para o processo de estabilização. As decisões sobre a política econômica e a política em geral são tomadas em conjunto pela equipe econômica, da qual faz parte o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Temos, há cinco anos, no Governo, uma câmara de política econômica que se reúne semanalmente. Temos feito isso religiosamente nesses cinco anos, quando se decide os rumos da política econômica, quando se observa toda a realidade para se tomar decisões.

Relembro ao Deputado Giovanni Queiroz que essas decisões quanto à programação orçamentária e financeira são comuns no Ministério do Planejamento e no Ministério da Fazenda, com base em reestimativa de receitas. São decisões de comum acordo. E nem poderia ser diferente.

Entendo que o Deputado talvez me tenha procurado preservar. É responsabilidade nossa, e as assumo na medida da minha responsabilidade e do meu papel. E nem poderia ser diferente.

Em relação ao que foi mencionado pelo Deputado Giovanni Queiroz, o veto ao art. 7º, não vou entrar na discussão que teve lugar nesta Comissão e que o Líder Arthur Virgílio mencionou há pouco, discordando do que o Deputado Giovanni Queiroz mencionou. Segundo o Líder, o entendimento é distinto.

Acho que aí é entre V.Exas. E quem está presente deve ter ciência e consciência do que efetivamente aconteceu. No entanto, pelo que me foi informado, não houve nenhum acordo sobre esse artigo.

Aliás, o Deputado Alberto Goldman, que, infelizmente, não pôde estar nesta sessão, disse à exaustão que não havia compromisso, que vetaríamos o artigo. E por que o veto ao artigo? É importante discutirmos o porquê do veto ao artigo. O veto àquele artigo diz respeito não ao mérito dos recursos para a saúde. Não se trata de ser contra aumento de recursos para a saúde. Sou a favor de mais recursos para a saúde, para a educação, para o transporte, para o meio ambiente, para a irrigação, para pessoal, enfim, para tudo. Só precisamos identificar onde eles estão. Sou a favor de mais recursos.

O papel do Ministério do Planejamento é viabilizar recursos, os meios para os projetos e as ações prioritárias do Governo. No entanto, enquanto não chegarmos a uma conclusão sobre a existência desses recursos, não poderemos assumir determinados compromissos.

É exatamente nesse sentido que propusemos o veto ao art. 7º. Ele determina que os recursos fossem suplementados, que a área de saúde fosse previamente suplementada, que todo o excesso de arrecadação fosse previamente destinado à saúde. Ora, e o **lobby** de outras áreas do Governo? O Deputado Nelson Marquezelli gostaria de fazer a mesma coisa para a agricultura, outros, para a educação, para o transporte. Por que não aplicarmos o mesmo artigo para as demais áreas? Não sou contra a saúde, mas por que só para a saúde? Vamos



vincular tudo.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - O Sr. Ministro continua com a palavra. Não pode ser interrompido.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Deixo uma questão para ser discutida. Acho que é da mais alta importância, porque isso leva ao limite. Se essa discussão for levada a sério, ela vai levar-nos também ao limite do debate, ou seja, ao reconhecimento de que existe uma restrição, de que tudo não vai poder ser atingido ou alcançado ao mesmo tempo.

Continuando a responder ao Deputado Giovanni Queiroz, não houve compromisso por parte da Liderança do Governo com relação a veto ou a não-veto desse dispositivo. Foi sugerido o veto simplesmente porque ele criava uma condição no uso de recursos adicionais que porventura viessem a acontecer. Eles seriam destinados prioritariamente; ou seja, condicionava-se todo o uso de reserva de contingência e outros itens.

Lembro ao Deputado Giovanni Queiroz que foi sugerido o veto e o Presidente acolheu a proposta, mesmo recaído sobre o Executivo uma situação que não é confortável, que é ter vetado um dispositivo histórico na Lei Orçamentária, em que se autoriza o Executivo a suplementar até determinado percentual das dotações da Lei Orçamentária. Ficamos sem essa autorização, tamanha era a convicção de que não se poderia aprovar aquele dispositivo. Estaríamos abrindo um precedente que não se poderia repetir porque a soma dessas demandas simplesmente não pode ser contida nos limites orçamentários, dentro da restrição orçamentária.

Em relação aos cortes, respondo ao Deputado Giovanni Queiroz e ao Deputado Sérgio Miranda, como já respondi ao Deputado José Priante, que efetivamente temos este papel e este dever de reestimar as despesas. Todo aumento de despesa foi considerado, como todo aumento de receita, e resultou nisto — está na Tabela nº 1, que V.Exas. têm a mão: o aumento de 11 bilhões na despesa (identificados, projetados) contra um aumento de 4 bilhões na receita.

É verdade que o aumento do Congresso Nacional foi de 2 bilhões. Pois que fosse de 2 bilhões a mais. O corte seria de 5,4 bilhões ou teríamos que ignorar o aumento da despesa.

Portanto, podemos estar divergindo só por conta de 2 bilhões da reestimativa de receita. No entanto, temos convicção sobre a reestimativa que fizemos.

Poderemos fazer um debate técnico em sessão menor do que essa, em sessão que seja mais condizente com esse tipo de debate, para, item a item, explicarmos tudo o que aconteceu em termos de despesa e de receita.

Eu e toda a equipe do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e do



Ministério da Fazenda, evidentemente, estamos disponíveis para esse tipo de discussão.

Quanto à questão regional, o Deputado Giovanni Queiroz tem razão. Considero legítimas as preocupações e a defesa que cada Parlamentar faz de recursos para suas regiões, para seus setores, seja saúde, transporte, seja o Pará, seja o Rio de Janeiro, como o Líder Roberto Jefferson observou. Essa discussão passa pela discussão do Orçamento no Congresso Nacional. Aqui é o fórum adequado para haver essa discussão. As bancadas regionais trabalham defendendo os interesses regionais. Devemos estimular cada vez mais esse tipo de discussão. Não deixamos de reconhecer, no entanto, que alguns tipos de despesas não são regionalizadas. O Deputado Giovanni Queiroz conhece a obra de Tucuruí. A obra de Tucuruí não pode ir para o Ceará ou para o Rio de Janeiro, nem os investimentos que a PETROBRAS faz na Bacia de Campos podem ir para o Estado do Pará. O petróleo está no Rio de Janeiro e Tucuruí está no Pará. Essas coisas tornam-se indivisíveis, semelhante à questão das vinculações do Orçamento. Cria-se uma rigidez. Não regionalizamos apenas o que queremos ou tanto quanto queremos. Existem restrições que são objetivas e devem ser observadas.

Em relação ao Anexo X, que o Deputado Sérgio Miranda mencionou, de fato, há aqui uma discussão interessante. O próprio art. 3º, que S.Exa. mencionou, abre a possibilidade de uma discussão do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda com os Ministérios setoriais, onde esses projetos vão ser executados.

Está sendo colocado como uma indicação para os Ministérios setoriais que a busca e a orientação para os recursos sejam voltadas prioritariamente para determinados projetos. São projetos prioritários que não excluem os demais.

Vamos voltar ao que aconteceu no Brasil em Ação. Lembro que, quando foi criado o Brasil em Ação, em 1996, eram apenas 42 projetos. O Congresso, os Governadores e mesmo os Ministros entendiam que outros que não aqueles 42 não seriam executados.

Portanto, trata-se de focalizar, de dar uma ênfase a determinados setores e projetos que consideramos estruturantes, dinamizadores do crescimento. Há critérios sim, e poderemos fazer, também semelhante ao caso da receita e dos outros itens de despesa, uma discussão específica sobre isso.

Em relação ao resto a pagar. O Deputado José Priante tinha-no mencionado, e acabei saltando este item. E o Deputado Sérgio Miranda repetiu o questionamento.

Evidentemente, o resto a pagar está dentro do limite de programação financeira, do limite financeiro e não orçamentário. E sempre esteve. Não foi diferente no ano passado e no ano retrasado. Nunca esteve fora, nem poderia estar fora.



É exatamente aqui, diria, uma parte deste resto a pagar que tem tudo a ver com o realismo orçamentário. A discussão do orçamento impositivo, de um orçamento realista deve ser colocada simultaneamente com a questão do resto a pagar.

No entanto, chamo atenção para uma condição de execução financeira que o Deputado Sérgio Miranda bem conhece. O resto a pagar não aconteceu apenas no ano de 2000. Houve resto a pagar que veio de 1999 para 2000, como vai haver resto a pagar de 2000 para 2001. Nesse caso, devemos identificar as causas e não o decreto. As causas não estão no decreto, mas em outro lugar. As causas estão no realismo, Deputado. Entendo o que V.Exa. está falando.

Evidentemente, temos procurado manter o resto a pagar dentro de determinado limite. Isso tem tudo a ver com o realismo que mencionei.

Portanto, Deputado José Priante, não pode haver uma preocupação maior com a questão do resto a pagar ou não pode ser observado o resto a pagar sem se entender a possibilidade de que uma parte da despesa do ano 2000 passará a ser executada financeiramente no ano 2001, assim como aconteceu do exercício passado para o exercício do ano 2000.

Com relação à questão dos 4%, o Deputado Sérgio Miranda identificou uma conta de chegada, uma semelhança entre os números. Não consigo descrever como o Deputado chegou ao mesmo número que tem a ver com o ajuste nas metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional.

No entanto, Deputado, gostaria de dizer com toda a honestidade que nada tem a ver uma coisa com a outra. Quer dizer, os 4% dizem respeito unicamente ao seguinte — e V.Exa. pode comprovar isto também fazendo as contas que agora vou descrever. Quando fizemos a reestimativa da receita na elaboração do decreto de programação, chegamos a um número muito próximo do que era o projeto de lei do Governo enviado ao Congresso Nacional. O número era 35,5 bilhões de reais. Este o número a que chegamos para o OCC, para o custeio e investimento. Esse OCC, usando o mesmo conceito na proposta orçamentária, é 36,8 bilhões de reais. A diferença é de 1,3 bilhões.

Portanto, em termos globais, procuramos sinalizar que vamos perseguir a execução, no mínimo, do valor da proposta original do Executivo. Se for possível, vamos chegar à proposta do Congresso.

No entanto, temos que ver o comportamento da economia.

O Deputado José Priante mencionou isto aqui várias vezes. Temos sim colocado uma projeção realista também em relação ao desempenho da economia. Estamos prevendo um crescimento de 4% e um desempenho melhor da arrecadação.

No entanto, com a responsabilidade que temos, não podemos fazer a autorização de gastos neste momento porque, se a receita não se comportar



desta forma, simplesmente, não existe recurso possível. Vira dívida, vira uma problema político. Autorizar um empenho ou uma realização de um convênio que depois vai ser cancelado, gera um problema legal, político, e uma dívida que se paga no futuro. É isso que gera.

Infelizmente, a nossa responsabilidade não nos permite fazer este tipo de autorização. Poderíamos fazer, e não estaríamos aqui dando essas explicações.

Quanto à questão dos servidores, Deputado, o Líder Arthur Virgílio esteve comigo em uma audiência na quinta-feira passada, juntamente com o Líder Aloizio Mercadante e o Deputado Walter Pinheiro, do PT. Infelizmente, V.Exa. não pôde comparecer. Tomamos conhecimento das razões e fizemos já gestos na direção de abertura de um diálogo. O Presidente assinou um decreto que estabelece que os servidores que retornarem ao trabalho até o dia de hoje não terão descontos nos seus salários. Isso é absolutamente importante, porque é um gesto que o Executivo está demonstrando.

Reafirmamos nesta oportunidade a política do Governo em termos de reajuste salarial diferenciado por categoria, o que é possível, o que cabe dentro dos limites e é razoável também do ponto de vista de política de recursos humanos.

No entanto, reservo-me o direito de não continuar a discussão e não dar o retorno final sobre a sugestão que V.Exa. fez, deixando para outra oportunidade, até porque não é este assunto que me traz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Ouviremos agora o Líder do PT, Deputado Aloizio Mercadante.

Quero lembrar que estão inscritos, em seguida, o Senador Lúcio Alcântara, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira e o Deputado Sérgio Guerra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma réplica, que é permitida pelo Regimento.

O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, depois da minha intervenção, V.Exa. poderá conceder a réplica. Estou sendo chamado ao plenário e saí da reunião do Colégio de Líderes antes de terminar para poder participar desta audiência.

Peço a gentileza ao eminente Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE - Gostaria de começar, Ministro Martus Tavares, falando do processo orçamentário.

Não pude assistir a sua apresentação, mas me pude informar da mudança na metodologia, ou seja, de se discutir o Orçamento em quatro etapas. Acho que em tudo que venha no sentido de aprimorar o processo legislativo esta Casa



deve debruçar-se com muito empenho.

Fica evidente que temos um processo de elaboração orçamentária muito aquém das exigências do País, tanto no que se refere ao trabalho do Executivo. Já tive oportunidade de participar de uma CPI em que o responsável pelo Orçamento era o Sr. José Carlos Alves dos Santos, e sabemos exatamente como esse processo se dava naquela oportunidade.

Portanto, temos de avançar nesta direção. Ter mais transparência, etapas, fazer uma discussão macroeconômica, consistente — seria um grande avanço.

Quero acrescentar dois comentários sobre a questão. Primeiro, o Governo tem que cumprir a sua parte nesta apresentação. Não é possível nem aceitável que tenhamos aprovado o Orçamento em maio. Como é que se fala em metodologia orçamentária quando se aprova, depois de cinco anos deste Governo, o Orçamento no mês de maio, a pretexto de se votar a desvinculação da receita da União ou qualquer coisa que seja? O Orçamento tem que prever os gastos no ano e, portanto, tem prazo para ser encaminhado, votado e definido.

Estamos em junho e o PPA não foi aprovado. O PPA foi lançado como uma grande operação de **marketing**, com avanços metodológicos que reconheço. Ele tem melhor elaboração. Mas acho que o padrão de financiamento do PPA não tem consistência, seja pelo ambiente macroeconômico do setor privado, seja pela situação das finanças públicas.

Por isso, estamos cortando forte. O Orçamento real é este que estamos discutindo hoje. Mas, se não tivermos um calendário que seja rigorosamente respeitado, não podemos falar em aprimorar o processo orçamentário.

Segundo comentário: estarei apresentado amanhã na Comissão de Economia, com o Conselho Federal de Economia e dos Conselhos Regionais de Economia, um projeto de lei, em co-autoria com outros Deputados, e gostaria que V.Exa. se debruçasse sobre o mesmo, para analisar com critério a questão da metodologia. Nós nos inspiramos exatamente na carta de intenções do FMI. Se o Governo brasileiro estabelece um acordo com o FMI, com metas, objetivos e diretrizes estabelecidos, e um organismo multilateral cobra o desempenho trimestralmente, sendo o Governo obrigado a dizer por que realizou, por que não realizou e quais as medidas para alcançar esses objetivos, por que não se estabelecer uma carta de responsabilidade econômica e social do Governo com a sociedade, através do Congresso Nacional, com uma política permanente de acompanhamento, em todas as áreas do Governo, e com balanço trimestral apresentado a todas as Comissões de mérito? Por que isso? Porque, aí, sim, teremos um debate permanente sobre macroeconomia, sobre fundamentos macroeconômicos, sobre taxa de crescimento, taxas de juros, taxas de inflação, déficit público, acompanhado das implicações dessas opções na área social. E estaremos, no momento seguinte, discutindo o Orçamento nas diversas Comissões de mérito da Casa, para opinar sobre quais são as diretrizes, as insuficiências e os desafios da política econômica e social do



Governo.

Então, a carta de responsabilidade econômica e social que estamos propondo seria um mecanismo permanente, tão rigoroso quanto o FMI tem sido para o País, mas do Congresso, na relação com o Governo, e permitiria aos Ministros virem aqui não só na hora de incidentes, mas dentro de uma rotina programada, para apresentar tudo o que fizeram, o que não fizeram e o que vão fazer para cumprir aquilo que foi acordado. Ou seja, seria criado um mecanismo permanente de controle.

Sobre os cortes que foram feitos no Orçamento, gostaria de me ater à questão salarial, porque esse é o corte mais prolongado e duradouro que qualquer outro Governo da República jamais fez em relação ao funcionalismo público.

Ministro Martus Tavares, são cinco anos e meio sem nenhum reajuste salarial. Com a LDO, que vamos discutir depois — e o Deputado Sérgio Guerra, tenho certeza, fará com grande competência a Relatoria — , a expansão zero das despesas de caráter continuado, que, do meu ponto vista, subtende também a massa de salários, ainda que eu entenda que é a massa global de despesa de caráter continuado, poderemos estar sinalizando sete anos sem reajuste salarial. Não vejo concepção de Estado que justifique uma atitude como essa, mesmo porque, na nota que V.Exa. divulgou anteriormente, se fala, e corretamente, que 33 carreiras de Estado, que representam 235 mil funcionários públicos — os militares, parte do Judiciário, o Legislativo e uma parte do Executivo — , receberam algum tipo de reajuste. Mas 983 mil funcionários não receberam qualquer reajuste. Não vejo como este Congresso e este Governo podem continuar protelando a questão. Nós nos empenhamos muito realmente em abrir o diálogo. Fomos ao Presidente da República e protocolamos uma carta. Eu, o Deputado Walter Pinheiro e o Deputado Sérgio Miranda fomos ao Ministro Pedro Malan, argumentando a necessidade de negociação, de se sair do impasse e reconhecer a legitimidade e a urgência dessa reivindicação, e também a V.Exa., buscando exatamente abrir esse canal de interlocução.

A proposta do Governo de negociar categoria por categoria, sem calendário prévio e sem que haja o compromisso de reajuste para o funcionalismo, ainda que tenha sinalizado avanços na questão da LDO — e também não há compromisso futuro, nem do quantitativo, nem do desembolso, ou de que pelo menos haveria um aumento da massa salarial, o que, é evidente, terá de ocorrer — , não possibilitou a superação do impasse. Acho que V.Exa. e o Governo precisam debruçar-se sobre a questão com muita sensibilidade, mudando de postura, porque este Governo teve um aumento de receita que nenhum outro teve na história documentada do País. São 76% de aumento da receita tributária nominal e 34% de crescimento real da receita, além de 46 bilhões provenientes da privatização, que são 76% do patrimônio que foi vendido durante este Governo. Como é possível, num contexto como este, o Governo manter praticamente congelados por cinco anos e meio os salários do funcionalismo? O discurso recente, adotado depois da viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de que chega de neoliberalismo, de que queremos um Estado forte, e não o Estado mínimo, de que é preciso uma política de



crescimento etc., tem muito pouco a ver com o seu Governo. Pergunto se isso é compatível com o tipo de atitude do Governo.

Então, venho a público reforçar os argumentos e dizer que acho que V.Exa. está sinceramente empenhado em buscar um caminho de negociação. O Governo tem de aprofundar essa atitude, porque o impasse jamais poderia ter chegado onde chegou. Agora, não vejo como possamos ter auto-estima do funcionalismo, motivação para o trabalho e qualidade na prestação do serviço público quando um chefe-de-família está há cinco anos e meio sem receber qualquer reajuste, e, como resposta, o Governo apresenta um PDV, que, na realidade, diz o seguinte: pode ir embora quem quiser. E estamos falando de 983 mil funcionários, ativos e inativos, sendo mais de 400 mil servidores da ativa! O Congresso Nacional tem de pensar no Orçamento, discutir para valer como vai repor, ainda que parcialmente, as perdas salariais que se acumularam e sinalizar um novo relacionamento entre Estado e servidores públicos.

Sei que os cortes são muito significativos. Votamos o salário mínimo, sabendo a influência que teve na situação fiscal do País. Votamos os orçamentos de educação e saúde, e sabemos das suas implicações. Mas o Estado não funciona — não apresenta qualidade de serviços —, sem que haja um pacto, mínimo que seja, entre os servidores e o empregador.

Sr. Presidente, termino dizendo que espero que façamos logo esse debate macroeconômico, porque, se o Brasil não mudar o rumo da sua política econômica, vamos viver de ajustes fiscais permanentes e programas de privatização que cada vez comprometem mais a capacidade do Estado em coordenar atividades econômicas, investir e atuar. E não há ajuste que seja capaz, seja com aumento de receita ou corte de gastos, de dar conta da carga de juros e do endividamento financeiro que o País sofreu durante esse período. A dívida pública mobiliária cresceu mais de 520%, e o serviço da dívida pública cresceu 611% nesses cinco anos. É por isso que estamos aqui discutindo quanto vamos transferir para esse cassino financeiro que está desmontando o Estado e o serviço público. O Congresso Nacional tem de abandonar sua atitude passiva e fazer realmente a grande discussão política. As emendas de varejos são importantes, mas não é esta a função fundamental desta Casa, mas sim a de discutir qual é o projeto de Nação, qual é o rumo, qual é o caminho que queremos como sociedade. E temos de realmente desamarar esse encilhamento financeiro de que o País está prisioneiro, a fim de canalizar recursos para o investimento produtivo, para o salário do funcionalismo e para as políticas sociais. Espero que façamos a proposta de mudança metodológica, para valer, no ano que vem e gostaria que o Ministro se debruçasse sobre a carta de responsabilidade social como mudança de patamar no relacionamento entre Governo e sociedade, entre Legislativo e Executivo. Que haja empenho em que se abra o diálogo da negociação e que o Governo reveja sua atitude diante do salário do funcionalismo, porque não é possível seguir da forma que temos caminhado durante esse período.

Muito obrigado . (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Ministro, serei breve. Com relação ao art. 7º, estamos apenas tentando resgatar o que está previsto na LDO, a qual prevê, e o Governo não mandou, uma equalização na distribuição dos recursos do SUS. Foi feito no ano passado um acordo nesta Casa e, em parte, conseguimos equalizar esses recursos para alguns Estados, mas não o pudemos fazer para outros. Ali, não estávamos cumprindo a LDO, pois o Governo, ao remeter o seu projeto de lei, não o fez. Então, era apenas para recompor aquilo que estava previsto na LDO, que o Governo não havia cumprido.

Sr. Ministro, eu não quis poupá-lo, não. Na verdade, continuo achando que o senhor é um excepcional técnico profissional. Mas quero dizer a V.Exa. que estou convencido do seguinte: antes de o senhor ser Ministro, o Sr. Malan, com a sua política, mantinha aquela âncora cambial como fundamento primeiro da política de estabilização fiscal do País, estabilização da moeda, da economia, da inflação. Economistas brasileiros e internacionais diziam que o Brasil estava segurando demais o câmbio e, com isso, teríamos uma explosão. E aconteceu. Aconteceu, depois de já ter arrebentado com a indústria nacional, depois de termos invertido, na balança comercial; uma receita que era de 10, 12 bilhões. Passamos a ter um déficit na balança comercial de 10 bilhões, o que levou a uma conta corrente externa negativa de 40 bilhões em 1998, fruto exatamente daquela política desastrosa de um câmbio defasado, de um câmbio contido, que levou a esse desastre da economia nacional, sucateando indústrias nossas em vários setores. Mas, agora, já usam o juro para conter inflação, para manter a moeda estável, para isso e para aquilo.

Ministro, o senhor hoje participa da Câmara de Política Econômica, que discute semanalmente, como brasileiro, porque aquele lá veio importado dos Estados Unidos, trabalhou muito no FMI e em bancos internacionais. Não acredito que ele tenha compromisso com o Brasil. V.Exa., que tem esse compromisso, porque foi forjado na luta conosco, todo dia, discutindo e participando de discussões nesta Comissão, ajude-nos a tirar essa amarra nojenta, que é a de transferir para o setor especulativo 100 bilhões de reais — 100 bilhões de reais! — , por ano de juros. São 300 milhões por hora! Bastariam 25 dias para suprir os 7,4 bilhões que estamos pagando de juros.

Era essa a intervenção que queria fazer. V.Exa., agora, pode ajudar mais o Brasil. Ajude-nos a resolver isso, porque aí os funcionários poderão ter aumento, com certeza, Ministro. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Com a palavra o Ministro Martus Tavares, para responder ao Deputado Aloizio Mercadante e à réplica do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Sr. Presidente, um esclarecimento, pela ordem. O nobre Deputado Giovanni Queiroz falou duas



vezes. É regimental isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - É regimental, sim.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Então, eu queria pedir a compreensão dos demais, para que nos dessem oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - O tempo regulamentar é de cinco minutos, mais uma réplica de três minutos. É verdade que o Deputado Giovanni Queiroz ultrapassou seu tempo, mas alguns outros Deputados também ultrapassaram os cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Eu queria fazer um apelo àqueles que ainda têm o direito à réplica para que abrissem mão, em benefício dos que não falaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Também faço este apelo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu concordo, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - O Ministro pediu para se ausentar. Voltará dentro de um minuto. Também não posso dar a palavra a outro, porque ele não teria a quem interpelar. Em seguida virão o Senador Lúcio Alcântara, o Deputado Márcio Reinaldo e o Deputado Sérgio Guerra. (*Pausa.*)

Lembro aos Deputados que queiram ir ao plenário registrar presença que poderão fazê-lo. Nós prosseguiremos a reunião. As campanhas estão sendo tocadas, chamando os Deputados para registrarem presença, porque parece que não há **quorum** no momento.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Há quantos inscritos para falar ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Há 23 inscritos, mas alguns estão faltando. Acredito que existam uns dezoito ainda. (*Pausa.*)

Nós estamos no número seis. (*Pausa.*)

Vamos ouvir o Ministro Martus Tavares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Deputado e Líder Aloizio Mercadante, o senhor pode até desconfiar, mas o senhor não sabe o quanto fico feliz em ouvir manifestação a respeito das preocupações quanto a termos uma discussão maior, de mais fôlego, uma discussão de fundo sobre elaboração, tramitação e execução do Orçamento e dos planos plurianuais. Eu diria que, se já estava feliz com o apoio que conto da bancada que dá sustentação ao Governo, fico feliz também em poder contar com o apoio da Oposição na



discussão dessas questões. Evoluímos muito no período recente, como o senhor mesmo reconheceu, com o que foi feito no Programa Avança Brasil e no Orçamento do ano 2000. São avanços metodológicos importantes. O Congresso compreendeu, entendeu e avançou também na discussão, mas muito ainda precisa ser feito.

O senhor não estava aqui presente, mas na minha fala mencionei a proposta que ouvi do Senador Jader Barbalho e do Senador Antonio Carlos Magalhães. O Senador Antonio Carlos Magalhães apresentou concretamente uma proposta ampla etc., para a melhoria da transparência, da eficiência e da discussão de todo o processo orçamentário. Então, eu fico satisfeito. Gostaria de ouvir essa mesma manifestação — não precisa ser agora, porque a segunda rodada da fala do Deputado Giovanni Queiroz já provocou ciúmes — , do Deputado Sérgio Miranda e do Deputado Giovanni Queiroz, decanos nesta Comissão, que muito têm a contribuir e conhecem o processo. Isso, como um acréscimo ao apoio que já tenho da base. Foi o que eu disse no início. Então, fico muito satisfeito em poder contar com a base do Governo e com a Oposição, para realizar essa discussão de alto nível sobre o processo de elaboração e tramitação do Orçamento. Acho que fizemos avanços absolutamente importantes institucionais e na área macroeconômica. Todo esse ambiente macro de estabilização e o que foi feito de avanços na área de planejamento orçamentário requerem melhorias e aprofundamento e não recuos. Ao contrário, requer avanço. Por isso, minha satisfação ao ver o apoio que tenho da base do Governo e da oposição nesse sentido.

Com relação ao projeto de lei, evidentemente, comprometo-me a lê-lo com atenção e dar retorno ao Líder. Evidentemente, não posso me manifestar, ao menos em tese, porque não conheço o projeto, não conheço essa carta de responsabilidade social que o senhor está mencionando.

Em relação ao Orçamento ou a outros instrumentos permanentes de controle, eu diria que esse é o nosso objetivo. Falei aqui, por meia hora, exatamente enaltecendo o plano, como instrumento de ação do Governo, como instrumento que efetivamente cria condições para a sociedade exercer controle sobre os gastos públicos, sobre o uso dos recursos públicos arrecadados pelo Governo Federal, no caso específico. Mas, se tivermos falando de uma coisa mais profunda, e envolver emenda constitucional, estaremos também regulando para Estados e Municípios. Então, devemos ter inclusive isso como horizonte: melhorar os compromissos e a responsabilidade dos governantes com a sociedade, com o uso dos recursos públicos, assim como fizemos com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal que, como disse, apesar de não ter contado com os votos da Oposição, sempre contei com a simpatia. Também poderia ter contado com os votos, o que seria muito melhor. O Deputado Pedro Novais relatou a matéria na Câmara e sabe muito bem do que estou falando.

Líder, em relação ao reajuste de salários, além do que eu já me manifestei quando da indagação do Deputado Sérgio Miranda, eu me permito ou me reservo o direito de não debater essa questão, mas a razão não foi o fato de eu ter sido convidado para vir à Comissão de Orçamento. No entanto, essa



questão permanece sobre a mesa para ser discutida. E eu estou aberto, como eu disse a V.Exa. e ao Deputado Walter Pinheiro naquela oportunidade, a esse tipo de debate, ou seja, para dar continuidade à discussão sobre a política salarial do Governo.

Quanto ao que disse o Deputado Giovanni Queiroz, eu não posso deixar de fazer uma defesa do ausente Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Eu sei, e V.Exas. também sabem, que o Ministro Pedro Malan é homem sério, competente, honesto, trabalhador, dedicado e empenhado dia e noite em manter a economia brasileira estabilizada e em recriar condições para um crescimento sustentado. Creio que não deveria haver a menor dúvida sobre as intenções, o desejo e a seriedade com que o Ministro Pedro Malan conduz e lidera a equipe econômica. Acho que, nesse ponto, nós divergimos. E reafirmo o meu compromisso e a minha responsabilidade dentro da equipe econômica.

Em relação ao art. 7º, novamente retomando a questão do veto e o que V.Exa. mencionou, agora ressaltando o que está na LDO, eu diria que esse foi mais um item de despesa identificado na discussão do Orçamento. No entanto, ele não foi incluído. Então, gostaria de lembrar apenas isso. E a bancada da Saúde tem conhecimento e tem essas informações. É uma questão a ser discutida agora, durante a execução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Continuando a lista de inscritos, concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, por cinco minutos.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Srs. membros da Comissão de Orçamento, Sr. Ministro Martus Tavares, preliminarmente devo dizer que tenho grande estima e admiração por V.Exa., porque eu o considero — mesmo quando divergimos, o que ocorre com certa frequência — um servidor público exemplar. V.Exa. é realmente uma pessoa totalmente compenetrada de seu papel e demonstra, inclusive, grande capacidade de assumir certos ônus que acabam pesando sobre si, em função do papel que cumpre no Governo e do seu cargo. Então, é realmente um desses funcionários que devemos admirar por sua conduta e pela forma com que se comporta à frente do Ministério, com também em outras funções já exercidas.

Aproveito oportunidade de sua vinda a esta Comissão para levantar algumas questões, que até são de ordem mais geral. Acho que na raiz de tudo isso, nesse desencontro entre Legislativo e Executivo, quando da aprovação do Orçamento, as relações entre esses dois Poderes são muito primárias. Há um processo de desconfiança recíproca.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - É. Pois bem. Mas eu já vou dizer por que eu usei a expressão recíproca. Às vezes — e digo isso não por parte do Ministro — há uma cultura de que o Legislativo representa um empecilho, coloca obstáculos, dificuldades, que as intervenções sempre são para piorar o projeto e não para aprimorá-lo. Essa é uma cultura que não é



democrática, não é construtiva.

Por outro lado, de nossa parte, há muitos que pensam assim: "Veio de lá? Então não presta. Vamos deixar de lado, porque certamente não é bom."

Isso não colabora para melhorar o processo de decisão, de elaboração de leis que realmente sejam de interesse geral do País como um todo. Nós ainda temos um grande espaço para ter uma colaboração muito mais construtiva nessas relações. E não há necessidade de a Oposição se desfigurar, não precisa de a chamada base do Governo ser submissa, subserviente; há espaço para cada um ter sua visão, guardar sua identidade e adotar uma postura construtiva.

Eu penso assim e posso estar enganado. Já tive oportunidade de dizer isso ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, achando que, pelo seu perfil de sociólogo, de professor universitário e da visão que tem do Brasil, ele poderia contribuir em muito para melhorar essas relações que não precisam ser as de negar tudo ou de aceitar tudo, mas de adotar uma postura muito mais construtiva. E o Orçamento se presta muito bem a isso. Sabem por quê? Vamos citar como exemplo a receita. O Legislativo sempre pensa que o Executivo está escondendo o jogo. A receita por ele enviada é uma receita subestimada. Então, nós nos pomos aqui a procurar, de toda a forma, aquilo que seria a receita real. E aí haja criatividade, o que, às vezes, não é a melhor solução! Então, nós temos que nos despir disso, e fazer o Orçamento com base na realidade.

Depois que o Ministro fizer uma análise histórica, pelo menos do período em que está à frente do Ministério, eu gostaria de perguntar, primeiro, se a receita realizada tem se aproximado mais da que o Executivo manda, ou da que o Legislativo propõe. Repetindo: a receita realizada ao longo desses últimos anos tem sido maior da que o Executivo envia ou da que o Legislativo propõe? Ou seja: da que o Executivo envia em forma de projeto de lei ou da que o Legislativo aprova? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta se refere à execução orçamentária. Na verdade, estamos falando em cortes. A rigor, do ponto de vista objetivo, não há cortes, mas ameaça de cortes. Porque o contingenciamento, que é uma figura nova que surgiu depois, nos últimos anos, a rigor, não é um corte, porque não houve veto. O Executivo contingenciou... Como? Segurou. Ele diz: eu vou deixar isso para examinar depois. Então, qual tem sido a experiência do contingenciamento nos anos anteriores? Termina sendo despesa realizada ou não. Qual é, em média, o percentual de execução do Orçamento?

A terceira observação que eu queria fazer é sobre vinculação. O Ministro Martus Tavares falou que o corte não pode ser linear, porque certas despesas são vinculadas, como é o caso da CPMF, que é vinculada à saúde, e assim por diante. Eu acho que há algum contingenciamento que não se justifica, porque existem despesas que são vinculadas a certas receitas — e que são contingenciadas —, o que considero um absurdo. Por quê? Porque muitas delas estão incidindo diretamente no bolso do cidadão. Depois, vem o contingenciamento e a despesa não se faz. Seria melhor, portanto, acabar com



isso, porque o cidadão está pagando não sob a forma de imposto, mas diretamente, e a despesa não se realiza.

O Ministro pode estar pensando: "Dê um exemplo disso". Eu vou dar. O caso dos aeroportos, aquela receita para aeroportos de pequeno porte. Desde o ano passado há 160 milhões contingenciados que a Aeronáutica não pode gastar e a taxazinha continua incidindo nas passagens aéreas. Então, é melhor acabar, porque a taxa continua sendo recolhida, o cidadão está pagando diretamente e vai sendo contingenciado. Não há justificativa para isso.

Na sua argumentação, o Ministro não se afasta de um ponto de coerência: "Eu não posso criar despesa que não tenha receita. Não existe milagre, alguém tem de pagar a conta".

Estou citando esse exemplo, mas há outros em que existe a receita, está sendo cobrado diretamente do cidadão e está sendo contingenciado. Não vejo racionalidade nem encontro razão para justificar isso. Vamos contingenciar o que está na receita geral, mas quanto àquilo que já tem uma fonte certa de receita e que corresponde a uma determinada despesa que tem de ser efetivada, sinceramente não encontro motivos para justificar tal afirmativa.

Falou-se no veto ao art. 7º, que é o piso. E o Ministro Martus Tavares falou no excesso de vinculações.

O Senado está apreciando proposta de emenda constitucional para vincular recursos, principalmente os dos Estados e Municípios para a saúde. Os Governadores estão reagindo a esse fato, porque acham que não tem mais como vincular.

Se fosse possível encontrar uma fórmula de igualar esse gasto **per capita** entre as diversas regiões na área da saúde — não é um exercício de 2001 —, creio que talvez os Governadores pudessem aceitar melhor essa proposta de vinculação, porque o que muitos argumentam é que a União está deixando de ter obrigação com certas despesas que estão sendo transferidas aos Estados e Municípios, e sequer há um componente de maior igualdade social. Isso quer dizer gastos maiores nos Estados mais pobres. Enfim, um diferencial que embutisse um componente de justiça social. Por exemplo, em 2001, a União vai deixar de colocar dinheiro no FUNDEF. Vai ser basicamente dos Estados e Municípios.

Se pudéssemos fazer com que houvesse um gasto que tivesse um conteúdo de correção dessas desigualdades — e no caso do piso o gasto **per capita** na saúde é um deles —, certamente os Governadores poderiam estar mais sensíveis a essa vinculação de recursos.

Não sei se o Ministro poderia fazer algum comentário sobre o tema, talvez até tentar encontrar uma solução para isso. Não digo corrigir esse gasto imediatamente, mas, talvez, em dois ou três anos, uma segurança de que esse gasto **per capita** iria ser nivelado em todo o País. Talvez com isso pudéssemos



apreciar com mais tranqüilidade essa proposta de vinculação de recursos. Volto a dizer: dos Estados e Municípios, porque a União não mais está vinculando. A vinculação da União é a da CPMF e aquela proposta se o PIB aumentar nos próximos anos.

Então, talvez, o Ministro Martus Tavares pudesse fazer algum comentário sobre isso e, quem sabe, com o seu conhecimento, dar uma luz nessa direção.

Na Legislatura passada, eu elaborei projeto tentando regulamentar o § 9º do art. 165 da Constituição. Não sei se o Deputado Pedro Novais já participava desta Comissão. Chegamos a constituir uma subcomissão com o hoje Ministro Waldeck Ornélas na tentativa de elaborar um projeto. Até hoje não se conseguiu nada.

Em parte a questão está superada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não totalmente, mas há pontos de interseção da referida lei como um projeto que viesse a cuidar do § 9º do art. 165 da Constituição. O fato é que o Poder Executivo nunca teve interesse nisso. Não sei exatamente por que, mas nunca se empenhou nisso. Havia um projeto de minha autoria e outros tantos (quatro ou cinco projetos), que iriam ser examinados por essa subcomissão da Comissão de Orçamento, mas infelizmente não avançamos em nada.

Creio que ninguém hoje pode deixar de reconhecer a relevância da necessidade da austeridade fiscal, da observação rígida do Orçamento. Enfim, esses são os pressupostos. Mas é claro que nós temos de verificar a qualidade do gasto, quais as prioridades. Eu acho que o Poder Legislativo tem todo o direito de estabelecer essas prioridades, desde que estejam dentro da receita prevista existente — isso não constitui nenhum pecado, nenhum mal. Afinal de contas, temos a mesma legitimidade que o Presidente da República, que é eleito. O que importa é fazer isso com seriedade, com competência, visando ao interesse geral do País.

Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir algum comentário do Ministro sobre essas questões levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Vamos ouvir o Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Antes, porém, quero dizer que subscrevo as primeiras palavras da intervenção do Senador Lúcio Alcântara.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente Pedro Novais. Quero cumprimentar o ilustre Ministro Martus Tavares, e faço minhas as palavras do Senador Lúcio Alcântara.

Sr. Ministro Martus Tavares, em primeiro lugar, fazendo coro a tudo que se falou sobre contingenciamento, sobre a dificuldade de cortes a que temos assistido na execução do Orçamento da União, eu gostaria de pedir licença à Comissão para reler trecho de pronunciamento por mim feito em fevereiro de



1996 nesta Casa.

Eu me referia à política econômica do Governo, naquela época, dizendo:

(...)tem-se valido substancialmente do contingenciamento orçamentário, sob a argumentação de que estaria aliviando as pressões sobre o caixa, com isso, gerando disponibilidade de recursos que são remunerados pelo Banco Central, cujo produto é revertido principalmente a seu favor, como pagamento de juros e encargos da dívida mobiliária interna.

Em razão de essa arrecadação ficar retida no próprio Banco Central, é possível que os numerários correspondentes estejam sendo utilizados no equacionamento da política monetária.

Mais adiante, dizia:

É necessário que haja uma avaliação do custo de oportunidade dessa medida. A perda do poder de compra dos agentes públicos, com a postergação da liberação dos recursos faz com que haja paralisação ou atraso nas obras e na prestação dos serviços. Isso frustra a população diante de suas expectativas em relação à ação governamental.

É o que vemos, infelizmente, nas obras públicas deste País, até hoje. E parece-me ainda mais do que oportuno repisar essas palavras. Estamos, atualmente, frustrados não só com as obras públicas. Ontem, assistimos pela televisão, ao seqüestro de um ônibus, quando uma pessoa foi morta. Esse problema existe, talvez, até na política financeira adotada em todos os níveis de Governo, porque também cabe aos Estados e Municípios dar segurança à comunidade. O cidadão comum praticamente é refém de marginal a todo momento, em todo lugar.

Diante de tudo o que estamos vendo, faço as primeiras perguntas a V.Exa.: as postergações de pagamento, já reduzido em decorrência de cortes, não configurariam uma política irracional, do ponto de vista da economicidade? V.Exa. não acha que quem paga mal paga mais caro? Qual a justificativa para que certos órgãos possuam limites financeiros já nesse exercício de 2000, que não cobrem sequer os restos a pagar.

Há uma outra questão, Sr. Ministro. Acabo de voltar do Tribunal de Contas altamente constrangido por uma situação a que assisti quando estive no Ministério dos Transportes na semana passada. A BR-040, que liga o Rio de Janeiro a Brasília, no trecho CEASA/Contagem, cuja obra, naquela época, 1991/1992, foi delegada à Prefeitura de Contagem e teve licitação mal-feita acontecida há oito anos, e o Tribunal aponta agora isso como irregular... O Ministério dos Transportes diz: tem uma tal de funcional programática acionada no Ministério do Planejamento que, por causa disso, todo esse trecho está contaminado e não vai ser executado até resolver. Inclusive, estive com o Secretário de Orçamento da União há pouco, que me disse que não vê lógica nisso. Se um trecho está contaminado, que ele seja o responsável pelo



problema e não todo o eixo rodoviário, às vezes, interestadual de interesse mais do que nacional.

Esse caso que cito como exemplo está acontecendo em várias outras rodovias, também. Há um relatório no Ministério dos Transportes e a abordagem específica é essa. A bancada mineira tem até se voltado a lutar por recursos para rodovias. Por quê? Porque ligação Norte/Sul passa por Minas. Então, todos os trechos mal conservados ou que necessitam de duplicação ou de eliminação de pontos críticos precisam ter solução. Por isso, a bancada está sendo sempre pressionada pelas bases para atuar nesse sentido. Daí, ter 80% ou 90% das suas emendas ou do que pode envolver-se dentro do Ministério dos Transportes, seja no Metrô de Belo Horizonte, problema crítico também, seja nas rodovias.

Nesse ponto existe o problema da fonte mal definida, contaminada ou podre, que acaba sendo vetada. Quando chegamos no final do ano, vemos Ceará ou São Paulo com 90% de execução e Minas Gerais com 40%, parecido com Rio Grande do Sul. Parece que é problema do Governador Itamar Franco ou do Governador Olívio Dutra, mas estamos vendo que não. Tecnicamente, quem conhece o assunto, sabe que são outras contaminações. Mas é difícil explicar isso à imprensa.

Inclusive, amanhã, Ministro Martus Tavares, tenho audiência marcada com V.Exa., junto com a bancada mineira, para discutir esse eixo de Minas Gerais, que é problemático. Mas deixo essas minhas perguntas e apelo, para que possamos realmente achar caminhos mais adequados.

Todos os órgãos mineiros de formação de opinião cobram da bancada do Estado posições reais sobre isso, às vezes, mal informados sobre uma série de situações. Sou comunicado até pelo Ministério dos Transportes que, enquanto a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não se manifestar sobre esse assunto da contaminação em 1992 — se é que continua, dizem que não está mais —, todo o resto estará contaminado, ou seja, é um problema efetivo, que estou apresentando da BR-040, que passa em Minas Gerais, mas, tenho certeza, existem em outros vários pontos do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Ouviremos, agora, o Deputado Sérgio Guerra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA - Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou dizer algumas palavras positivas, primeiramente repetindo afirmações já feitas esta tarde.

Efetivamente, o Ministro Martus Tavares é alguém que tem a estima, a consideração e o respeito desta Comissão. É pessoa qualificada na matéria que trata, sempre disposto a discutir. Pessoalmente, penso que a grande maioria, se não a totalidade, reconhece em S.Exa. alguém que deseja contribuir para que a



situação melhor.

Nos últimos anos e, em especial, do ano passado para este produziram uma crise de confiança ainda mais grave nas relações entre o Congresso e o Executivo, no que se refere às questões do Orçamento. O PPA, uma grande idéia, com acertos metodológicos significativos, com o tempo perdeu a confiança quase generalizada. Simplesmente, os Parlamentares não acreditam no que estão aprovando, não botam fé na sua efetividade.

Se entrarmos no mérito do PPA, veremos que isso é muito grave, no cenário de um país que precisa estruturar-se para produzir desenvolvimento econômico, que ambiciosamente não ganhe consistência entre nós. Ao contrário, o que se reproduziu aqui foi grande pressão para conseguir fixar nele idéias, projetos e iniciativas de Parlamentares bastante desconfiados da viabilidade da defesa de programas que, com todo direito, faziam. Rigorosamente, não é surpreendente que seja assim.

Estive lendo, alguns minutos, o que aconteceu nos últimos quatro anos: em 1996, a lei, após vetos, falou de investimentos e aprovou 8 bilhões, 832 milhões, dos quais foram liquidados 53%; em 1997, aprovaram-se 9 bilhões, 901 milhões, com 66% executados; em 1998, aprovaram-se 11 bilhões e 62% foram executados; em 1999, 7 bilhões, 881 milhões e o valor pago sobre o autorizado foi de 41,48%. Se prevalecerem o espírito e a forma do atual contingenciamento, o mais denso, até agora, vai ser executado algo em torno disso ou menos.

Acho que, num cenário de controle inflacionário, quando rigorosamente há maior dificuldade para construção de peça consistente, mas há com certeza viabilidade na construção dessas peças, é inconcebível uma situação desse tipo. Aprovamos aqui dez e, dos dez, valem quatro. Inclusive, não valem os quatro que o Congresso aprovou, mas os que, nos diversos Ministérios, foram considerados prioritários.

É preciso entender que, há cerca de quatro anos, o Congresso tomou uma decisão importante. Antes disso, a produção do Orçamento era privilégio desta Comissão. Depois da Resolução nº 2 — contribui para ela —, as bancadas estaduais passaram a ser os atores mais importantes da Lei de Orçamento. Assim, não apenas quarenta, cinquenta, sessenta ou setenta Parlamentares se envolvem com a questão do Orçamento, mas os mais de quinhentos, que participam das suas emendas de bancada.

Em cada um dos nossos Estados, essas emendas são publicadas — nelas a sociedade de alguma maneira acredita —, que refletem quase sempre prioridades reais que estão espalhadas pelo Brasil. O fato de não valerem depois produz ambiente de imensa desconfiança, que tem que ser enfrentado. Além do mais, gera no Executivo uma capacidade de arbítrio extremamente indesejável: quinhentos e treze Deputados não resolvem, a Comissão também não, mas alguém sozinho, ou alguns apenas, resolve, em relação ao que foi aprovado, o que vale e o que não vale, o que vai ser liberado em 30%, 40%,



60%, 80% ou 100% e o que não vai ser liberado.

Por isso, começam a surgir proposições que falam em orçamento imperativo. Nada mais é do que a resposta a uma indignação que tem muita força dentro do conjunto dos Parlamentares. Acho que as sugestões apresentadas aqui pelo Ministro quanto a forma de organização, da tramitação da lei e da revisão da Resolução nº 2 no Congresso são absolutamente pertinentes. Foi a primeira vez que ouvi tal sugestão.

Nessa questão das receitas, precisamos reconhecer que no Congresso temos contribuído de maneira também comprometedora. Não faz um ano, inventamos o Imposto Verde, em que ninguém acreditava, nem mesmo nós. No entanto, aprovamos alguns milhões nele, o que, depois, não valeu nada. Essa cumplicidade tem que ser rompida, porque não é democrática, desautoriza nossos mandatos e porque não é provável que, ao término disso tudo, o melhor para o País aconteça. Não acontece.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO - Deputado Sérgio Guerra, além disso, este ano o aprovamos também com recursos de precatórios, que não sabemos nem se vão ser votados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GUERRA - Pois é. Aprovamos os precatórios e outras coisas que não quero mencionar.

Não vou fazer com o Ministro, por questão de solidariedade de classe, o discurso que fiz em relação ao Relator que virou Ministro. Mas disse que o Orçamento que aprovava aqui, com o dinheiro que ia buscar no céu, não ia valer. E não valeu. Penso que estamos no limite exato da saturação da nossa paciência.

Não fosse o Ministro Martus Tavares quem é, pessoa simples, objetiva, confiável, que se comunica conosco, seguramente não teria recebido os elogios que recebeu aqui hoje, porque não é esse o espírito do Congresso em relação ao Governo de maneira geral, Governo de um Partido do qual participo.

Então, Ministro, acho que tudo o que V.Exa. ouviu até agora e que vai ouvir ainda deve referir nova atitude: que a transparência seja a marca; que o esclarecimento não falte nunca; que não haja, em nenhum momento — isso acontece com grande frequência — , esclarecimentos que não são verdadeiramente expostos na hora certa e da forma que o Congresso espera que aconteçam.

A Comissão de Orçamento tem realizado melhoria técnica importante. Há pessoas aqui que estão todas voltadas para o aprimoramento de regras que não podem mais continuar a ser praticadas no nível e na forma que estão sendo. Agora, temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias para discutir. É preciso que ela contenha verdadeiras prioridades e tenha consenso e densidade — vou contribuir para ela e tenho certeza de que o Ministro vai dar apoio para que tenha essa qualificação — e que trabalhe sobre números palpáveis e realidades



concretas.

Além disso, há uma discussão que também tem que ser feita: a causa geral de todos esses problema ou da maioria dos problemas aqui discutidos é que o País está investindo menos. É impossível fazer, com os recursos que estão aí, a manutenção das rodovias e a construção de uma infra-estrutura para suportar o desenvolvimento econômico. É impossível manter esse cenário de falta de investimentos por mais tempo.

Quero ainda dizer que a Comissão de Orçamento, Ministro, vai este ano — já é consenso — rever a Resolução nº 2, espero, de maneira a aprimorar não apenas a ação do Congresso Nacional mas a forma de relacionamento com o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - O Deputado Sérgio Guerra disse em muitas palavras aquilo que o Senador Lúcio Alcântara disse com menos. O Deputado Sérgio Guerra disse mais verdades do que o Senador Lúcio Alcântara. E eu subscrevo as duas intervenções, no que se refere às críticas ao processo orçamentário feito no Brasil.

Com essa introdução, concedo a palavra ao Ministro Martus Tavares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Essa última rodada aqui foi muito elogiosa. Só posso agradecer as palavras do Senador Lúcio Alcântara e dos Deputados Márcio Reinaldo Moreira e Sérgio Guerra, que tiveram apoio do Presidente Pedro Novais.

Temos nos empenhado para melhorar, e está havendo melhoras. Foi o que procurei mostrar. Aqui estou novamente usando o plural, não no sentido de envolver só o Congresso Nacional. Estou falando do Executivo e do Congresso Nacional. Efetivamente foram dados passos importantes nesses anos. Por isso, na minha fala eu disse que não podemos recuar. Nós temos que continuar avançando. É o apelo que eu faço.

O depoimento do Deputado Sérgio Guerra, que tem conhecimento da matéria e também longa experiência na Comissão de Orçamento, — ainda que ausente por algum período — é da mais alta importância.

Fico feliz com o que o Deputado acabou de dizer, mencionando o desejo já manifestado da Comissão de rever a Resolução nº 2. Eu acho que nós deveríamos revê-la, no sentido de atualizá-la.

Como eu mencionei, a economia brasileira vive hoje momento muito especial. A estabilidade macroeconômica exige comportamento diferente de nós todos, do Executivo e do Congresso, em matéria de planejamento e de orçamento. O Executivo tem feito aperfeiçoamentos e fez avanços. O Programa Avança Brasil espelha isso. Entretanto, não significa que não haja ainda algo a ser feito; não significa que não precisemos avançar ainda mais nas discussões e aprofundá-las. É o apelo que fiz, faço e farei outras vezes, se convidado a



comparecer à Comissão para discutir o assunto.

Na minha fala, eu disse que esta visita, para discutir questões dessa forma e com essa abrangência, seria apenas a primeira visita. Espero que seja a primeira mesmo.

Em relação ao que o Deputado falou, quanto a dar um basta a essa cumplicidade, rompê-la, o que não leva ao realismo orçamentário, é importantíssimo. Eu fico muito feliz em ouvir isso de um Parlamentar do próprio Congresso. Eu mencionei na minha fala que era preciso nós, Executivo e Congresso, fazermos uma autocrítica. Sem essa autocrítica, não avançaremos!

Acabou a fase da enganação! Isso era razoável no período de alta inflação, mas com a estabilidade isso fica muito evidente; os problemas se tornam evidentes e as frustrações se tornam concretas. Nós anunciamos e aprovamos coisas que não vão acontecer. Isso é concreto. A frustração é absolutamente concreta. Então, basta de ficção! Eu acho que esse deveria ser o lema da nossa discussão daqui para a frente.

Fico feliz ao ver a base do Governo, que apóia o que estou mencionando. Fiquei feliz também ao ver o Líder do PT, mencionando apoio a uma discussão desse tipo, dessa natureza e com essa extensão. Agora, o depoimento do Deputado Sérgio Guerra escancara com todas as letras tudo que falei; resume em poucas palavras tudo o que eu falei. O Deputado Pedro Novais, outro decano da Comissão, subscreve isso. Então, hoje saio daqui contentíssimo por nós termos provocado isso. Evidentemente, o Congresso provocou primeiro ao me convocar para discutir o tema. Saio contentíssimo por estarmos concluindo a audiência com esse tipo de entendimento e compreensão sobre a matéria.

Já gostaria de me colocar à disposição da Comissão para retornar, na hora em que o Presidente da Comissão assim determinar e achar conveniente, para continuarmos o que começamos a discutir hoje.

O Senador Lúcio Alcântara me fez algumas indagações sobre as estimativas de receita e tentarei respondê-las. Quem tem razão ao longo dos últimos anos? Quem ganhou essa discussão? Eu acho que não se trata nem de quem ganhou. E sei que não foi assim que V.Exa. quis dizer. Eu acho que perdeu o País. Ninguém ganhou. Perdeu o País, porque não tivemos um Orçamento real, não tivemos um Orçamento que espelhasse a realidade, que estivesse compatível com a realidade e, conseqüentemente, frustramos algumas das nossas iniciativas e alguns dos nossos desejos.

Vamos considerar a proposta orçamentária do ano 2000. Eu mencionei aqui os números. V.Exa. lembrou que existe uma opinião formada de que o Executivo vai subestimar a receita. Invariavelmente se acredita nisso. Existe também a idéia formada de que o Congresso vai superestimar a receita. Mas precisamos sair dessa situação, desses preconceitos em relação um ao outro. Por isso, propus como sugestão para debates desta Comissão, como primeira etapa da



discussão do Orçamento, a discussão do cenário da estimativa de receita. Ao final dessa discussão, temos que ter um relatório aprovado. Se reconhecermos mutuamente um número e dissermos que a receita vai ser essa, estaremos de comum acordo. A partir daí, não há ilusão. A partir daí, o que há é muita discussão, porque vamos fazer caber todos os nossos desejos dentro daquele limite. Esse é o grande debate. Não existiria Governo se houvesse recursos para tudo. Seria outra coisa. Governar também é escolher, é estabelecer prioridades, é debatê-las com a sociedade, através do Congresso.

Então, Senador, eu acho que quem perdeu foi o País na discussão de receita.

Com relação às despesas com receitas vinculadas a elas ou a órgãos, eu gostaria de lembrar o seguinte: o resultado primário, o superávit primário, que nós perseguimos, meta fixada hoje na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, é resultado do somatório das receitas menos o somatório das despesas primárias, ou seja, descontada toda a parte financeira de receita e despesa. Nesse sentido, toda receita entra compondo esse resultado, seja ela vinculada ou não. Tudo o que eu economizar forma superávit; tudo o que eu gastar gera déficit. Este é o conceito geral. No entanto, V.Exa. tem razão: isso é um problema. As receitas vinculadas são um problema, principalmente quando vinculadas a órgãos específicos. Até o ano passado, incluímos todas as receitas nessa discussão. Esse ano, nós criamos o Anexo II do decreto, que preserva a receita própria dos órgãos. No entanto, essa preservação "impacta" o limite global do Ministério. E isso também gera problema, porque aí — já aconteceu isto — vem um Ministro da área que tem um montante de recursos vinculados e de receita própria muito grande e diz assim: "Não, eu quero esse limite. Tudo bem, eu não brigo com o limite global. Mas eu quero recurso do Tesouro e não esse aqui. Esse aqui já é meu." E a discussão permanece. Não tem fim esse tipo de debate. É só um tipo de exemplo e só uma resposta que não exaure toda a discussão que se coloca nas vinculações dos recursos.

Em relação ao art. 165, o Senador tem razão. Mencionei na minha fala que nos deveríamos empenhar para aprovar essa lei complementar. Coloco o Ministério, o Governo e eu mesmo à disposição de, com a energia que temos, encaminhar a tramitação de um projeto. Precisamos chegar a um acordo em relação a um projeto. Há hoje, na Comissão de Finanças e Tributação, um projeto com vários outros apensados em discussão. Nós precisamos chegar a um consenso. Não foi uma matéria fácil; já tivemos discussões. Não é que o projeto estivesse necessariamente parado. Tivemos discussões. No entanto, não fomos capazes de produzir um consenso nessa matéria. Mas deveríamos fazê-lo e estamos empenhados em aprovar o projeto. Foi o que eu mencionei.

Em relação ao que o Deputado Márcio Reinaldo mencionou, quando fez uma referência à atualidade do discurso de 1996, diria que é uma pena que esse discurso seja atual. Garanto que o senhor gostaria que não fosse atual. Gostaria de estar fazendo aqui uma referência a ele, mostrando como mudamos todos nós, como mudamos o quadro, o processo de tramitação e execução do Orçamento. É isso que desejamos.



Infelizmente, há uma parcela que diz respeito não só a essa questão da tramitação, não só à questão da execução, mas às condições macroeconômicas, que dificultaram e tornaram impossível a execução da lei orçamentária da forma aprovada. Mencionei isso aqui também na minha fala. No entanto, conseguimos avançar.

Hoje, o quadro macroeconômico permite fazer a execução daquilo que estamos planejando. Nossa capacidade de previsão aumentou. Os parâmetros macroeconômicos utilizados na proposta orçamentária enviada ao Congresso em 31 de agosto são os mesmos hoje. Continuamos trabalhando com 6% de inflação para o ano 2000; continuamos trabalhando com 4% de crescimento para o ano 2000. No entanto, a proposta orçamentária não foi aprovada com esses parâmetros, mas com uma previsão de inflação maior do que essa que estava fixada ou prevista inicialmente pelo Executivo.

Infelizmente, esse comportamento, antes macroeconômico, resultou em contingenciamento. Mencionei aqui que erramos na previsão de inflação do período de 1995 a 1997; felizmente, com a inflação caindo mais rápido, mas erramos. As emendas também ajudaram, na necessidade de contingenciamento. No entanto, o importante é que façamos agora, neste momento, uma autocrítica para avançarmos para a mudança.

No que diz respeito à área de segurança pública, que o Deputado mencionou como uma preocupação, de fato, é uma preocupação do Presidente Fernando Henrique Cardoso a questão de segurança pública, a despeito, como o Deputado Márcio Reinaldo lembrou, de não ser uma questão restrita ao âmbito do Governo Federal. Ao contrário; em termos estritos, é de competência dos Governos Estaduais. No entanto, o Presidente Fernando Henrique reconhece a situação, as dificuldades do momento, e está empenhado, junto com o Ministro da Justiça, em desenvolver um programa de segurança pública. É, de fato, um programa estratégico e prioritário. Essa matéria é da mais alta importância, neste momento, para o País.

Em relação à questão dos restos a pagar, o senhor mencionou, de forma semelhante ao Deputado Priante, que o Ministério da Integração estava com o limite financeiro superior, inclusive, ao total de restos a pagar. Aqui, na resposta ao Deputado Priante, mencionei que não podemos esquecer que uma parcela que está sendo gasta agora, executada orçamentariamente em 2000, será transferida financeiramente para o ano 2001. Então, essa questão não pode ser esquecida.

O Dr. Giomi estava lembrando que hoje, a Comissão de Coordenação e Controle Fiscal, aprovou uma recomendação para se elevar em 105 milhões o limite financeiro do Ministério da Integração, exatamente já tendo identificado esse problema. Então, essa é uma notícia boa. Será aprovada uma portaria com base nessa decisão da CCF.

Sobre aquele trecho da Rodovia BR-040 que o senhor mencionou, acho que talvez seja difícil fazermos uma discussão aqui, mas estou à disposição de, no



Ministério, receber o senhor, a bancada de Minas — que o senhor mencionou — ou quem o senhor achar importante, na medida que o Ministério do Planejamento esteja envolvido na solução da questão. Já estamos à disposição para equacionar o problema.

Em relação ao que o Deputado Sérgio Guerra mencionou, vou-me permitir aqui assumir um compromisso com o Presidente Pedro Novais de encaminhar à Comissão de Orçamento um desenho um pouco mais detalhado do que eu sugeri para ser discutido na Comissão, aquelas quatro etapas da tramitação do Orçamento. Pronunciei-me sinteticamente na minha fala, mas vou enviar um documento um pouco mais adensado para a Comissão, como contribuição ou como subsídio ao debate.

Enfim, gostaria só de lembrar que, nesse processo, os números que o Deputado Sérgio Guerra mencionou são, de fato, impressionantes. A execução acaba mostrando o tamanho dessa frustração. Gostaria de lembrar que, neste ano, a Comissão de Orçamento elevou em 50% o nível histórico do valor das emendas. Isso é uma questão que merece reflexão.

No primeiro dia de reunião com o Presidente da Comissão, com os Relatores e os Sub-Relatores do PPA e do Orçamento lá no Ministério, um dos técnicos da comissão técnica mencionou exatamente esse número e disse: "Olhe, Ministro, o senhor tem que entender que temos de buscar recursos adicionais para cobrir as emendas dos Parlamentares". Historicamente, o Congresso aprova emendas no montante de quatro bilhões. Pois bem, este ano foram seis bilhões. Então, evidentemente, tornou-se mais complicado, e frustração torna-se maior. A esse número eu acrescentaria e somaria aqueles mencionados pelo Deputado Sérgio Guerra para o nosso debate, que se segue a partir de uma outra visita minha aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Na relação dos inscritos vem o Deputado João Fassarella, depois os Deputados João Almeida e Paes Landim, que não estão presentes; em seguida, Darcísio Perondi, e depois o Deputado Virgílio Guimarães.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, acredito que o que está por trás do contingenciamento, que acabou aflorando de uma maneira talvez mais clara nas três últimas intervenções, é um descompasso entre a posição assumida pelo Executivo e este Parlamento em relação ao Orçamento. Mas, nesse descompasso, não é possível fazer essa identificação de que o Executivo é mais criterioso na fixação da despesa, na estimativa da receita, enquanto o Congresso age de maneira não muito consistente, criando receitas.

Sr. Presidente, algumas vezes é possível fazer essa crítica, como, por exemplo,



na questão do Imposto Verde, ao qual boa parte desta Casa se posicionou contrariamente, mas que acabou sendo incorporado ao Orçamento. Neste ano também existem alguns indicadores de que a receita acabou avançando um pouco mais do que seria possível. Entretanto, quando avaliamos globalmente, verificamos que esse raciocínio não corresponde exatamente aos números. As discrepâncias entre a avaliação da receita feita pelo Executivo e o Legislativo não trazem diferenças tão grandes. Isso já foi mostrado. Onde está, então, especialmente, o descompasso?

O descompasso está no fato de que o Orçamento, da forma como vem do Executivo e na discussão que ocorre aqui, não corresponde às reais necessidades do nosso País. É inconcebível que um país com a dimensão do nosso, com problemas muito grandes de infra-estrutura, de saneamento, na área de saúde, tenha investimentos decrescentes, ou seja, em torno de 7, 8, 11 bilhões, para uma execução de 40% a 50%. A execução desse Orçamento não vai atender às necessidades do País em termos de conservação de rodovias, em termos de necessidade de equipamentos de hospitais, construção de hospitais, construção de escolas e assim por diante. Então, há um descompasso entre o Orçamento e a realidade concreta do País, que quer e deseja mais investimentos públicos, mais recursos na área social.

É óbvio, é lógico que essa pressão da sociedade encontre eco no Congresso Nacional. Aqui é a caixa de ressonância dos anseios da população. Embora passemos a semana aqui, no final de semana vamos à nossa cidade, visitamos o Estado, andamos nas estradas, visitamos as escolas, quando sentimos de que este País está precisando, está necessitando. É óbvio que a interferência do Parlamento no Orçamento vai dar-se nesse sentido, e não em outro.

V.Exa. até concorda que, na realidade, a discrepância maior acabou acontecendo na despesa, mas é óbvio que isso ocorra. Não há que se esperar, por exemplo, que o Congresso faça emendas para custeio. Fundamentalmente, não vai, pois não é essa a vocação do Congresso. É óbvio também que o Congresso não deve cortar profundamente o custeio. Historicamente, quando tentou fazê-lo, teve que voltar atrás. Lembro-me que, quando cortamos linearmente custeio das universidades, tivemos que voltar atrás, porque 1%, 2% ou 3% do custeio das universidades inviabilizaria o funcionamento, em termos de necessidades mínimas para pessoal.

Então, é natural que a maneira de direcionar as emendas, seja por que critério for, seja por emenda individual, seja por emendas coletivas, seja pela avaliação global de onde se vai investir, de onde vão ser aplicados os recursos, é nesse sentido. A tendência do Congresso Nacional é e será essa.

O que causa indignação, mal-estar e insatisfação muito grande no Congresso Nacional é que a incorporação dessa vontade da sociedade, em ações que precisariam ser incluídas no Orçamento — e que o Congresso fez incluir —, muitas vezes acaba indo totalmente embora, esvaindo-se por um decreto que unilateralmente decide o que é estratégico e o que não é. Unilateralmente. Deixa-se na mão do Executivo a decisão sobre qual parte será executada e qual



não será. Daí a reação, a sensação de que vamos caminhar para o Orçamento impositivo e não para o Orçamento puramente autorizativo. Penso que essa questão também merece uma análise mais aprofundada.

Não temos condições de avaliar a real e plena consequência do contingenciamento feito. Não nos chega a informação do que acontece na ponta. Só se sabe depois do acontecido. Não se tem condições de analisar previamente. Então, veja a situação do Congresso Nacional. Ele só vai saber o que efetivamente aconteceu com as mudanças que tentou incluir no Orçamento depois que ele foi executado.

Não vou entrar em questões pontuais, mas solicitaria uma atenção especial, por exemplo, para o Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O contingenciamento geral seguiu a média e não foi muito além. Mas olhem o que foi contingenciado. Foi contingenciada a Fonte 100. A Fonte 150, que é receita própria e sem garantia nenhuma, que é fruto de doações, foi mantida. Então, efetivamente, os recursos certos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foram contingenciados em 50%. Seriam recursos para a construção de unidades de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

Sr. Ministro, antontem houve outra rebelião em Tatuapé. Jogaram até uma monitora do telhado. A causa disso é não serem construídas unidades, como manda o estatuto, descentralizadas, com 30 a 40 adolescentes em cada uma. No ano passado, contingenciaram 18 milhões em 21, nessa mesma função.

Como vamos ficar sabendo como vai ser isso? Só no final, na ponta. Então, a vontade da sociedade civil, do CONANDA, de outras instituições que se debruçaram sobre o assunto, vieram aqui, discutiram nas Comissões, acompanharam a votação, vai embora por um decreto, sem que se consiga saber que caminho se tomará. Só se fica sabendo do resultado ao final. Então, esse é o motivo da indignação que toma conta dos Parlamentares.

Devemos discutir procedimentos, metas, aprimorar a Lei Complementar nº 2, a Resolução nº 2, aprimorar toda a tramitação, mas temos de mudar também, em termos políticos, a relação entre sociedade, Governo, Comissão de Orçamento e Plenário do Congresso Nacional. Caso contrário, vamos ficar aqui eternamente na dependência da boa vontade. Todo o trabalho de inclusão feito pelo Congresso Nacional muitas vezes torna-se apenas instrumento de pressão. Em vez de ser da sociedade sobre o Governo, algumas vezes é do Governo sobre o comportamento dos Parlamentares.

Era isso que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Como não se encontram presentes os Deputados João Almeida e Paes Landim, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Ministro, depois de ouvir



os Deputados Sérgio Guerra, João Fassarella, Márcio Reinaldo, Sérgio Miranda e o querido Pedro Novais, torna-se óbvio que é preciso uma reformulação de todo o processo de construção do Orçamento e até do funcionamento da Comissão de Orçamento.

Quero saudar o Sr. Ministro, um dedicado funcionário público de carreira, homem sério, acima de qualquer suspeita, que sempre tem estado aberto para dialogar com o Congresso Nacional, em especial com esta Casa.

Estou aqui há mais de três horas. Alguns colegas da Oposição tiveram que se ausentar. Uns fizeram observações bem consistentes, outros fizeram observações que rapidamente vou contraditar. Mas, antes disso, digo que, com o advento do real, saímos de uma superinflação, como disse o Ministro, que chegou a fazer um Orçamento em cima de um ano com inflação de 2.000%, que era um verdadeiro Orçamento de mentira, de enganação, como disse o Presidente da República. Hoje o momento é outro. Os técnicos do Orçamento têm que se adaptar, como também esta Casa. Agora há um Orçamento de verdade, realmente de verdade.

Pena que o Deputado Giovanni Queiroz não esteja aqui. Diria a S.Exa., que sabe bem melhor do que eu, que o maior peso dos juros da dívida é para os ricos do Brasil, os "Ermírios de Moraes", os "BRADESCOS" da vida. Não pagar o serviço da dívida interna brasileira quebraria o País. Aqui nesta sala alguns colegas ou funcionários ainda têm poupança, maior ou menor. Isso quebraria o País! Quero lembrar que se a dona de casa lá do meu Estado, o Rio Grande do Sul, não pagar a luz e a água, depois de 2 ou 3 meses esses serviços serão cortados. Imaginem se não honrarmos os juros da dívida interna! Os juros da dívida externa são menos de 200 milhões. Dois terços dessa dívida são de empresas brasileiras e internacionais aqui estabelecidas que pegaram empréstimos lá fora. Talvez 50, 70, 80 bilhões sejam, de fato, do Tesouro, mas o País tem que honrar. Que eles mostrem um outro caminho que não seja o calote.

Também seria interessante ter a contribuição da Oposição no Plenário, quando se discute a reforma da Previdência, com um buraco extraordinário na área da previdência privada. Outra reforma foi feita em novembro e dezembro, e o déficit da previdência privada foi segurado. Foi apenas segurado, mas vamos fechar este ano com mais de 10 bilhões.

A polêmica reforma da previdência pública não anda porque não se tem a contribuição desses brilhantes colegas da Oposição. Sem dúvida nenhuma, teríamos mais dinheiro para melhorar o investimento em todas as áreas que queremos, criando mais empregos.

Uma das razões do aumento da dívida interna foi a federalização das dívidas dos Estados, a ganância ao longo do tempo. Lá no meu Estado o Governador está vibrando porque conseguiu negociar melhor a dívida. Itamar e Garotinho estão vibrando. Almir, lá do Pará, está vibrando, mas quem está pagando a federalização da dívida dos Estados é o pobre, que precisa de mais remédio; é a



Assistência Social, que precisa de mais recursos para o enfrentamento da pobreza; é a estrada do Ministro Eliseu Padilha, que precisa de mais recursos. E ninguém fala disso. Todos nós estamos pagando a federalização, mas isso era necessário, para acabar com a ganstança pública.

Fico contente quando o maior Líder da Oposição, do PT, diz que devemos fazer um controle maior, trimestral, acompanhar mais o Orçamento. É a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi criada pelo Ministro Martus Tavares e a Dra. Selene, e vai fazer isso nos três níveis: municipal, estadual e União. O querido Pedro Novais foi um brilhante Relator. Que bom ouvir elogios. Pena, como disse o Ministro, não podermos ter no Plenário os votos da Oposição para a Lei de Responsabilidade Fiscal, que acaba com a ganstança pública para haver mais dinheiro para o cidadão, para se investir no cidadão.

Já estou falando demais.

Quem disse aqui que o País não está avançando não viu os números da educação. Mais de quatro milhões de jovens voltaram para a escola e têm problemas no segundo grau. Mais dois milhões de jovens entraram no ensino superior. Os índices de analfabetismo caíram. Na área da saúde, os indicadores melhoraram indiscutivelmente. A própria Pastoral da Saúde admitiu isso, surpreendentemente. Há 120 mil agentes de saúde batendo às portas das casas. Há 7 mil equipes do Programa Saúde da Família. Está aí a política de medicamentos genéricos. Estamos avançando. Precisamos de mais recursos.

Antes de apresentar três perguntas, que não vou desenvolver, meu querido Presidente, em relação ao art. 7º... Nesta Comissão, briguei pelo art. 7º. Fiquei, sim, do lado da Saúde. Mas, lá no Plenário, não se assumiu o compromisso. Queria que o compromisso tivesse sido assumido, mas o Planalto não assumiu o compromisso. Que isso fique registrado em Ata.

Primeira pergunta, Sr. Ministro: V.Exa. sabe muito bem e já nos disse em diversas negociações que o Orçamento para a Saúde fecha, este ano, no mínimo, com um buraco de 2 bilhões de reais, e que em novembro e dezembro teremos sérios problemas?

Segunda questão: o Ministério dos Transportes não tem emendas individuais, Sr. Ministro. V.Exa. sabe disso. Agora, houve a liberação de quase meio milhão para as emendas individuais. O Ministério dos Transportes, que gera emprego na ponta, ficou sem as pernas. Há necessidade de um estudo apurado para não pararem dezenas, centenas de obras, em especial no Estado do Pará, dos meus queridos Deputados José Priante e Giovanni Queiroz.

Para terminar, gostaria de lembrar que existe melhora na economia. Vamos fechar com um PIB de 4%. Os investimentos externos estão entrando e não fugiram. Vai melhorar a arrecadação? Precisamos olhar lá para a Dra. Wanda, da Assistência Social. Precisamos olhar para o Ministro Fernando Bezerra, que também ficou capenga. E o Sr. Ovídio de Ângelis, da área da habitação, também ficou capenga. Gostaria que V.Exa. analisasse com muita atenção



essas questões.

Parabéns pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi a principal votação que fizemos no ano passado nesta Casa. V.Exa. foi um dos inspiradores dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - A relação de inscritos contém 24 Deputados, dos quais já falaram 13. Restam, portanto, do 14 ao 24. Desses, alguns estão ausentes. Concederei agora a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães, que é o seguinte na ordem de inscrição. Quero lembrar que depois da fala do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, que é o último inscrito, iniciaremos a discussão sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e haverá nova lista de inscrição.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, V.Exa. fez referência à frustração que inevitavelmente se seguiria com a não-execução das obras previstas no Orçamento. Isso é verdade, e ocorrerá, em especial, quanto a uma questão que gostaria de expor a V.Exa. Trata-se do Metrô de Belo Horizonte.

Não sei se V.Exa. conhece, mas o Metrô de Belo Horizonte tem uma linha troncal, que vai de Água Branca até Venda Nova. Depois, o então candidato Fernando Henrique, nas últimas eleições de 1998, surpreendeu a todos com uma sua iniciativa, relançando o ramal que vai até Barreiro, o Calafate— Barreiro, com grande pompa e circunstância. O lançamento foi feito; aquela região ficou abarrotada de **outdoors**, fizeram caminhadas, muita propaganda — aliás, com um efeito eleitoral notável naquela região. Até o candidato Eduardo Azeredo venceu as eleições daquela região, coisa que não acontecia há muitos anos. Ali sempre o PT foi vitorioso, e perdeu as eleições, nesse último pleito.

Estranhamente, Sr. Presidente, o Governo não havia destinado recursos para esse metrô. Foi feito o anúncio, um esforço enorme para que aquela obra fosse viabilizada, inclusive por parte desta Comissão, que votou um decreto legislativo resolvendo uma série de questões relativas a preços. Foi feita a adaptação dos preços. Essa obra tem todas as condições de caminhar. Mas, quando o Presidente fez o lançamento do PPA, se não engano, S.Exa. fez no seu discurso uma referência à querida Belo Horizonte e a esse ramal do metrô.

A bancada, por meio de emenda coletiva, alocou recursos para o ramal Barreiro. Essa obra, Sr. Ministro, está incluída no Anexo X, como foi mostrado aqui pelo Deputado Sérgio Miranda, como sendo um dos projetos estratégicos.

Então, Sr. Presidente, a idéia da retomada dessa obra foi do próprio Presidente da República, com grande impacto, grande divulgação e grande sucesso do ponto de vista eleitoral. Os empecilhos de ordem legal e técnica foram afastados. As obras foram reiniciadas. Esse projeto entra na lista de projetos estratégicos, e a bancada coletivamente aportou recursos para essa obra. Aliás,



foi a obra número 1 da bancada de Minas Gerais. No entanto, agora vimos os recursos para essa obra contingenciados. Então, além de não ter uma razão expressa, um porquê de ser aquela lista que ali está, como bem lembrou o Deputado Sérgio Miranda, também não há umnexo aparente, pelo menos na totalidade, entre o fato de o programa ser escolhido, ser apontado como um dos projetos estratégicos, e não haver a contrapartida adequada de recursos no Orçamento.

Sr. Ministro, hoje há um esforço de se fazer uma renegociação global dessa obra, inclusive para que possa ser viabilizada com recursos externos, coisa que não existe atualmente para aquele ramal. Então, quero lhe dizer que a frustração, nesse caso, é muito mais acentuada. É evidente que a obra recebeu recursos de bancada, foi a primeira em termos de escolha da bancada, foi anunciada, existe um movimento popular pró-metrô, acontecem na cidade reuniões permanentes com órgãos públicos, com a participação da CBTU e a DEMETRÔ, que são órgãos ligados ao Governo Federal. Já foi feita a renegociação, inclusive com o Governo Federal, para a criação da nova empresa, que deverá receber o Metrô de Belo Horizonte. Esse ramal é fundamental para viabilizar economicamente a linha troncal, porque vai abastecer de passageiros essa linha.

Um dos problemas mais sérios do Metrô de Belo Horizonte é que ele é um subproduto da transposição ferroviária da cidade. Então, ele não foi traçado visando ligar os principais corredores de transporte. Ele é um subproduto da transposição ferroviária. Daí ter problemas de fluxo de passageiros. Portanto, esse ramal iria viabilizá-lo.

Sr. Ministro, queria apontar mais essa contradição entre o fato de a obra estar entre os projetos estratégicos e ter sido alvo de um fortíssimo contingenciamento. No ano passado, a liberação de recursos para o Metrô de Belo Horizonte foi da ordem de 20%. No final do ano, nesta Comissão, votamos a transferência de parques recursos, a pedido do Governo Federal, enquanto o Metrô de Brasília recebeu recursos. Não tenho nada contra isso, mas o Metrô de Belo Horizonte é a mais antiga obra em andamento. Há já dezoito anos que essa obra fundamental se arrasta. Gostaria de apontar essa contradição a V.Exa. e dizer que a frustração lá é muito mais acentuada, até porque o Presidente da República tem estimulado essa obra. Não só a bancada mineira, mas o próprio Presidente da República é o autor intelectual e político do relançamento dessa obra.

Para terminar, quero cumprimentá-lo, Sr. Ministro, pois sempre recebeu a bancada mineira muito bem. Gostaria de convidá-lo para fazer aquela visita que V.Exa. está devendo ao santuário do alto da Serra da Piedade. Esperamos receber os bons eflúvios que virão, sem dúvida nenhuma, e as orações que antecederão a um bom copo de vinho com Frei Rosário, com Padre Virgílio, nossos amigos comuns. Com certeza, lá V.Exa. vai convencer-se muito mais da necessidade dessa obra e exercer bem melhor a sua espinhosa tarefa à frente do Ministério do Planejamento. Nós estamos esperando V.Exa. lá em Minas, para



pagar essa visita que está devendo há alguns meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Para facilitar o andamento dos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho.

Quero lembrar aos Srs. Deputados que depois do último inscrito, que é o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, iniciaremos a discussão sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Sr. Presidente, já estamos aqui há quatro horas e meia.

Sr. Ministro, não podemos deixar de reconhecer alguns avanços de metodologia e de conceitos na arte de planejamento. Esta discussão não é técnica, mas política, de prioridade. O cobertor é curto e não dá para cobrir todo o mundo. Então, tem de haver prioridades. O que está faltando é uma sinergia, uma simbiose perfeita entre os dois Poderes, a fim de falarmos a mesma linguagem da maioria do povo brasileiro, o que não tem ocorrido. Nessa locução, não estamos falando a linguagem das ruas, tanto que os índices de insatisfação com o modelo e com a política são gritantes e os mais críticos dos últimos tempos, dos últimos 50 anos. Nenhum Presidente chegou a ter desaprovação nas ruas como a que este está tendo. Então, o problema não é de instrumento, de técnica, de recursos. O problema é político, de sintonia política, sintonia fina.

Esses avanços conceituais que hoje estamos celebrando aqui estão comprometidos justamente pela parte comportamental, tanto do Governo como do Legislativo. Está faltando atitude. Sr. Ministro, vou fazer algumas reflexões aqui. Ouvi atentamente toda a sua exposição. Por que nessa crise social, nesse desmantelamento do tecido social, da infra-estrutura, do aumento do hiato regionais, não ousamos na questão do investimento na rede social? A Coréia e a Malásia fizeram isso. Quem diz isso é o Banco Mundial e o FMI. Eles aumentaram os investimentos na área social. Por que os juros, no Brasil, têm que ser mais altos do que na Coréia e na Malásia? Por que temos de ser os campeões dos juros altos por seis anos? O que aconteceria nesse Orçamento, qual seria o impacto no Orçamento se reduzíssemos de três a cinco pontos percentuais essa taxa campeã mundial de juros reais? A quem isso está beneficiando? Porque ao País não é. Estamos quebrando a iniciativa privada, o pequeno e o médio empresário.

Foi dito aqui que temos de mudar de postura e que o País não tem mais inflação. V.Exa. mesmo, Sr. Ministro, disse que o País vive um momento de estabilidade. Vive um momento de estabilidade monetária, fiscal e tributária, mas vive a maior instabilidade social dos últimos tempos. O tecido social está fragilizado justamente por falta dessa conscientização.

Gostaria de fazer uma pergunta para poder ficar mais tranqüilo. O que V.Exa.



escreveu, essa fala, essa sua preleção feita aqui foi antes da ida do Presidente ao Seminário da Governança Progressiva, em Berlim? Se foi antes, ainda temos uma chance; mas, se foi depois, estamos perdidos. Realmente, o Presidente deu sinais de que chegamos ao limite de querer fazer ajuste fiscal, de querer beneficiar o setor financeiro, prejudicando sobretudo o segmento regional. No Brasil — e o próprio Presidente já disse isso — , o mapa da pobreza coincide perfeitamente com o desnível regional. S.Exa. já disse que a pobreza do Brasil está concentrada. A pergunta é: estão querendo confinar a pobreza no Nordeste ou estão querendo resgatar o bolsão, o grotão de pobreza que existe lá?

É incrível a insensibilidade desses cortes. Antigamente, no regime militar, quando havia necessidade de se fazer um ajuste como esse, começava-se pelas Regiões menos desenvolvidas, pelos menos favorecidos, e o corte era atenuado, tendo o perfil de um corte social. Cinquenta por cento da miséria e dos indigentes estão na região do semi-árido.

Pergunto ao Sr. Ministro: por que devolvemos 10 bilhões de dólares se tudo vai bem, se o Governo tem capacidade de endividamento, se o juro do Banco Mundial é o mais barato? Por que antecipamos a devolução de 10 bilhões? Por que não usamos isso, não negociamos com o banco para poder aplicar nas obras estruturadoras, nas obras de integração nacional das Regiões, na parte social? Por que devolvemos? Isso poderia ter sido usado como um programa emergencial.

Ouvi aqui o senhor falar em Orçamento justo, em Orçamento realista. Temos que começar a falar nesta Casa a linguagem do Orçamento político, social. Responsabilidade fiscal é diretamente proporcional a Presidente, Governador e Prefeito; responsabilidade política e social é a do Congresso. Então, tem que haver essa negociação aqui. Se o senhor tivesse vindo aqui explicar um corte de 10%, 20%, tudo bem. Mas é um corte de quase 70%, e não fizemos nada!

Chama atenção o fato de que somente agora o Executivo afirma que os gastos com pessoal, benefícios previdenciários e outras despesas não discricionárias, como a Lei Kandir e a LOAS, estariam subestimados. Por que não nos alertou aqui nos seis meses de negociação? Por que isso não foi alertado? Os consultores todos estão aí. Por que não nos alertaram sobre isso? Por que criaram essa expectativa?

Outra pergunta, Ministro: as despesas com pessoal, em 1995/1996, representavam 50% da receita líquida corrente. Agora, em 2000, correspondem a apenas 33%. Para onde está indo a economia que estamos tendo com eficiência ou com otimização, com o aumento da participação da receita? Onde estamos botando isso? Só em pagamento de juros e amortização de dívidas?

A solução, meu caro colega Darcísio, não é dar o calote; é alongar, é diminuir os juros. Ninguém quer dar calote. Estamos matando os brasileiros. Está havendo genocídio social. Isso não sensibiliza? Já foi dito que queriam sangue em Wall Street. Está havendo sangue na rua. Já fizemos a imolação do povo



brasileiro. Está na hora de vir alguma coisa, de baixar o juro, de haver a coragem de alongar a dívida. Por que se tem a coragem de renegociar com o FMI e não se faz um pacto social, um novo pacto federativo? Está aí a reforma tributária, que tem a ver com isso. Por que não mexemos nela? Falta ousadia. Não querem ousar. Estão satisfeitos com o modelo, mas a rua não está satisfeita.

Em relação à concentração de impostos, a Nação já disse que paga imposto demais. Já foi dito aí: Votorantim e BRADESCO; vamos capitular perante a Votorantim e o BRADESCO? A maioria do povo brasileiro vai ser subserviente aos desígnios do grande capital? Não pode! Isso não é projeto de nação. Essa é a pergunta.

Presidente, esperei quatro horas e meia para falar. Perdi até o ponto hoje. Gostaria, Ministro, de aproveitar esta oportunidade aqui e dizer que precisamos mudar esse entendimento. Chegou em boa hora a iniciativa do Presidente do Congresso de querer fazer — chamem do que quiser: autoritário, impositivo, positivo — alguma coisa que tenha idoneidade, que tenha credibilidade, mas credibilidade dos dois lados.

Não queremos criar receita. Queremos que respeitem aqui o que vamos decidir que é prioritário, porque conhecemos as entranhas deste País. Somos nós que conhecemos as suas regiões. Então, tem que haver essa comunicação. Não posso aceitar, Ministro, que a CODEVASF... Tenho a impressão de que quem fez um corte desse não entende o que a água representa para o semi-árido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Deputado Clementino, todos nós temos consciência de que V.Exa. esperou quatro horas e meia, mas há outros que já esperaram as mesmas quatro horas e meia, e sem dúvida nenhuma terão de esperar pelo menos mais uma hora, se V.Exa. não concluir.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - A CODEVASF chegou aqui com um orçamento para investimento acima de 200 milhões. Foram aprovados 178. Está em 55 milhões. Vão parar todos os programas de irrigação naquela região. E a saúde, a educação, enfim, o desenvolvimento chega naquela região pelos canais de irrigação. Queria dizer-lhe, Sr. Ministro, que V.Exa. é formador de opinião e faz parte dessas câmaras de decisão. Inventaram agora que a transposição do Rio São Francisco tem que sair com o dinheiro da CHESF. Quer dizer, vamos ter que vender a nossa jóia da coroa para fazer uma obra que não beneficia a Bacia do Rio São Francisco e que deveria ser resultado da solidariedade nacional. Não podemos bancar essa obra.

Gostaria de ressaltar o que o senhor disse: "Todo o mundo enganando todo o mundo e todo o mundo enganando a si mesmo". Continua do mesmo jeito. Continua a retórica do social, de que o País vai bem, os índices estão



maravilhosos, o Brasil é um país de Primeiro Mundo. O que vemos na televisão, no dia-a-dia, desmente essa realidade virtual ou a realidade em que queremos acreditar. E essa realidade está-se açodando justamente por causa dessa falta de sintonia do Executivo com o Legislativo.

Vou concluir, Sr. Presidente, desejando que possamos aproveitar esse momento em que são lançadas as bases de novos instrumentos de planejamento, mas que esse planejamento tenha justamente a preocupação da mudança do modelo. O próprio Governo do qual V.Exa. faz parte admitiu agora que o programa utilizado para as privatizações no Brasil não foi o melhor. Estamos às vésperas de inaugurar um novo modelo. E não foi o melhor não só porque desnacionalizamos nossas empresas mas sobretudo porque estamos aviltando a balança de pagamentos com a remessa de juro e dividendo, o que prejudica sobremaneira.

Que possamos entender que a ótica da insensatez de querer fazer ajuste fiscal em cima de corte do social não vai levar-nos a nenhum porto seguro. Essa estabilidade monetária e fiscal não vai resultar em estabilidade social, em desenvolvimento sustentado. Estamos vivendo dias de cão neste País porque o modelo está invertido. Peço uma reflexão, para que possamos mudar, sobretudo depois desse Seminário da Governança Progressiva, em que parece que o Presidente teve um choque de sensibilidade social e voltou mais sintonizado com as questões sociais e os desníveis regionais deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, Sr. Ministro, eu tinha alguns questionamentos a fazer, mas, como várias das minhas dúvidas já foram clareadas com os questionamentos feitos pelos colegas e pela explanação de V.Exa., queria ater-me a uma questão local do meu Estado, Goiás.

Como a posição geográfica de Goiás é central no Brasil, a maioria dos grandes eixos rodoviários cortam o Estado. Temos como exemplo a BR-153, que liga o Rio Grande do Sul ao Norte do País, passando pelo nosso Estado. As rodovias radiais que partem da Capital Federal, desde a BR-010 até a BR-080, todas, obviamente, cortam Goiás.

Como o nosso Estado ainda é carente de infra-estrutura rodoviária, era óbvio que a nossa bancada tivesse uma preocupação primeira em apresentar emendas para a continuidade dessas obras, para a conclusão das duplicações dos principais eixos, enfim, apresentando emendas para atender justamente a essa parte da infra-estrutura básica, que é fundamental para o nosso desenvolvimento.

Temos, dentre essas obras, a duplicação da BR-153, de Aparecida de Goiânia a



Itumbiara. Como estamos também em fase de execução da duplicação da BR-060, de Brasília a Anápolis, concluiremos uma rodovia dupla de Brasília a São Paulo, Rio de Janeiro etc.

Temos também as rodovias radiais, como mencionei anteriormente, como a BR-080, que liga Padre Bernardo a Uruaçu, BR-414; enfim, são várias obras do setor rodoviário. Então, nossas emendas foram quase todas direcionadas para a implantação dessas obras.

No Estado de Goiás, temos uma situação climática um pouco diferenciada. Temos praticamente seis meses de tempo seco, que vai do final de abril ao início de outubro, e mais seis meses de período chuvoso, de outubro ao mês de abril. Só que o início do período de seca, no mês de maio, coincide justamente com aquela época em que o Governo contingencia os nossos recursos.

É óbvio que o Governo, como o senhor já mencionou diversas vezes, trabalha com expectativa de receita. Então, é óbvio que, por precaução, o Governo faça o contingenciamento. Só que, no final do ano, quando o Tesouro apresenta a sua sobra de caixa, vamos assim dizer, quando o Executivo encaminha para cá diversos pedidos de suplementação orçamentária, coincide justamente com o início do período chuvoso. Então, os recursos vêm para nossas obras e elas não podem ser executadas. Como o Ministério de V.Exa. é o que planeja, é a cabeça pensante do Governo, quero solicitar o apoio de V.Exa. a essa reivindicação de Goiás, para que os recursos rodoviários para o nosso Estado sejam liberados ainda a tempo de serem executadas as obras nesse período de seca.

Para complementar o que disse o Deputado Darcísio Perondi, houve um grande corte nos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e de Desenvolvimento Urbano. S.Exa. disse que os Ministérios ficaram capengas. Sei que V.Exa. não é ortopedista, mas, se colocar uma prótese nesses Ministérios, com certeza eles vão andar com maior segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro Martus Tavares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - O cansaço é inevitável depois de tanto tempo. Vou tentar novamente responder a tudo que anotei aqui de cada um dos Deputados que apresentaram suas questões agora na última etapa.

Quando o Deputado João Fassarella começou a expor suas questões, achei que ia concordar integralmente com S.Exa., mas depois percebi que não poderia concordar.

Na realidade, existe um descompasso, para usar o termo que o Deputado mencionou, entre a soma das demandas e a soma dos recursos — o Deputado Clementino Coelho também o expressou, com muita ênfase, a ênfase que eu



gostaria de ter utilizado na minha fala; pelo tom da voz, não consigo ir além do que vou, mas o desejo era expressar-me com a mesma ênfase — , e temos que fazer escolhas. Efetivamente, é isso que acontece e vai acontecer sempre. Acontece em qualquer lugar. Não é só no Executivo, no Congresso Nacional, no Estado "a", "b" ou "c", mas em qualquer lugar. No orçamento familiar acontece a mesma coisa: a soma das necessidades ou dos desejos é muito maior. Então, há de fato esse descompasso. No entanto, o fato de haver o descompasso não nos deve afastar da responsabilidade que temos de conduzir as finanças públicas com equilíbrio, com responsabilidade, porque é isso que cria as condições para superarmos todos os problemas sociais que o Deputado Clementino Coelho mencionou.

Deve haver crescimento da economia. Estamos, Deputado Clementino, desde o ano passado, no esforço de recriar as condições de crescimento sustentado da economia. E estamos conseguindo isso. As projeções para este ano, de fato, apontam para um crescimento de 4%. A sustentabilidade dessa taxa de crescimento é que vai assegurar a geração de emprego. Emprego não se cria só com despesa pública. Emprego cria-se com o crescimento sustentado da economia como um todo, em que o equilíbrio das contas públicas, a condução disciplinada das contas públicas favorece que esse tipo de situação seja permanente e duradoura.

Volto à questão do Deputado João Fassarella. Discordo de S.Exa. quando diz que não há por que esperar que o Congresso faça emenda para custeio. Isso tem a ver, de novo, com o que disse o Deputado Clementino — desculpem-me estar fazendo aqui um paralelo, mas estou vendo uma semelhança entre as duas coisas. O Deputado Clementino mencionou um orçamento político. Estou há muito tempo nessa área, mas, desculpe-me, não conheço esse orçamento. Sei que a questão da alocação é política. No entanto, o orçamento político para autorizar despesa além do que a gente pode, além do que o caixa permite, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Ministro, é preciso escolher as prioridades.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Isso.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Mas o Executivo está surrupiando isso da gente.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Escolher prioridades, sim. Então, é responsabilidade do Congresso, Deputado João Fassarella, reestimar custeio. O senhor mencionou alguns exemplos de comportamento não adequado da Comissão na tramitação dos dois últimos Orçamentos. Cortou-se a despesa de pessoal no ano passado, mas tivemos que suplementar, com o apoio, eu diria, até da Oposição, que normalmente defende os gastos com pessoal, defende aumento de salário. Não quero nem questionar isso no mérito, nem estou fazendo provocação. Estou só lembrando isso. Quer dizer, cortou-se para fazer emendas para custeio e investimento. Aliás, para investimento, para



manutenção ou custeio de ações continuadas, como é o caso das ações na área de assistência social, na área de saúde, na área da educação. O grosso do gasto nessas áreas é com manutenção e não com construção indefinida de hospitais, escolas e creches. Isso também é custeio, também é gasto com manutenção. Então, à medida que o Congresso identifica que o valor da despesa nessas áreas e o custeio não estão adequados deve, sim, fazer emenda suplementando essas dotações.

Questionei aqui, há pouco, não me recordo mais qual foi o Parlamentar que levantou a questão, que no episódio da saúde identificou-se uma necessidade. Tomou-se conhecimento — o Deputado Darcísio Perondi mencionou há pouco, indagando sobre o que vamos fazer com essa deficiência de recursos na área da saúde — , e no entanto, o Congresso Nacional não fez a suplementação. Aprovou novos projetos, novos investimentos, e não suplementou o custeio. Então, discordo de não suplementar custeio. Tem que suplementar custeio, sim. Estamos falando de manter escolas, hospitais e creches. Custeio é manter isso tudo também.

(Não identificado) - Os senhores permite um ...

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Evidente que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - V.Exa. terá tempo depois.

(Não identificado) - Vou solicitar a réplica.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Incluí na minha fala que se exige do Relator que ele consiga mais recursos, sempre mais; quer dizer, não há a discussão do limite, não se impõe um limite como uma referência. Busca-se mais. Só se acomoda nova prioridade com mais recursos. Esse não é o exercício que a gente faz no dia-a-dia no Executivo. Infelizmente, não existe lá uma fábrica de dinheiro ou recursos adicionais que não incluimos no Orçamento e depois aparece e a gente gasta fora do Orçamento. Não existe nem um centavo que seja gasto que não esteja no Orçamento. Portanto, todos os recursos para pessoal, educação, saúde, transporte, assistência social, Deputado Darcísio Perondi, estão todos no Orçamento. Todos. Trata-se, sim, o Deputado Clementino Coelho tem razão, de fazer escolhas. O Executivo fez uma proposta. Cabe ao Congresso Nacional discordar ou não, mas só gostaria que observasse o tamanho dela. Apenas isso a responsabilidade fiscal nos impõe: observar o tamanho. A discussão das prioridades cabe ao Congresso Nacional. É prerrogativa constitucional do Congresso Nacional discutir a alocação, as prioridades. Foi isso exatamente o que eu disse. Estou fazendo um apelo para que tenhamos isso.

A segunda e a terceira etapas a que me referi aqui, que deveriam ser observadas na tramitação do Orçamento, caem exatamente isso. Deveríamos fazer uma grande discussão sobre a macroalocação dos recursos que estão na proposta e depois discutir os projetos. E finalmente discutir a questão



geográfica, isto é, onde gastar: se no Metrô de Belo Horizonte ou se no Metrô de Brasília, uma vez definidos os recursos para os diversos projetos metroviários do País.

Pela observação do Deputado Fassarella, seguido pelo Deputado Clementino Coelho, de fato, ao aprovarmos um Orçamento irreal, um volume de despesas maior do que o total das receitas efetivamente previstas, aquelas que efetivamente podem acontecer, abre-se espaço para o Executivo decidir aonde alocar. Então, se é para a gente eliminar esse espaço, aí o Deputado Fassarella tem razão, pois disse com propriedade que temos que discutir o Orçamento impositivo, mas para isso temos que discutir o Orçamento real primeiro. Temos que torná-lo real. Na medida em que as dotações aprovadas, as autorizações de gasto sejam exatamente do tamanho da receita que efetivamente vai acontecer, não há escolha a ser feita pelo Executivo. Só lhe resta executar o que foi aprovado, porque nada pode ser gasto fora do Orçamento. É preciso que compreendamos isso, senão parece que o problema está no Executivo. Parece que foi ele que criou essa margem, quando não foi.

Disse aqui no início que estava sendo chamado para explicar uma coisa a qual não necessariamente eu deveria explicar sozinho. Todos devemos explicar. Foi minha primeira frase aqui hoje a de que era uma ótima oportunidade para que se criassem condições para explicar ao cidadão o que é essa história de vai-e-vem de Orçamento. Por que a despesa ora aumenta, por que o Congresso a aumenta? O Congresso tem compromisso com o social, quer aprovar os projetos prioritários, e o Executivo parece que não gosta disso, que não gosta do social, que não quer viabilizar os projetos estruturantes e prioritários do País. Não se trata disso. É preciso dizermos com toda clareza onde está o problema. E o problema aparece aí, nesse momento da tramitação.

O Deputado Darcísio Perondi lembrou um aspecto que omiti involuntariamente na minha fala, mas efetivamente S.Exa. tem razão: as reformas administrativa e previdenciária são questões estruturais importantes. Não podemos dar as costas para essas questões, para o déficit estabilizado em 11 bilhões de reais da Previdência — aliás, em 1% do PIB. Esse déficit tem que ser coberto. Não adianta querermos fazer mais investimento. Temos primeiro que cobrir o déficit da Previdência, que dar conta da despesa de pessoal de 53 bilhões, que cresceu mais de 30 bilhões nos últimos cinco anos. Temos que dar conta de tudo isso. E todos nós, de uma forma responsável, não podemos ignorar o aumento dessas despesas, que acontece muitas vezes só por conta do fator vegetativo. O crescimento da despesa de pessoal e do INSS são vegetativos e temos que dar conta disso.

Infelizmente, o Executivo não tem a mesma liberdade de fazer um discurso ou de fazer a coisa de uma forma mais livre. Temos a responsabilidade de administrar, de efetivamente fazer as coisas tornarem-se reais e de chamar a atenção para a realidade. Mas gostaria de chamar atenção para os números, respondendo ao Deputado Clementino Coelho. De fato, o Brasil fez um magnífico ajuste fiscal, e isso, como eu disse, fez com que a gente retomasse as condições de um crescimento sustentável. O senhor também reconhece isso. As



condições da economia brasileira em janeiro de 1999 e este ano são completamente diferentes. Só para recordar, em janeiro de 1999, quando tivemos a crise cambial, quando fomos testados, as projeções feitas por analistas, especialistas e investidores eram de que teríamos um crescimento negativo de menos 4%, de que a inflação seria retomada com a desvalorização cambial e alcançaria níveis de 30% a 40%. Pois bem, concluímos o ano de 1999 com crescimento de 1% do PIB.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Mas, Ministro, é preciso que seja dito que essa crise cambial foi fabricada pelo Governo, pela ortodoxia cambial.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lembro que não é permitido aparte. V.Exa. pode esperar a réplica.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - A taxa de inflação ficou abaixo de 9%. Hoje, temos condições de projetar crescimento de 4% e uma taxa de inflação declinante em 2000 e 2001. Isso faz parte de todo esse programa de ajuste. Pois bem, radicalizamos, sim, na política fiscal mas foi isso que criou as condições para a retomada do crescimento, de uma situação sustentável para o nosso crescimento. E o fizemos com um dos menores custos sociais. Se V.Exa. observar outros países que enfrentaram a mesma situação, o mesmo desafio em relação à questão externa, como os países da Ásia, não vai encontrar um que tenha tido um custo social do tamanho do nosso. É o menor.

Gostaria de lembrar, a propósito, o número mencionado sobre a rede de proteção social. Os recursos destinados à rede de proteção social no ano de 1997 foram de 9,3 bilhões; para o ano 2000 estão sendo projetados 13,5 bilhões, inclusive com acréscimos aprovados pelo Congresso Nacional. A mesma coisa aconteceu no ano de 1998 para o Orçamento de 1999.

Deputado Virgílio Guimarães, digo desde logo que aceito o convite para ir à Serra da Piedade. A informação que tenho sobre o Metrô de Belo Horizonte é de que pusemos na proposta orçamentária 49,7%; esse percentual foi acrescido pelo Congresso Nacional. Foi feita emenda aditiva a esse projeto, que está entre os projetos estruturantes e estratégicos. No entanto, gostaria de chamar a atenção para esse projeto e os demais.

(Não identificado) - Só para ajudar, na verdade são dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Terá V.Exa. direito à réplica.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Essa resposta que vou dar vale para outras observações que foram feitas aqui, de caráter regional, com alguns projetos específicos; quer dizer, o decreto de programação orçamentária e financeira não estabelece nenhum limite para qualquer projeto. É impressionante. Há cinco anos fazemos esse decreto, toda vez damos ampla divulgação, distribuimos farto material, e depois a imprensa sempre faz a



mesma pergunta: quanto foi o corte nas emendas do Congresso? Não existe esse corte nas emendas do Congresso, não existe isso. O decreto de programação estabelece um limite de gasto global, não existe nenhum anexo. São dez. O Deputado Sérgio Miranda mencionou-os. Aliás, são onze anexos, e não há um que trate de qualquer projeto que mencione uma região.

Outro dia a bancada do Rio de Janeiro estava querendo encontrar-se comigo para saber o que tinha acontecido com os recursos destinados àquele Estado. O Deputado Giovanni Queiroz mencionou o Pará, V.Exa. mencionou o Metrô de Belo Horizonte; outros aqui mencionaram outras questões regionais, o Deputado Clementino Coelho levantou a questão do Nordeste. O decreto de programação não estabelece nada sobre isso. No entanto, as definições dos limites em nível de Ministério estabelecem, sim, prioridades na área social. E o Deputado Clementino Coelho cobrou exatamente essa prioridade na área social. Os Ministérios da Educação, da Saúde, as áreas de assistência social e reforma agrária tiveram ajuste de apenas 4%. E mesmo assim isso está sendo considerado como uma suspensão temporária, pois acreditamos que teremos um nível de receita capaz de repor esses 4%. Portanto, não fazemos corte algum nessas quatro áreas. Isso mostra a prioridade que o Governo Fernando Henrique Cardoso dá concretamente à área social, assim como eu disse, anteriormente, quando falei sobre os projetos da rede de proteção social.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Fassarella.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Ministro Martus Tavares, vou tomar a questão da...

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO - Quando estava na Presidência o nobre Deputado Pedro Novais, e atendendo ao apelo de alguns Parlamentares que estavam inscritos, foi solicitado aos colegas que dessem chance para que os inscritos pudessem questionar o Sr. Ministro, e os que desejarem fazer uso do direito de réplica, se houver tempo, falarão depois. O nobre Deputado Fassarella poderia ajudar também aqueles Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, a questão de ordem de V.Exa. infelizmente não pode ser atendida, a não ser que os Deputados tenham essa compreensão, porque no início fiz a leitura dizendo que havia direito à réplica e tréplica. No caso, se os Deputados, em



colaboração, dispensarem o direito de réplica, ótimo. Mas não posso ferir o Regimento.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO - Mas é que houve outra decisão na ausência de V.Exa., Sr. Presidente; apenas por isso estou lembrando.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Serei rápido.

Vou tomar de V.Exa. o exemplo da Saúde. A Saúde realmente não foi recomposta pelo Congresso Nacional, mas há um erro de origem. O Governo não cumpriu a LDO quando mandou a proposta para o Congresso Nacional. Ela veio com recursos inferiores àqueles que a LDO determinava. Por isso é que, ao examiná-la, o Congresso teria tomado a decisão de não destinar para a área da Saúde menos do que no exercício anterior, acrescido dos créditos suplementares que foram aprovados durante o exercício.

Veja bem que há aí uma responsabilidade compartilhada entre o Executivo e o Congresso Nacional. Eu, por exemplo, lutei nesta Casa para destinar mais recursos para a Saúde. Lutei para cumprir também do ponto de vista legal as falhas na área da Educação. Faltavam recursos para cumprir o que é determinado — os 30% para o ensino fundamental, a parte do FUNDEF —, e fomos lutando e brigando para que as disposições legais fossem cumpridas.

O que acontece é que essas emendas chegam por intermédio das Comissões. Nenhum Deputado individualmente vai fazer emenda para cumprir a LDO em relação ao SUS. Isso não acontece. A emenda individual do Deputado acaba não acontecendo. Estou alertando para a realidade do Congresso Nacional, não quer dizer que eu concorde. As emendas de bancada vão discutir as obras de interesse do Estado. Sobram as emendas de Comissão. E, num jogo aqui do Congresso Nacional, as emendas de Comissão acabam tendo um peso menor. Então, é ilusão achar que pela via do Congresso vamos conseguir resolver esse problema. Não vamos, porque o Congresso Nacional acaba caminhando numa outra direção, embora alguns Parlamentares, e situo-me entre eles, procurem dar um valor ainda maior às emendas de Comissão, que podem até tratar do custeio.

Então, é isso. É de fundamental importância, portanto, que o Executivo ao elaborar o Orçamento, tenha uma atenção especial e redobrada com essas áreas. Se formos aguardar e cobrar do Congresso Nacional a solução desses problemas, isso vai acabar não acontecendo. Acontecerá o que aconteceu com a Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A brevidade de V.Exa. está-se alongando.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Já encerrei. Era o que tinha a complementar na minha réplica à manifestação do ilustre Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o



Deputado Clementino Coelho.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, apenas para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Desculpe. Pela ordem, o Deputado Virgílio Guimarães está antes de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLEMENTINO COELHO - Nós podemos inverter a ordem aqui.

Sr. Ministro, Sr. Presidente, quero lembrar o seguinte, Fernando Henrique não tomou posse em janeiro de 1999 e sim em janeiro de 1995. Então, a brutalidade desse ajuste fiscal que a sociedade toda está pagando, sobretudo a área social, advém até de políticas equivocadas e justamente de uma exposição da âncora cambial maior. É um modelo de uma ortodoxia muito rígida, e o próprio Governo já fez a **mea culpa** sobre isso, tanto que em janeiro implodiu o modelo cambial e partiu para um outro. O Governo precisa também, em certos momentos, reconhecer que errou, como é o caso agora das privatizações.

Setores do Governo estão fazendo qual análise? Quando concebemos o projeto de privatização das grandes empresas estatais, o Governo priorizou o curto prazo, o caixa, criou até o artifício justamente do ágio, que é abaixo do Imposto de Renda, uma parcela, e não priorizou o médio e o longo prazos, que eram justamente para manter a empresa nacional. Preferiu manter empresas grandes com massa crítica para poder revigorar o mercado de capitais, que é o que está sendo buscado agora por meio de Furnas.

Temos receio desses equívocos, que já são reconhecidos pela base do Governo. Devemos acelerar a priorização da integração regional, da integração social, porque os dois mapas de desníveis sociais e regionais estão superpostos. Precisamos dessa prioridade. E o Norte e o Nordeste não têm prioridade no Governo Fernando Henrique. Há muita retórica em favor dessa região. Prioridade e ação não há. O único projeto que há é o mais polêmico possível, que é a transposição do São Francisco e a venda da CHESF.

Então, estamos precisando integrar essas regiões. Elas estão ficando com os índices como IDGI e IDH anos-luz atrás do brasileiro que mora no Sudeste. Essa é justamente a questão da sensibilidade social, em termos de querer construir uma nação. Então, que possamos flexibilizar um pouco mais, em termos dessas políticas e dessas regiões.

Não adianta, Sr. Ministro, querer levar saúde, educação para o semi-árido se não se levar irrigação. Sem água nada se pode fazer. Nós não vamos ter uma inserção qualitativa. Vamos ter uma questão apenas e tão-somente vegetativa. E precisamos ter qualidade, porque não podemos dar-nos um atestado de incompetentes, por termos o único semi-árido do mundo ainda no século XIX. Todos os semi-áridos em todo o mundo ocidental hoje são fronteiras agrícolas de excelência de produtividade e competitividade. Temos os exemplos do oeste



norte-americano, Chile, Espanha e Israel.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Serei de fato rápido. Sr. Ministro, quando fiz referência ao Metrô de Belo Horizonte, uma questão mais geral talvez não tenha ficado muito clara. Primeiro, o Metrô de Belo Horizonte são dois. Há o ramal Barreiro, que foi lançado pessoalmente pelo Presidente da República, foi citado no lançamento do Brasil em Ação, quer dizer, ele recebeu destaque e é alvo de emendas. Sua equipe sabe do nosso empenho a respeito desse ramal do metrô. Não queria ficar aqui repisando isso. Conferi antes de fazer a pergunta, a assessoria pesquisou o decreto, e sei que ele é genérico. Sei disso. Agora, sabemos também, até por colegas que têm bom trânsito no interior dos Ministérios, que já nos dizem que o corte caiu ali. Isso não está escrito, não saiu publicado. Daí a questão mais geral exatamente sobre o nexos que haveria entre aqueles projetos licitados como estratégicos e o contingenciamento. Ou seja, se o Ministério, tendo um determinado limite para cumprir, terá de observar aquilo que está ali como projeto estratégico — essa é a pergunta mais geral, e ela ficou um pouco escondida, porque fiz uma defesa muito enfática do metrô, já que tenho lutado por muito por isso nesta Casa.

Aproveito para estender a Heloísa e às demais pessoas o convite para a visita à Serra da Piedade. Lá temos a beleza no alto da grimpada da serra, da montanha, do pico; estão lá um santuário e um convento belíssimos. É um lugar ótimo para reflexão. E, mesmo para aqueles que não se preocupam com a questão religiosa, de lá se enxerga melhor o Brasil, e o Ministro vai provar isso lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - O Senador talvez não conheça a Serra da Piedade, mas o Deputado poderia lembrá-lo de que de lá dá para ver o Brasil inteiro.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Deputado, a forma como V.Exa. abordou a questão faz-me lembrar o ponto mais geral de tudo o que tratamos aqui hoje. Fica clara essa posição da restrição, e ninguém duvida que ela exista, porque ela é real e é objetiva. A questão é que cada um, legitimamente — não é de maneira ilegítima — , defende a sua parcela no gasto. O Deputado Clementino Coelho enfatizou a questão regional. Outros Deputados, outros Senadores de outras regiões, vão igualmente defender recursos para a sua região. A bancada do Rio de Janeiro estava há quinze dias querendo conversar comigo porque achavam que os recursos para o Rio de Janeiro não seriam encaminhados. O Deputado Giovanni Queiroz lembrou do Estado do Pará. Disse que o Estado do Pará não é bem atendido pelos recursos federais. Então, essa queixa setorial, regional, sempre vai haver. Não estou dizendo que o



Governo não tenha que ter política setorial e política regional. Estou dizendo que sempre vão faltar, apesar de todo o ajuste fiscal que foi feito, recursos para a rede de proteção social, mesmo que procuremos manter os recursos dos Ministérios que desenvolvem ações sociais.

Apesar de tudo isso, foi feito o ajuste fiscal com a atenção o tempo todo voltada para o social. Isso não é simples. Ou seja, não é simples observarmos a restrição e ao mesmo tempo mantermos o mínimo de prioridades dentro dela.

Evidentemente, o descompasso que o Deputado João Fassarella mencionou aparece naturalmente. Mas, é claro, nós vivemos uma restrição. Só que, se não tivéssemos cortado o Orçamento, outras demandas legítimas também teriam ficado de fora. Sempre vai ser assim.

Então, de fato a arte é fazer essa discussão de modo democrático. Por isso sugeri, relembro, as quatro etapas para a discussão da Comissão, que sejam observadas na tramitação do Orçamento. É preciso, efetivamente, haver uma macrodiscussão sobre onde alocar os recursos por área, e depois é preciso envolver-se em cada uma dessas áreas e identificar quais são os projetos e os programas prioritários. É preciso que façamos isso. Não devemos ir diretamente na alocação regional, local, dos recursos do Orçamento.

Farei aqui tantas visitas quantas esta Comissão ache necessário. Não tenho receio algum de fazer este tipo de discussão, porque esse é o drama do dia-a-dia meu, esse é o drama do dia-a-dia do Governo e dos senhores, de certa forma, pois, tendo uma postura responsável, sabem que não podem tudo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Fernando Coruja está ausente. O Senador Eduardo Suplicy está ausente.

Tem a palavra Deputado Jorge Bittar. É a última rodada.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Parlamentares, penso que há sempre um aspecto extremamente positivo quando se consegue realizar um debate de alto nível como este que está sendo praticado nesta Casa.

Não há dúvida de que a introdução de uma metodologia democrática no tratamento do Orçamento, ao contrário do que se possa supor, pode gerar consistência e seriedade, tanto na elaboração orçamentária quanto na sua execução. E eu quero referenciar-me, para fazer essa afirmação, na experiência, por exemplo, do orçamento participativo, que é uma experiência muito mais complexa do que o simples diálogo entre o Executivo e o Legislativo, e que me recordo levou muitas pessoas a fazerem a crítica de que esse processo democratizante da definição das prioridades orçamentárias poderia levar-nos à pulverização dos investimentos públicos, e haveria uma certa degradação da qualidade de vida e de uma perspectiva estratégica de desenvolvimento e formação da cidade.



Não foi isso que se verificou. A experiência mais notável ocorrida em nosso País mostra que hoje, mais de dez anos depois da adoção do orçamento participativo, Porto Alegre é uma das melhores cidades, com cobertura de saneamento básico, qualidade de vida, saúde, educação, enfim, e ao mesmo tempo é uma cidade estruturada. Preocupa-se também com os investimentos estruturantes, de modo a tornar-se uma cidade em sintonia com as mudanças tecnológicas, enfim, com tudo aquilo que ocorre no mundo.

Acredito que com um debate sério entre Executivo e Legislativo poderemos avançar bastante. Quero saudar o Sr. Ministro pela proposta. Com as quatro etapas talvez possamos trabalhar o diálogo entre o Executivo e o Legislativo a partir da origem da elaboração orçamentária, e não apenas quando a peça orçamentária já estiver pronta, cabendo, então, apenas alguns retoques e criando-se, às vezes, até situações difíceis, na medida em que o Parlamento mexa na peça orçamentária.

Penso que a introdução desse diálogo desde a origem vai estabelecer direitos para o Legislativo, na medida em que ele possa influir mais decisivamente na peça orçamentária. Mas trará também enormes responsabilidades para o Executivo. Vai estabelecer uma relação verdadeira de co-responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo, e foi isso o que se verificou com a prática do orçamento participativo. Quer dizer, o cidadão passa a conhecer os seus direitos e a defendê-los no que se refere a obras públicas, serviços, melhoria da qualidade de vida, e passa a conhecer também quais são as limitações do Poder Público para dar conta de todos os desafios da cidade.

Não há dúvida de que há um aprendizado, há um processo pedagógico de lado a lado. Acho que é disso que efetivamente precisamos.

Penso que até perdemos uma oportunidade de ouro de fazer o ajuste do Orçamento deste ano quando não travamos esse diálogo com a profundidade necessária na época da aprovação do Orçamento. Ou seja, partindo-se do princípio de que houve uma falha grave desta Casa ao apreciar a matéria orçamentária apenas em abril — isso não foi por conta da iniciativa da Oposição, é evidente, é uma falha gravíssima termos apreciado o Orçamento apenas em abril deste ano —, mas já que tratamos o Orçamento neste período da execução orçamentária, poderíamos tê-lo feito de forma que as modificações introduzidas pela Casa se dessem com um diálogo maior do que o Poder Executivo, não apenas na reestimativa de receita, nos seus valores globais, mas nos seus diversos aspectos componentes, estruturantes da receita com as características que cabe a cada parcela dessas receitas, mas também do ponto de vista das despesas, de como ajustá-las corretamente e como priorizar despesas. Na ausência disso, a Casa, evidentemente, acaba limitando-se a tratar das demandas estaduais.

Chamo a atenção para o fato de que nós do Estado do Rio de Janeiro, aqui já mencionado por diversas vezes, tratamos a questão das demandas e das emendas coletivas com a maior seriedade, porque em poucos momentos a bancada do Estado do Rio de Janeiro se debruçou sobre as questões do nosso



Estado e debateu-as em profundidade. Elencamos cerca de quatro prioridades que foram objeto de emendas: saúde, saneamento básico, macro e mesodrenagem, obras contra enchentes e rodovias, estas um problema nacional. Sabemos que temos situações graves, como é o caso da BR-101, a Rio— Santos, por onde se daria o escoamento no caso do plano de emergência das usinas nucleares. Ela se encontra em estado profundamente degradado, a ponto de a usina termonuclear estar tomando a iniciativa de fazer obras parciais de melhoria dessa importante via de interligação do sul do Estado com a cidade do Rio de Janeiro. Refiro-me ao trecho sul da BR-101. Então, discutimos esse assunto com a maior seriedade.

Ora, quando surgem os cortes, é inevitável — ainda que não esteja definido o detalhamento desses cortes — que os Parlamentares de todos os Estados, e nós particularmente da bancada do Estado do Rio de Janeiro, associemos esses cortes necessariamente à redução dos recursos destinados às emendas coletivas. Por quê? Porque é evidente que o Executivo tem as suas prioridades definidas quando da elaboração do PPA. É evidente que os Ministros têm as suas prioridades definidas quando da elaboração da peça orçamentária. E se a definição de prioridades cabe ao Executivo, é natural que cada Ministro vá definir as prioridades a partir da própria elaboração orçamentária por ele executada.

Então, é natural que haja uma frustração muito grande entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Nobre Deputado, em que pese o brilhantismo da exposição de V.Exa., o tempo está esgotado.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, vou procurar concluir rapidamente.

Tivemos ainda o cuidado de observar os dispêndios de capital do Governo Federal numa série histórica de 1995 a 1999, e verificamos que nesse jogo de ganha e perde entre os Estados, o Estado do Rio de Janeiro, de fato — são dados concretos — , tem recebido recursos muito menores do que diversos outros Estados da Federação.

Certamente, na metodologia proposta pelo Ministro, numa discussão em que se pudesse trabalhar todas as etapas, inclusive a etapa da regionalização, poderemos tratar dessa questão, debatendo com seriedade e sinceridade os problemas e as demandas regionais.

Não estou aqui defendendo apenas corporativamente o meu Estado, embora tenha até a obrigação de fazê-lo por ser Parlamentar do Rio de Janeiro, mas entendo que no concerto nacional um amplo debate sobre as prioridades regionais seria extremamente importante e saudável.

Por isso mesmo gostaria de finalizar propondo ao Sr. Ministro Martus Tavares que houvesse uma recomendação para que os Ministros procurassem ouvir as bancadas estaduais antes da definição final dessas prioridades. Seria uma



maneira de evitarmos que todo o trabalho de elaboração do Congresso Nacional, que é um trabalho sério, possa ir por água abaixo, frustrando as demandas que são urgentes, como aqui já se definiu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. SENADORA HELOÍSA HELENA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Ministro, antes de vir a esta reunião até pensava que nem deveria vir, porque às vezes ficamos em debates inglórios, até porque não é uma questão de malevolência ou benevolência. É muito mais uma questão de compreensão de um determinado modelo de desenvolvimento econômico e social.

Também pensamos em não vir porque a essa altura está bastante esvaziada a discussão. E sabemos que a mobilidade dos votos no Congresso Nacional é bem pequena. Às vezes até rimos quando alguns membros da bancada governista vociferam contra a Oposição como se efetivamente a Oposição tivesse peso na Casa para aprovar alguma coisa.

Há alguns modismos que são criados dentro do Congresso Nacional. Diante da situação vexatória por que temos passado ao longo dos anos na discussão orçamentária, criou-se a nova alternativa do orçamento impositivo. Lógico é que todos sabemos que não há, em qualquer instrumento legal, uma observação de que o Orçamento é autorizativo, até porque a própria Constituição estabelece como crime de responsabilidade o não-cumprimento da Lei Orçamentária. Mas é evidente que diante do problema vexatório por que passa o Congresso Nacional efetivamente temos que estabelecer agora o mecanismo impositivo para se fazer respeitar perante o Executivo.

Quero dizer ao Ministro que vou participar do debate efetivamente dentro do possível. E até vou usar uma frase que S.Exa. apresentou e, inclusive, a distribuiu, de um artigo no **Correio Braziliense**: "Realidade e Ficção". Concordo inteiramente com ela. Disse V.Exa.: administrar contas públicas com responsabilidade é fazer escolhas e eleger prioridades; é observar limites e até mesmo cortar despesas quando se torna necessário.

É exatamente por isso que o domínio das palavras não pode ser de exclusividade de uma ou de outra pessoa, até por que as palavras "realidade", "responsabilidade", "prioridades", "metodologia", passam, legitimamente, a ser incorporadas pelas pessoas com as mais diferentes convicções ideológicas e partidárias. Concordamos inteiramente com o parágrafo e discordamos inteiramente da forma como o Governo Federal organiza a execução orçamentária, o contingenciamento e a modificação de fontes estabelecidas como V.Exas. fizeram. É exatamente isso.

O outro parágrafo, efetivamente, dá conta da opção do Governo. Justamente como há dívida acumulada é preciso fazer economia, deixando parte da receita reservada para pagar os juros, pelo menos, e trabalhar o superávit primário. É



exatamente aí que discordamos completamente, porque não aceitamos o delírio persecutório e terceiro mundista de que um país como o Brasil não pode ter inserção diferente da globalização e não pode se relacionar com o Fundo Monetário Internacional ou com os credores do Brasil de outra forma. Isso é delírio persecutório e complexo de inferioridade de um País que, efetivamente, predispõe-se pela política de juros que quebra parques produtivos inteiros, feita pelo Governo Federal, que a cada momento cria nova panacéia — como a privatização, a panacéia para resolver os problemas da humanidade e, talvez, até o metrô, do Virgílio, também.

Pela realidade objetiva, pragmática e concreta, comprovou-se que o discurso era, efetivamente, falacioso. E a cada momento criam-se novos discursos. Ministro, gostaria que V.Exa. me explicasse alguns detalhes. Tenho a obrigação de estar falando perante V.Exa. porque não posso aceitar, tendo um comportamento ético, ter uma posição na tribuna do Senado e outra diante de V.Exa. Exatamente por isso fico insistindo em fazer o debate, embora entenda que, efetivamente, são compreensões de mundo, de política de desenvolvimento econômico e social diferentes.

Tenho aqui alguns exemplos. Primeiro, desde o decreto de contingenciamento, e, depois, da Portaria nº 98, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quando algumas fontes de recurso foram modificadas. Fizemos o trabalho de levantamento de algumas ações e, de forma surpreendente, vimos que determinadas áreas tiveram cortes maiores que 50%. Trabalhamos a questão do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, assistência à vítima e à testemunha ameaçada, o Programa Morar Melhor, o desenvolvimento de ensino médio. Tenho absoluta certeza de que V.Exa. não vai poder dar conta de todo o detalhamento, até porque eu o estou fazendo porque pesquisei questões específicas. Por isso, exatamente, quero que depois seja respondido por escrito.

Vou citar um único exemplo. No programa de reinserção social do adolescente em conflito com a lei, diante dos gravíssimos problemas e da incompetência do Estado em resolver os problemas com crianças e adolescentes, os recursos dessa área acabaram sendo cortados em 50%, em função justamente de modificação de fontes de recursos. A dotação originária era de 6,3 milhões, sendo que 3,5 milhões eram provenientes da Fonte C, que originalmente constavam da Fonte 175; 2,7 milhões da Fonte 150, recursos diretamente arrecadados, que, efetivamente, não vão poder ser realizados, porque o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente não tem instrumentos para coleta desse tipo de recurso. Então, o que até anteriormente pensávamos que era um tipo de corte já é um corte de mais de 50%. Portanto, após o contingenciamento e com a portaria, criou-se uma repercussão muito mais grave em alguns programas sociais.

V.Exa. diz que o Governo Federal não estabeleceu onde o contingenciamento vai se dar. Isso me preocupa muito mais.



(Intervenção inaudível.)

A SRA. SENADORA HELOÍSA HELENA - Sim, o Ministério. Compreendo inteiramente. É porque V.Exa. acaba representando o Governo aqui. Então, toda nossa indignação e contrariedade acaba sobrando, efetivamente, para V.Exa.

Neste caso, nossa preocupação é muito maior. Por isso gostaríamos que V.Exa. — como Ministro do Planejamento, V.Exa. poderá dar conta disso —, encaminhasse para nós quais ações e programas serão vítimas do contingenciamento dos Ministérios. Essa suposta autonomia é o que é mais grave ainda. Estamos em ano eleitoral e sabemos que o tecnicismo e o moralismo não se constroem necessariamente. É exatamente quando o discurso tecnicista e moralista cai por terra, em anos eleitorais, em negociações com o Congresso Nacional. Exatamente por isso solicitamos a V.Exa. que nos seja encaminhado um detalhamento dos cortes para cada órgão, até porque — como V.Exa. bem disse —, cabe a cada um, efetivamente, determinar isso. Queremos saber isso efetivamente, porque não acho justa a sugestão de se discutir bancada por bancada, até porque cada um de nós, Senadores e Deputados, representa determinadas unidades da Federação. Para que a definição seja feita dentro dos limites da razoabilidade técnica, efetivamente, ela tem que ser feita à luz do diagnóstico, quer seja dos indicadores sociais, quer seja dos problemas de desenvolvimento regional, quer seja dos problemas de infra-estrutura, e não conforme uma ou outra bancada de determinado Estado, conforme o poder de pressão política para negociar com o Ministro sobre o que vai ser ou não cortado. Se queremos fazer um debate metodológico e sério, temos que fazê-lo à luz de uma realidade objetiva, e não à luz — não vou usar tráfico de influência, porque seria até grosseiro de minha parte — do pragmatismo ou pressão de uma ou outra bancada.

Portanto, gostaria ainda que V.Exa. nos encaminhasse como o dinheiro será utilizado, diante do possível descontingenciamento e com a suposição de aumento da receita, se ela superar o valor das receitas previstas no Orçamento. Gostaríamos também de saber como será a definição de descontingenciamento e, do mesmo jeito, como será utilizada a reserva de 1,1 bilhão, criada pelo Executivo.

Sr.Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, só para complementar, quero saber se é informação correta a de que o Ministro disse que não irá discutir, nesta reunião, a questão dos servidores públicos federais. Se assim for, convido V.Exa. para que nos dê a honra de comparecer à Comissão de Assuntos Sociais porque apresentarei requerimento de debate sobre a situação dos servidores públicos federais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Dr. Heleno.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO - Sr. Presidente, ouvimos as palavras da Senadora Heloísa Helena, que fala de forma gostosa, com o próprio coração.



Trata-se de uma mulher que demonstra, de fato, seus sentimentos. Parabéns, Senadora Heloísa Helena. Gosto muito de ouvir V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lembro que ainda há outros a falar.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO - Exato. Até havia retirado minha inscrição para falar porque eu queria entrar no segundo **round**. Digo apenas uma coisa: minha súplica é pelo Nordeste que vive no Rio de Janeiro, pelos nordestinos que nunca tiveram uma voz para defendê-los. Mas, em todo o momento, na discussão do Orçamento, consegui gritar e mostrar a voz deles. Em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, há mais nordestinos proporcionalmente do que no Nordeste.

Daí, pela primeira vez, apresentamos nossa proposta no Orçamento e fomos, piedosamente, atendidos. Porém, aqui contingenciaram o Orçamento. Não estou culpando o Governo; pelo contrário, porque sei que administrar é muito difícil. O bom é quando entendemos e, de fato, chegamos a um ponto comum. Aqui devemos dar um passo à frente e não três para trás.

Está certo que todos aqui desejam a mesma coisa para sua região. Podem reivindicar seu direito. Só não estão certos os que não vêm para cá para brigar pela sua região. Neste caso, de fato, encontro falta de sentimento e até sensibilidade jurídica.

Havia até planejado falar de outras coisas. Porém, agora, estou contente com a presença do Ministro. Pessoalmente, vou infernizá-lo e pedir pela minha cidade e não para mim, porque sou pior do que filho de cego. Por isso minha cidade hoje reconhece o Dr. Heleno como um Deputado de verdade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, tive oportunidade de ser Relator do PPA uma vez. Aprofundei-me no trabalho e vi que o pressuposto, a base, o fundamento daquela lei era o estabelecimento de menor desequilíbrio inter-regional e também a intercessão do País na economia mundial. Estamos aqui para colaborar com V.Exa. e faço memória dos estudos, da peça e do que pude oferecer para diminuir as distâncias econômicas inter-regionais. Vou tentar colaborar com V.Exa.

Em determinado ano do Governo Fernando Henrique — acho que foi o segundo mandato, no segundo ano, o primeiro Orçamento —, adverti-o da prioridade que devia ser dada à irrigação, e S.Exa., simplesmente, quando fez a contenção dos recursos, não fez contenção alguma na irrigação. E até teve a gentileza de me comunicar pessoalmente, dizendo: "Olha, atendi seu pedido e lá foi." Mas aquilo foi em apenas um ano.



Entendo que, para se fazer o equilíbrio nessas coisas do País, deve-se agir assim mesmo. No Rio Grande do Sul, a mortalidade infantil é 19 a 20%. No Nordeste, é 55%. Para se contemplar com justiça uma região diante de outras, basta dizer: onde há mortalidade infantil de tanto, não se faz contenção disso ou daquilo, isto é, de saneamento, irrigação, saúde ou educação. Se não se dosar assim, tecnicamente, não se vai chegar nunca a lugar algum. É preciso que todos estejamos muito conscientes de que o Estado e o Governo têm que ser justos. Temos que perguntar: o que é o Estado justo? O que é administração justa? O que é governo justo? Administração e Estado justos e tudo mais são os que proporcionam às pessoas acesso aos bens que devem ter: educação, saúde, cidadania, habitação, etc. Se não houver a diferença no investimento, o Estado não estará sendo justo. O Estado estará, infelizmente, desprezando uma das suas melhores: ser justo. São essas coisas que me preocupam.

Peço licença aos companheiros para contar histórias rápidas. Outro dia, no semi-árido, fui para uma reunião onde havia cento e tantas pessoas e disse: digam o que vocês precisam para melhorar a sorte. Um disse: "Quero eletrificação rural para nós". O outro: "Queremos água". Os outros: "Queremos eletrificação e água". Eu disse: não, vocês já pediram eletrificação e água. Agora, peçam outras coisas. Pois havia cem pessoas e ninguém pediu mais nada. Eles não têm o mínimo, a água, que qualquer cidadão abençoado pela natureza tem, seja do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Então, tem que haver um tratamento diferenciado e bem dosado, mesmo pelo Governo, para o Governo ser um pouco justo. Um pouco, não, o Governo tem que ser justo mesmo. São essas populações que não podem ficar — digamos — sob a jurisdição de uma tecnocracia assim meio alheia à vida deles. Estou aqui para colaborar. Não estou aqui criticando tecnocratas. Não estou chamando V.Exa. de tecnocrata. Sua posição é de político.

Uma vez, não faz cinco anos, vieram dois Orçamentos — o Governo retirou o primeiro Orçamento e mandou outro — e tive a pachorra de analisá-los, Estado por Estado. O Piauí foi o Estado onde mais houve corte. São Paulo, onde menos houve corte. Essas coisas que estou falando não são objeto de avaliação alguma na hora em que se faz uma peça orçamentária. Isso não pode continuar. Essas coisas têm que obedecer à nova direção.

Este ano choveu e houve fartura de feijão e milho na minha região. E eles ficaram felizes da vida só com feijão e milho. Não existem outras coisas, mas, por acaso, em algumas regiões, que são bolsões de pobreza, não choveu. Estão sem água para beber.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço que V.Exa. conclua.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO - Já concluo. O Brasil todo bebe água da torneira, e os cidadãos do semi-árido pegam água numa lata d'água e a carregam por quatro, cinco, seis quilômetros. Isso é muito injusto e não é história para ser contada no outro século, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados e



Senadores. O outro século tem que ter outra história. Quero que todos nos comprometamos a, no outro século, ter outra postura e escrever outra história, porque assim não dá.

Por último, faço o mesmo pedido que fiz ao Presidente Fernando Henrique. Não sei em que V.Exa. pode colaborar, porque parece que as formas são diferentes hoje, mas não é possível que, com a elaboração do Orçamento para a região do São Francisco houvesse sido gerada a expectativa, no pólo Petrolina-Juazeiro, na Bahia, de que cem mil hectares que iriam ser construídos, em nome do Governo. Houve a divulgação de que iriam ser 200 mil empregos diretos e mais 300 mil indiretos. Aí vem a contenção e desmancha de todo um sonho. Não disponho do meu sonho porque acredito na minha vitalidade e argumentação de que vou repor tudo, mas o sonho deles está-se desmanchando. Essas coisas precisam ser melhor dosadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço que V.Exa. conclua.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO - No anel rodoviário de São Paulo foram gastos milhões, quase bilhões. Fala-se também que a fruticultura é estratégica, mas não há água para fazer a fruticultura. Então, a fruticultura estratégica é a do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Quanto à nossa Região, se não há água para irrigar, não há fruticultura nem coisa alguma.

Veja V.Exa. que as coisas são muito desorganizadas. Ficamos machucados com isso. Tudo isso é para colaborar, não é para entrar em outra rota, não, nem com Ministro nem com a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sra. Senadora, Srs. Senadores, Srs. Deputados, estou na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização desde o início dos trabalhos. Ausentei-me por alguns minutos quando anunciaram a Ordem do Dia da Câmara, mas creio que pude, com minha presença e atenção, ouvir todos os representantes que usaram da palavra, manifestando opiniões, defendendo teses e exercitando, com muita eloquência, no meu modo de ver com um pouco de exagero, o direito da crítica.

Na reflexão que fiz, diante dessa enxurrada de críticas, quando o Ministro Martus Tavares veio a esta Casa para esclarecer o sistema de execução do Orçamento em vigor, concluí que o ambiente desta Comissão revela bem o gesto, a atitude, a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que está, sem dúvida nenhuma, exercendo o Governo no clima de maior liberdade que já



houve no Brasil.

Sr. Presidente, sou dos mais antigos. No velho Palácio Tiradentes, eu, Deputado Federal, participei da Comissão de Orçamento que foi presidida por Horácio Lafer, Wagner Estelita, Guilhermino de Oliveira e que teve como Relator da despesa Ranieri Mazzilli e Leite Neto. Deixei depois o Congresso para exercer funções executivas em meu Estado.

Quero dizer que, a par do clima de liberdade, que verifiquei mais uma vez — sem dúvida nenhuma, um dos instrumentos que as forças de oposição utilizam, por intermédio dos meios de comunicação, para que o povo, quando chamado a opinar sobre o Governo, tenha posições radicais —, de todos os Orçamentos cuja elaboração acompanhei, não tenho lembrança de nenhum tão equilibrado.

Durante os debates, ouvi a observação de que o Poder Executivo era culpado pelo fato de o Congresso Nacional ter aprovado o Orçamento e por estar ainda para aprovar o PPA. Sr. Presidente, pela minha assiduidade nos trabalhos desta Comissão, tenho lembrança de que o Poder Executivo encaminhou o projeto de Orçamento rigorosamente dentro do prazo, e assim também ocorreu com o PPA.

Eu era o representante da Liderança do PFL no Colégio de Líderes da Comissão de Orçamento quando era Presidente o nobre Deputado Lael Varella. Hoje, a Liderança do PFL na Comissão está em melhores mãos, as do nobre Deputado Santos Filho. Quando verifiquei que enfrentaríamos dificuldades na discussão e votação do Orçamento para o corrente exercício e no projeto de lei que aprova o PPA, fiz uma proposta à Comissão. Talvez alguns dos representantes das lideranças partidárias à época se lembrem de que propus à Comissão de Orçamento realizar suas reuniões às segundas-feiras durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, com tempo suficiente para discutir, examinar e estudar a matéria. A proposta só teve um voto: o meu.

Essa peça orçamentária, o PPA, Ministro Martus Tavares — cumprimento V.Exa. e o Governo por isso —, é um exemplo de equilíbrio. O PPA, o Projeto Avança Brasil e também o Orçamento criaram os chamados eixos de desenvolvimento ou corredores. Verifiquemos: primeiro, o Corredor Araguaia— Tocantins; segundo, o Corredor Fronteira Norte; terceiro, o Corredor Leste; quarto, o Corredor MERCOSUL; quinto, o Corredor Nordeste; sexto, o Corredor Oeste Norte; sétimo, Corredor São Francisco; oitavo, o Corredor Sudoeste; nono, o Corredor Transmetropolitano. Seis corredores estão nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e três nas Regiões Sudeste e Sul. Isso é um exemplo de equilíbrio, de justiça, de correção, de visão global do Brasil.

Por isso, Ministro Martus Tavares, renovo meus cumprimentos. Evidentemente, a peça orçamentária que já entrou em vigor e é objeto de discussão, em razão do decreto que estabeleceu os condicionamentos, não é perfeita, de modo nenhum. O PPA também não é perfeito, mas ambos representam avanço. Minha antigüidade como membro da Comissão de



Orçamento me permite fazer essa observação.

Nos tempos em que Israel Pinheiro era Presidente da Comissão, o trabalho era realizado com muito mais simplicidade. Hoje, o Governo encaminha desafios. Temos que estudar. Nos Orçamentos passados, quando da sua execução, o Governo não aplicava dotações e nem satisfações dava. Não havia decreto contingenciando ou fazendo plano de economia. Isso era decisão do Poder Executivo. Depois se criaram os decretos dos planos de economia. E agora o Governo inovou. Não é plano de economia, não é corte de dotação, é estabelecimento de limites. Se a arrecadação permitir, certamente se fará o descongestionamento. Nada mais democrático e nada mais justo.

Sr. Presidente e Sr. Ministro Martus Tavares, eu poderia me alongar, comentar cada intervenção que ouvi, mas estou sendo advertido de que meu tempo se esgotou.

Por isso, Ministro Martus Tavares, concluo a manifestação cumprindo meu dever de representante de Santa Catarina.

Em relação ao PPA, a bancada de Santa Catarina apresentou uma emenda em que cria o Programa Grande Fronteira do MERCOSUL. Esse programa foi aprovado. Depois, o nobre Deputado Renato Vianna, acolhendo a idéia, objeto de projeto de lei que apresentei em 1999 e que já tem parecer favorável de duas Comissões, criou a Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, que abrange faixa do território brasileiro que começa no Mato Grosso do Sul, passa pelo Paraná e Santa Catarina e vai até o Rio Grande do Sul. De minha iniciativa, o projeto de lei foi subscrito por 64 dos 81 Deputados representantes dos Estados a que acabei de me referir. Mas, no corredor do MERCOSUL, ele não aparece como programa estratégico.

Então, com toda a modéstia e mesmo humildade, peço a V.Exa. que examine a possibilidade de incluir no Anexo X, Programas Estratégicos, o Programa Grande Fronteira do MERCOSUL ou Mesorregião da Fronteira do MERCOSUL. Ainda há pouco, o Deputado Carlito Merss conversou com o Prefeito Municipal de Chapecó, que está aqui em Brasília. Ao me cumprimentar, o Prefeito perguntou: "E a Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL?" Eu, então, expliquei-lhe como tínhamos agido, toda a bancada. Esse programa é indispensável porque é lá que o Brasil, do ponto de vista territorial, encontra-se com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

Fiz outra observação, Ministro Martus Tavares, para a qual peço a atenção de V.Exa. Nos programas estratégicos constantes do Anexo X, há referência à ampliação de molhes do porto do Rio Grande e dragagem de aprofundamento do canal de acesso — sou inteiramente favorável a esse serviço, a essa ação do Governo — , mas não consta o Porto de Itajaí, o único porto do Brasil sob a administração da Prefeitura Municipal, o que me causou estranheza.

Sem transferir a propriedade do porto, o Governo da União concedeu administração à Prefeitura. É um porto modelo. Depois de estabelecida a



administração municipal, todos os meses o Porto de Itajaí bate recordes e, o mais importante, Ministro Martus Tavares, é o porto onde há o melhor entendimento entre trabalhadores, aqueles que usam o porto — como agentes marítimos, embarcadores —, e autoridade municipal. Estiva, arrumadores — que lá chamamos terrestres —, vigias portuários, consertadores de carga e trabalhadores avulsos, participam de todas as decisões da administração do porto de Itajaí.

Nasci num porto e passei a adolescência em outro. Nasci em Itajaí e passei a adolescência em Santos. Meu pai era funcionário público concursado, cuidava do porto, trabalhava na alfândega. Nunca vi entendimento entre trabalhadores e embarcadores, agentes marítimos e administradores, como em Itajaí, depois de criada a administração municipal.

No corredor Araguaia/ Tocantins, vejo sete ações, o que é mais do que justo, e no corredor do MERCOSUL só temos quatro ações. Então, peço a V.Exa. que inclua mais essas duas ações. Assim, certamente, poderei repetir esse discurso de louvor em Santa Catarina, com o aval do meu caro amigo, grande representante do Partido dos Trabalhadores, que se prepara para candidatar-se a Prefeito de Joinville, a maior cidade do Estado. Eu voto em Itajaí, mas se eu votasse em Joinville...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lembro a V.Exa. que o assunto está saindo um pouco da pauta.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS - Quando me perguntassem em quem votei, eu usaria um argumento muito forte: o voto é secreto.

Sr. Presidente, desculpe-me pelo abuso do tempo.

Ministro Martus Tavares, espero poder anunciar em Santa Catarina que a Grande Fronteira do MERCOSUL e o Porto de Itajaí serão contemplados nas ações do Governo neste Orçamento e nos futuros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quero apenas corroborar o que disse o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

Dentro desse projeto do MERCOSUL, existe um plano estratégico de



desenvolvimento regional criado pelas universidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, envolvendo os conselhos regionais de desenvolvimento. Plano estratégico, meu caro e brilhante técnico, que certamente poucas ações têm.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Peço ao Deputado Paes Landim, último orador inscrito, que aguarde o regresso do Ministro Martus Tavares. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Paes Landim.

O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Sr. Presidente, Sr. Ministro Martus Tavares, eu não tenho nada a dizer. Até me surpreendi com o convite para falar, mas farei pequeno lembrete. Uma das grandes reclamações no Congresso — e V.Exa., Ministro Martus Tavares, percebeu isso hoje — foi a demora na apreciação do Orçamento.

Segundo a Constituição de 1946, quando o Orçamento não era votado até o dia 30 de dezembro, o último dia do ano legislativo, o Orçamento do ano anterior era prorrogado. Como não havia inflação na época, isso era factível. Segundo a Constituição de 1967, cujo Relator foi o então Senador Konder Reis, se não fosse votado até o último dia do ano legislativo, o projeto do Governo seria aprovado para evitar protelação na sua apreciação, com correção monetária necessária.

Há dois anos, o Governo tentou disciplinar essa questão, através do projeto de LDO. Pediu que o Orçamento fosse votado até o último dia do ano legislativo, sob pena de ser prorrogado o projeto governamental, mas o Congresso não aceitou. Parece-me que somente por meio de uma emenda constitucional é que se poderia corrigir essa distorção.

Não é possível! O Brasil é um País surrealista, é o único País do mundo que entra num exercício discutindo o Orçamento do exercício anterior. Então, vamos prorrogar o exercício fiscal. Em vez de terminar em dezembro, terminaria em julho, como acontece nos Estados Unidos.

Talvez o Dr. Martus Tavares pudesse dar essa contribuição, enviando ao Congresso uma sugestão de emenda constitucional. Queria parabenizar S.Exa., que, embora do Ceará, parece mais um mineiro, um britânico, pelo seu temperamento cordato.

Concordo com muitas das ponderações feitas pelo meu querido amigo Osvaldo Coelho, que fala pelo Piauí também, uma vez que somos vizinhos, do corredor do São Francisco, meu sertão semi-árido. Depois de Celso Furtado, que tentou fazer um Orçamento discutindo os problemas do País, V.Exa. foi o primeiro que elaborou o PPA levando em conta o cenário brasileiro. Convocou os melhores estudiosos do problema e não se trancou no gabinete com seus



funcionários, por mais competentes que fossem, para elaborar o plano. Contratou Eliezer Batista, uma das maiores cabeças deste País, para ajudá-lo. É dele essa idéia fenomenal dos corredores. E mais: o assunto foi discutido em todos os Estados, foram convocados Parlamentares Federais e Estaduais e diversas autoridades. Participei dessa discussão no Piauí, e graças a ela o PPA incluiu a nossa rodovia BR-020 — por enquanto no trecho do Piauí.

Também quero dizer que o PPA trouxe para a minha região — e isso é bom que meu caro amigo Osvaldo Coelho saiba —, a região do Rio Piauí, recursos da ordem de cinquenta milhões de reais para os próximos três, quatro anos, evidentemente contando também com os investimentos do setor privado, no caso bancos oficiais. Tudo isso mostra uma grande percepção sobre a região do Rio Piauí, que tem as melhores terras do Nordeste ocidental, o melhor lençol freático do semi-árido. Só não temos a bênção do São Francisco, mas temos condições de ser uma nova Petrolina.

Não sei se o Congresso teve, a essa altura, tempo de apreciar o PPA. Deveriam ter visitado mais o País, discutido mais. Se perdemos tanto tempo para apreciá-lo, pelo menos não deveríamos ter desfigurado o projeto original do Governo, muito bem elaborado. Não foi ideal, claro, mas pelo menos o Governo teve o senso de ouvir o povo, de ouvir as lideranças, o que foi uma novidade num País acostumado com orçamentos autoritários, com planejamentos autoritários — não só de governos autoritários, mas, mesmo a partir de 1985, todos os planos eram feitos nos gabinetes.

O Ministro Martus Tavares teve a sensibilidade de mandar ouvir o País.

Nesse sentido, não poderia deixar de aproveitar o ensejo e aplaudir seu trabalho. Não tenho, conseqüentemente, nenhuma pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Ministro Martus Tavares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Sr. Presidente, vou novamente tentar responder a todas as indagações.

O Deputado Darcísio Perondi, reservadamente, disse que eu não respondi à sua questão quanto à suplementação de dotações na área da saúde. S.Exa. sugeriu que se fizesse suplementação na área de transporte, assistência social e integração nacional.

Gostaria de dizer, e já o fiz anteriormente, quando de outra resposta, que não só os limites fixados no decreto como a questão das suplementações devem ser tratados ao longo do exercício, à medida que as receitas comportem. Fazemos um exercício permanente de atualização semelhante a esse que fizemos para colocar o decreto em programação na rua.

A Comissão de Controle Fiscal — CCF faz um acompanhamento permanente com as equipes do Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, a



partir do qual definimos as suplementações.

Uma das perguntas da Senadora Heloísa Helena foi a respeito dos critérios: como seriam utilizados, como seriam feitos os descontingenciamentos e as suplementações, a mesma indagação do Deputado Darcísio Perondi.

Não tenho ilusão de que a receita adicional que possamos ter, relativamente ao que estimamos para o decreto, dê conta de todas as necessidades. Não tenho essa ilusão. Isso nos põe diante de um desafio muito grande: o de tentar realocar recursos menores do que exige a necessidade, muitas vezes deixando de atender no momento ações prioritárias.

Isso ocorre agora e, como disse, sempre ocorreu. O Deputado Konder Reis deu um depoimento sobre a experiência de discussão do Orçamento em período anterior.

Sem dúvida, nunca teremos recursos. Nunca existiu essa situação historicamente. Não existirá a situação em que esteja sobrando dinheiro sem que tenhamos onde alocar, principalmente num País como o nosso, que tem carências sociais e desequilíbrios regionais significativos, como foi mencionado pelo Deputado Osvaldo Coelho, e que ainda tem deficiências na área de infra-estrutura também importantes. São deficiências expressivas porque o nosso processo de ocupação territorial é ainda recente. Algumas áreas têm necessidade muito grande de infra-estrutura. Isso gera dificuldades e requer decisões importantes.

O processo de descontingenciamento é definido pelo Executivo, porque até o limite da Lei Orçamentária já existe autorização para o gasto no Orçamento. Ele segue a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso. Não segue outra orientação, e neste momento não temos autorização para fazer qualquer suplementação. Conforme o veto do art. 7º, perdemos essa capacidade de fazer qualquer suplementação.

O descontingenciamento se dá dentro dos limites da Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, seguindo sempre os critérios de prioridades do Executivo. E as prioridades estão definidas na orientação estratégica aprovada pelo Presidente, colocada na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2000, também aprovada pelo Congresso Nacional, ou seja, uma orientação para o social e uma orientação também para as ações regionais.

Gostaria de manifestar desde logo concordância com o que disse o Deputado Osvaldo Coelho. Efetivamente, governar é resolver problemas setoriais e regionais de uma forma não igual, e não fazer uma distribuição percentualmente igual. Isso não é governar, é perpetuar desequilíbrios regionais e setoriais. Governar é corrigir os desequilíbrios, é mudar o curso na direção que defendem o Governo e o Congresso, na medida em que os planos do Governo, bem como os orçamentos anuais são aprovados pelo Congresso.

Especificamente quanto às questões levantadas pelos Srs. Parlamentares, início



pelo questionamento do Deputado Jorge Bittar.

S.Exa. disse algo importante, porque tem experiência semelhante à minha, pois viveu até recentemente esses dramas de alocar recursos limitados para as infinitas necessidades do seu Estado, o Rio de Janeiro.

Esse é um exercício muito bom, que tem de ser feito, como disse o Deputado Konder Reis, da forma mais democrática possível. Esse tem sido o nosso esforço e tem sido a prioridade e a determinação do Presidente Fernando Henrique. Por isso apresentamos uma mudança radical na elaboração do Plano Plurianual, o Avanço Brasil, e do Orçamento para o ano 2000.

Foram mencionadas pelos Deputados Konder Reis e Paes Landim, de forma elogiosa, as inovações introduzidas na metodologia de elaboração dessas peças. Não significa que já esgotamos tudo o que poderíamos fazer, mas que avançamos muito. Significa também que o Congresso tem que avançar muito na sua forma de analisar um projeto elaborado da forma como o foi o Avanço Brasil.

Há um certo paralelo implícito na exposição do Deputado Jorge Bittar, com relação ao Orçamento Participativo. Eu diria que esse orçamento tem-se mostrado uma idéia interessante que merece ser adotada em vários casos. No entanto, quando imaginamos esse procedimento adotado pela União, pelo Governo Federal, torna-se um pouco mais complexo do que num pequeno Município ou numa capital. Esse processo no âmbito da União é muitas vezes mais complexo. Não é mais complexo na natureza, mas nas relações. A natureza é a mesma.

Digo que a coisa mais fácil do mundo é ser Ministro do Planejamento ou Ministro do Orçamento. Ele só precisa saber fazer contas de somar e de diminuir, nada mais. Mas tem que saber fazer as contas de diminuir. Um pouco do que falei hoje aqui foi para chamar a atenção de V.Exas. para o fato de que há momentos em que fazemos contas de diminuir. Quando ignoramos um aumento de despesa obrigatória, estamos evitando fazer uma conta de diminuir que deve ser feita. Não podemos esconder isso. Quando aumentamos o valor do salário mínimo, não podemos ignorar que haverá impacto na conta de benefícios. Isso significa não fazer a necessária conta de diminuição.

Essa atividade é de natureza simples. No entanto, é absolutamente complexa pelas questões políticas, pelo desafio que se coloca de administrar esses recursos tão escassos, em relação a essas necessidades tão abundantes.

A elaboração do Avanço Brasil tinha um caráter participativo, até o limite onde pode ser participativo, onde pode ser desenvolvida essa participação nas questões nacionais.

Antes de mandar a proposta do Avanço Brasil e do Orçamento para o ano 2000 ao Congresso Nacional, fizemos 27 reuniões, em cada um dos Estados, todas com a mesma configuração, de que participaram representantes dos Governos



Estaduais, representantes do setor privado, representantes de organizações não-governamentais e Parlamentares. Todos foram convidados. Essa foi uma discussão que antecedeu a conclusão do Avança Brasil. Diria que chegamos ao limite.

V.Exa mencionou e eu confirmo a experiência do Orçamento Participativo, que de fato é muito pedagógico. Mais do que isso, é um avanço da mais alta importância em termos históricos, não só pelo debate, mas pelo fato de podermos compatibilizar as ações do Governo Federal com as ações dos Governos Estaduais e as da iniciativa privada, tornando complementares essas iniciativas.

Até o Avança Brasil o que acontecia? Cada um — para usar uma expressão popular — atirava para um lado. O Governo Federal definia algumas prioridades e os Governos Estaduais tinham as suas. Se essas prioridades se encontrassem em algum momento, tudo bem, senão, cada um tentava defender os seus projetos. Essa não é a melhor forma de alocar a totalidade dos recursos públicos.

O Avança Brasil também inovou, porque procurou disciplinar e programar o uso da totalidade dos recursos públicos, inclusive aqueles decorrentes de parcerias com Estados e Municípios.

Em relação às questões da bancada do Rio, que V.Exa. mencionou, lembro-me das discussões e muito bem da reunião que houve no Rio de Janeiro — eu não estava presente, mas o Dr. Silveira me relatou —, do intenso debate que houve durante um dia inteiro, quando V.Exa. estava presente. Conheço bem as prioridades do Estado do Rio, reconhecidas pela bancada. Em relação à proposição de V.Exa., de os Ministros ouvirem as bancadas regionais, eu diria que isso já é feito. A bancada do Rio queria se encontrar comigo. Os mineiros já declararam, através dos Deputados Márcio Reinaldo e Virgílio Guimarães, que querem se encontrar comigo.

Há uma abertura completa quanto a essa questão e é perfeitamente legítimo e importante que as bancadas procurem os respectivos Ministros. Não é preciso nenhuma orientação nesse sentido, basta procurar os Ministros. Não tenho a menor dúvida de que os Ministros receberão com todo prazer as respectivas bancadas, porque representam legitimamente as suas regiões.

Como disse a Senadora Heloísa Helena, de fato temos uma diferença de mundo, e algumas questões se tornam difíceis de discutir, em particular num tempo limitado como este. Não me furto a continuar esta discussão sobre a diferença dos mundos e do entendimento que temos sobre eles. No entanto, não é esse objetivo da convocação, e sei também que V.Exa. não provocou essa questão para termos esse tipo de debate.

Em relação ao ajuste, foi mencionado mais de uma vez aqui, se não me engano, pelo Deputado Clementino Coelho, que foi feito um corte de mais de 70%. O ajuste médio na despesa foi de 20%, considerando o que foi aprovado na Lei



Orçamentária.

Fiz uma menção de que era complicado comparar caso a caso com a Lei Orçamentária. Deveríamos ter também como referência o projeto de lei, porque as emendas são muito concentradas em determinadas áreas. Então, quando essas áreas são comparadas com a Lei Orçamentária, o ajuste parece que se torna maior, quando na realidade o limite autorizado está muito próximo do que o Executivo propôs.

Não estou dizendo com isso que estamos ignorando o que o Congresso fez. No entanto, o valor global de recursos que identificamos no momento de edição do decreto é muito semelhante ao do projeto de lei. Por isso estou fazendo a comparação. É inevitável que se faça a comparação com o projeto de lei.

Se fizermos uma comparação exclusiva com a Lei Orçamentária, chegaremos à conclusão de que algumas áreas receberam muito, mas algumas áreas tiveram multiplicado por três o valor originalmente proposto. É evidente que era impossível não acontecer um ajuste maior numa área desse tipo. Outras áreas praticamente não tiveram aumentos, não tiveram acréscimo; outras tiveram redução.

O Ministério do Planejamento não foi beneficiado com nenhuma emenda aditiva, só foi alcançado com emendas para reduzir as suas dotações. O Ministério não desenvolve nenhuma atividade essencial, no sentido de prestar serviço diretamente à comunidade, como é o caso dos Ministérios da Saúde, da Educação e outros.

No entanto, o custeio do Ministério precisa ser cumprido. Ele não vai sumir porque foi feita a emenda supressiva. Eu não consigo chegar ao Ministério e cortar aquele custeio; não consigo sumir com um pedaço do Ministério porque o Congresso cortou a dotação para o custeio. Portanto, temos problemas desse tipo. Ou seja, posteriormente, teremos de fazer suplementações semelhantes às que já comentamos aqui quando da indagação do Deputado João Fassarella, no sentido de que deveríamos também observar as dotações para custeio, tanto custeio de máquina quanto custeio de programas e ações continuadas.

Neste sentido, o decreto de programação — e já disse e percebi que a Senadora entendeu perfeitamente — não trata regionalmente, nem entra em detalhes de programas. Talvez a Senadora tenha usado uma expressão forte. S.Exa. disse: "Quais são os programas que serão vítimas do corte?" Acho que não se trata exatamente de ser vítima. Cada um dos Srs. Ministros terá de definir suas prioridades, de acordo com os limites que foram definidos para cada área, com muito critério, baseados no que inicialmente foi programado. Como lembrou aqui o Deputado Jorge Bittar, de fato, os Ministros deverão tomar como referência importante o que originalmente foi programado. No entanto, não podem — e não farão isto — desconsiderar as emendas feitas pelo Congresso Nacional. O processo democrático de discussão acerca da utilização dos recursos públicos, no caso, os recursos federais, indica as prioridades que o Congresso também define. Para mim, emendas são isso: representam



prioridades. E cada Ministro está atento a este tipo de questão.

É evidente que a Senadora pode solicitar as informações, porque temos o dever de prestar os esclarecimentos. Para mim não há problema em oferecer informações a respeito do que S.Exa. tem a indagar.

Com relação às duas perguntas específicas quanto ao débito de receitas que venha a ser alcançado ou o uso de 1,1, já fiz menção sobre isso. Quer dizer, até o limite da Lei Orçamentária só se observa o que está na Lei Orçamentária — nem poderia ser diferente —, considerando as orientações estratégicas, as prioridades definidas pelo Governo na área social e para os projetos importantes na área de infra-estrutura, que são conhecidos.

Em relação ao convite que foi feito pelo Deputado Virgílio Guimarães para ir à Serra da Piedade, passando pela (*ininteligível*), para discutir essa questão, aceito com todo o prazer. Não há problema com relação a isso.

O Deputado Dr. Heleno fez observações quanto à necessidade de defender os recursos para a sua região, o nordeste do Estado do Rio de Janeiro, não é isso?

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - A Baixada Fluminense. Enfim, mais uma vez, só menciono o fato de achar absolutamente legítima esta defesa. E como disse o Deputado Jorge Bittar, não há que se ter acanhamento neste tipo de atividade. Ao contrário. Essa é uma atividade legítima e V.Exas. são cobrados na atividade parlamentar pelos seus eleitores quanto à defesa de recursos para suas regiões. Então, para mim isso não tem nenhum problema.

O Deputado Osvaldo Coelho mencionou questões que em outras ocasiões já tivemos oportunidade de debater e discutir. Como disse o Deputado, S.Exa. tem sempre a intenção de contribuir e tem contribuído. O Deputado é responsável por importantes projetos que foram e estão sendo executados na região de Petrolina, por insistência, determinação e um trabalho continuado de sua parte na busca de recursos para a região, junto com outras lideranças, procurando viabilizar verbas para projetos de irrigação, em particular, que têm transformado aquela região do Nordeste brasileiro.

Com relação ao que disse o Deputado Osvaldo Coelho, gostaria de dizer que estou inteiramente de acordo. Isso faz parte das preocupações do Governo, manifestadas no Programa Avança Brasil. Tivemos oportunidade de debater sobre isso quando aqui estive, no mês de setembro, para discutir o PPA e mostrar as prioridades.

As questão regionais são muito complexas. Entender e fazer uma conta da regionalização do PPA ou do Orçamento é muito complexo. Não é só uma questão de dividir, de alocar recursos por região. É preciso entender várias facetas desta questão. Tenho certeza de que o Deputado as compreende e tem sido um bravo defensor de recursos para a região. No entanto, também tem dito



paciência e compreensão diante das restrições fiscais às quais estamos submetidos.

Ao Deputado Antônio Carlos Konder Reis agradeço os comentários feitos relativamente à metodologia e aos avanços que procuramos introduzir no PPA, o Programa Avança Brasil, e no Orçamento para o ano 2000.

Também acho absolutamente importante o que disse o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, no seu depoimento, quanto à participação do Congresso Nacional na fase anterior à Constituição de 1988, na fase imediatamente após 1988, e, depois, no Governo Fernando Henrique. A presença de V.Exa., nesta Comissão, é importante também por isso, pelo testemunho que pode dar e pela experiência que carrega, o que nos pode ajudar nos avanços que ainda precisamos fazer.

A fala de V.Exa. me fez lembrar uma provocação que fiz aqui, em setembro, quando aqui estive para discutirmos o PPA. Eu dizia: "O Avança Brasil está resumido em 365 programas; vamos discutir os programas. Se alguém acha que os programas que o Presidente Fernando Henrique está propondo não são os melhores para o País, então, quais são os melhores? Vamos discuti-los". Esta é a competência do Congresso, iniciando pela Comissão de Orçamento. Então, cabe à Comissão de Orçamento discutir, debater, carregando todas as peculiaridades do debate regional, do debate setorial, desde que se observe a restrição e o valor global de recursos. É isto exatamente o que eu gostaria de provocar e estou inteiramente à disposição para incentivar e participar deste tipo de debate.

Em relação ao Programa Grandes Fronteiras do MERCOSUL e ao do Porto de Itajaí, evidentemente, coloco-os na lista de diversos outros pleitos que foram aqui defendidos, como é o caso do Metrô de Belo Horizonte e dos recursos para suplementação defendidos pelo Deputado Darcísio Perondi. S.Exa., aliás, defendeu tantas prioridades que depois terá de eleger quais são as mais prioritárias, já que os recursos não darão para atender a todos os seus pleitos.

O Deputado Paes Landim fez uma provocação quanto à data de aprovação do PPA e do Orçamento. A Comissão de Orçamento tem trabalhado para aprovar os dois projetos na data prevista hoje na Constituição, em um dispositivo transitório, ou seja, até o final da sessão legislativa. Creio que deveríamos continuar nos esforçando para tornar isso possível, como aconteceu em 1998 com a proposta relativa ao Orçamento para 1999. Isso não aconteceu, no entanto, quanto ao Orçamento para 2000, mas sabemos as razões. Além das diversas questões relativas às Relatorias, também tivemos que aprovar antes a Emenda Constitucional de Desvinculação de Recursos da União. Isso acabou atrasando a discussão final dos dois projetos.

Enfim, Sr. Presidente, esta é a minha última intervenção. Depois, gostaria apenas de me despedir da Comissão.



A SRA. SENADORA HELOÍSA HELENA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A Senadora irá encerrar. **A SRA. SENADORA HELOÍSA HELENA** - V.Exa. já irá se despedir, Sr. Ministro.

Primeiro, como aqui se falou muito nos corredores, também vou fazer um **lobby** com relação a se desmontar um corredor perverso e monstruoso que existe neste País, o corredor da mortalidade infantil.

Faço isso não apenas porque Alagoas tem o maior índice de mortalidade infantil do País, mas porque o problema da mortalidade infantil, Senador Gilberto Mestrinho, é o maior instrumento técnico para desmontar o discurso do Governo Federal, que apresenta a transposição como se fosse a panacéia para resolver os problemas de outros Estados no Nordeste. Para V.Exa. ter uma idéia, os piores Municípios em indicadores sociais, inclusive o corredor da mortalidade infantil, estão justamente nos Municípios que se situam no Vale do São Francisco. Certamente, um grande tapa na elite política e econômica deste País.

Então, o apelo que faço ao Ministro é no sentido de que aqueles dados que apresentamos em relação aos cortes nos programas da criança e do adolescente sejam analisados com delicadeza e sensibilidade nos processos de descontingenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Ministro Martus Tavares para as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES - Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço à Presidência, ao Relator, Deputado Sérgio Guerra, e aos demais Parlamentares que estiveram presentes para engrandecer este debate. Saio daqui muito feliz — e só tenho de agradecer por isso — por ter conseguido explicar as razões que nos levaram a propor o ajuste nas despesas do Orçamento para o ano 2000 e, ao mesmo tempo, ter sido possível colocar sobre a mesa alguns temas que merecem a nossa dedicação, que são os desafios estruturais sobre a elaboração, a tramitação e a execução do Orçamento.

Saio daqui contente porque tive apoio, não só da base governista — e não esperaria outro comportamento —, mas também da Oposição, para promovermos esse debate. Nesse sentido, esta foi apenas uma primeira vinda à Comissão para discutir essas questões.

Agradeço ao nosso Líder, Deputado Darcísio Perondi, a paciência, a dedicação e o trabalho que tem feito na Vice-Liderança do Governo no Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Muito obrigado a todos.



Muito obrigado ao Ministro pela presença.

O SR. DEPUTADO JOÃO FASSARELLA - Sr. Presidente, esta reunião de hoje era para discutirmos o contingenciamento e também a LDO. A LDO não foi possível discutir. Pergunto a V.Exa. se será marcada uma nova oportunidade para discutirmos a LDO.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O problema, nobre Deputado João Fassarella, é que havia somente nove Parlamentares presentes. Então, vamos agendar com o Ministro uma nova visita para discussão da LDO, mesmo porque já estamos trabalhando há sete horas e nem Fidel Castro suporta isso.

Está encerrada a reunião.